

Guillermo Alfredo Johnson
Marcos Antonio da Silva
(Orgs.)

A AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA:
espectros, diversidades e
seletividades



2016

[The main body of the page is obscured by a large, solid grey rectangular block, preventing any text from being read.]

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las portanto em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de pessoas seja levada a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um “gênio”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.”
(Antonio Gramsci).

*“Se cada dia cai, dentro de cada noite,
há um poço
onde a claridade está presa.*

*há que sentar-se na beira
do poço da sombra
e pescar luz caída
com paciência.”* (Pablo Neruda)

Livro Patrocinado pela Fundect |
Edital Publica MS 2014



**GOVERNO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reinaldo Azambuja Silva
Governador do Estado



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino,
Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

Marcelo Augusto Santos Turine
Diretor | Presidente

Editora filiada à



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Universidade Federal da Grande Dourados
Reitora: Liane Maria Calarge
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

Equipe EdUFGD
Coordenação editorial: Rodrigo Garófalo Garcia
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Cynara Almeida Amaral, Raquel Correia de Oliveira
e Wanessa Gonçalves Silva
Programação visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

A presente obra foi aprovada de acordo com
o Edital Publica MS 2014.
Os dados abaixo são referentes ao Conselho
que a aprovou no ano de 2014.

CONSELHO EDITORIAL
Paulo Custódio de Oliveira
Marlene Estevão Marchetti
Sandro Menezes Silva
Célia Regina Delácio Fernandes
Rogério Silva Pereira
Luiza Mello Vasconcelos

Projeto gráfico/capa: Marise Massen Frainer
Revisão de texto: Jeane Mari Sant'ana Spera

Diagramação, impressão e acabamento: Triunfal Gráfica e Editora – Assis – SP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A512 A América Latina contemporânea : espectros, diversidades
e seletividades. / Guillermo Alfredo Johnson, Marcos
Antonio da Silva (organizadores). -- Dourados, MS: Ed.
UFGD, 2016.

142p.

ISBN: 9788581471297

Possui referências.

1. América Latina. 2. Estado. 3. Política. I. Johnson,
Guillermo Alfredo. II. Silva, Marcos Antonio da.

CDD – 980

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitida a publicação parcial desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

Prefácio	7
Estado e diretrizes das políticas públicas na contemporaneidade latino-americana <i>Guillermo Alfredo Johnson, Marcos Antonio da Silva</i>	11
Movimentos sociais e educação do campo na América Latina <i>Maria Gorete de Sousa, Gilvânia Ferreira da Silva, Judite Stronzake</i>	31
Repressão preventiva e seletiva na Argentina <i>Lisandro Braga</i>	47
A conta do desafio do milênio na América Central: benefícios reais ou mais da miséria neoliberal? <i>María Gabriela Guillén Carías</i>	65
Migração internacional boliviana em perspectiva ampliada: padrões e seletividades <i>Bruno Miranda</i>	81
As relações entre Venezuela e Cuba no governo Chávez (1999-2013): a aliança estratégica e o intercâmbio petróleo por serviços <i>Anatólio Medeiros Arce, Marcos Antonio da Silva</i>	99
Tensões geopolíticas nos alvares da América Platina: Espanha, Portugal e a Expedição Sanábria <i>Eduardo Guerini, Itamar Siebert</i>	119



Prefácio

Aventurar-se em conhecer América Latina não é tarefa fácil, quicá pensar a unidade na diversidade seja um caminho viável. A coletânea que se apresenta pretende, sucinta e modestamente, explorar aspectos históricos e políticos que urdem a trama inextricável do devir ao sul do Rio Bravo.

A partir da inclusão nada amigável pelo Ocidente, a construção da unidade geopolítica da América Latina experimenta aquelas vicissitudes da sua inserção mundial, que redundam em fluxos e persistências de doses maiores de coerção que de consenso. A subordinação que marca a sua origem sulca os traços da sua terra e de seu povo, diverso pelas incursões europeias e pela resistência autóctone. A heterogeneidade que, não raro, força-se em sobressair, em detrimento das regularidades possíveis de identificar, quando se amplia o espectro da leitura das nações, ainda que signada pela latinidade, não pode meramente ser explicada pela heteronomia.

A riqueza com que a natureza imbrica-se com as culturas nos países latinos da América descortina uma colorida variedade de realidades. Precisamente, elementos dessa vastidão buscam ser abordados neste livro. Assim, a partir das ciências sociais, em particular a política, passando pela educação e as questões camponesas, de gênero e indígenas, e auscultando os fluxos populacionais embebidos da geopolítica, imbuídos das razões econômicas e de controle social estatal, tenciona-se buscar uma lógica que permita desenhar as formas de dominação no caleidoscópio latino-americano. Ao mesmo tempo, os escopos de abordagem vão da busca por uma convergência de padrões no exercício da dominação para as variedades de capilarização que o poder pode apresentar, num movimento que não permite seguir uma sincronia na ordem de apresentação dos textos, mas em si próprios.

Se uma coluna vertebral permite erguer a sintonia dos textos a seguir, esta deve ser procurada na tentativa de interligar as dinâmicas analisadas para além das fronteiras de um único país da região. Assim, ainda que se focalize um país sul-a-

mericano ou centro-americano, é possível vislumbrar que países geopoliticamente circundantes apresentam situações frequentemente semelhantes.

Desta forma, esta obra procura contribuir para o conhecimento e aprofundamento de questões que são, ao mesmo tempo, brasileiras e latino-americanas, diversificando os estudos sobre o Brasil e sua inelutável relação com a América Latina, sob diferentes enfoques e perspectivas. Com o objetivo compreender a heterogeneidade e as semelhanças do que conhecemos como América Latina, várias temáticas são abordadas por profissionais oriundos de diversas áreas que trabalham ou possuem interlocução com pesquisadores do Estado na contemporaneidade e em sua construção histórica.

O capítulo que abre a coletânea oferece uma análise da dinâmica estatal a partir das duas últimas décadas do século passado e suas particularidades na América Latina. Para tanto, busca compreender as concepções contemporâneas de desenvolvimento econômico e social, considerando as características dos processos decisórios dos governos. As referências analíticas do estudo são as transformações das políticas públicas em níveis nacionais, assim como os padrões de relacionamento dos Estados com o setor privado, nacionais e internacionais. A contribuição que a caracterização desses processos políticos oferece permite tecer apontamentos e tendências sob o rumo que os países da região adotam na senda da melhoria nas condições de vida das sociedades.

O segundo capítulo vai abordar o binômio educação e emancipação a partir das lutas das populações do campo na América Latina. O debate destaca o papel da luta camponesa na América Latina, neste início do século XXI, como uma luta contra o capital, na sua expansão e exploração predatória dos bens da natureza e expulsão das comunidades indígenas, quilombolas, camponeses. Busca-se apontar caminhos para a resistência organizada dos camponeses pelas veias abertas da América Latina, coadunando as demandas das mulheres, indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, pescadores — atingidos por mineração — e da juventude.

O capítulo terceiro aborda uma situação que gradativamente se intensifica principalmente nas áreas urbanas, não somente latino-americanas, como decorrência dos novos papéis que o Estado vem sendo chamado a desempenhar: a violência das forças repressivas estatais para com os pobres. Ainda que o texto aborde a situação argentina, tal violência pode, salvando as particularidades, ser extensiva aos diversos países centro-americanos e sul-americanos. A análise fornece elementos para a crescente criminalização da protesta social, assim como a militarização

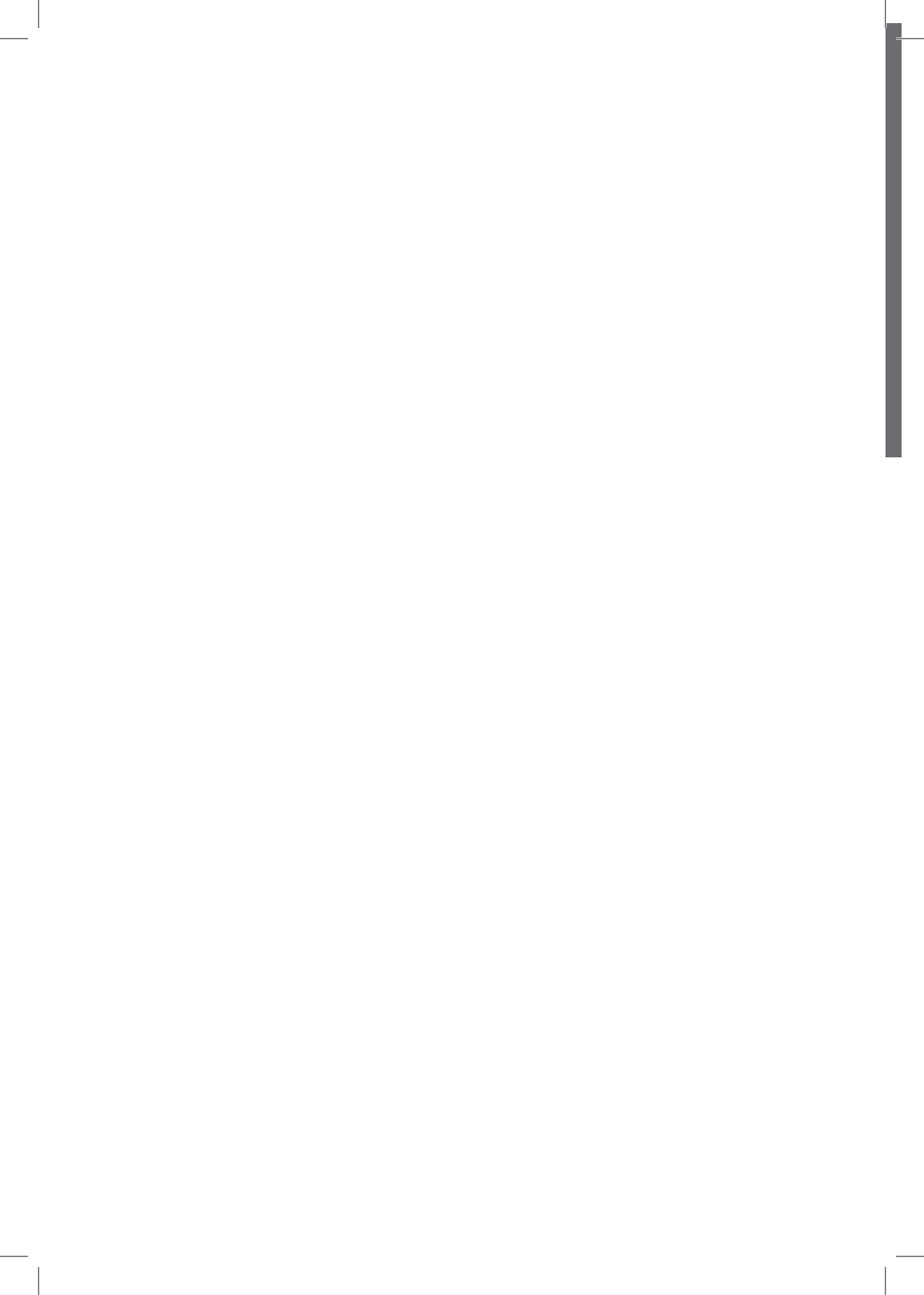
do controle social estatal; ao mesmo tempo, indica a funcionalidade dessa política neoliberal no âmbito de um neoimperialismo.

A análise das políticas estatais na contemporaneidade dos países centro-americanos como mecanismo de dominação hegemônica é o cerne do quarto capítulo deste livro. O estudo evidencia o papel estratégico que as agências internacionais de fomento — no caso em alusão, a Conta do Desafio do Milênio —, juntamente com os Tratados de Livre Comércio, desempenham no fortalecimento das políticas neoliberais.

Uma problemática social decorrente das heterogeneidades que a apropriação desigual da riqueza acentua nos países latino-americanos é a migração desorganizada de parcelas significativas de população em busca de melhores condições de vida. O capítulo quinto aborda a situação dos bolivianos em franca diáspora para Brasil e Argentina, realidade que, salvando diferenças, pode ser observada em diversas dimensões em outros países da região em foco.

As relações de cooperação econômica entre os países latino-americanos, como mecanismo para contrarrestar a persistente heteronomia, é o cerne do sexto capítulo. As relações de Venezuela e Cuba, na busca por atender as necessidades básicas das suas populações — seja em serviços sociais seja ao acesso por bens energéticos —, podem ser consideradas paradigmáticas para a crescente diplomacia entre os países que não fazem parte do centro do sistema mundial.

Explorando a diacronia da coletânea, o sétimo capítulo aborda uma temática histórica que retoma assuntos contemporâneos. Nas leituras recorrentes da ocupação europeia em terras latino-americanas tem sido sistematicamente silenciada a presença das mulheres. Este texto resgata a Expedição Sanábria, que aportou nas bandas do sul do Brasil e percorreu extensões significativas até chegar ao Paraguai. Assim como as outras temáticas, as realidades estudadas podem ser observadas em diversos lugares, tempos e formas.



Estado e diretrizes das políticas públicas na contemporaneidade latino-americana

Guillermo Alfredo Johnson¹
Marcos Antonio da Silva²

Introdução

No decurso do século passado, a ideia de bem-estar foi paulatinamente sendo relacionada ao desenvolvimento. Particularmente após as duas Grandes Guerras, a provisão de condições de vida dignas para o conjunto das populações nacionais traduzia-se, no Ocidente, por um aumento progressivo da industrialização e do fortalecimento no controle da tecnologia. Durante a Guerra Fria, os países do denominado bloco comunista, com a ex-União de Repúblicas Socialistas à frente, também consideravam importante a produção intensiva de bens de consumo, sob um prisma diferente da lógica mercadológica como organização social. No período aludido, era positivamente valorado o planejamento como forma de se atingir o almejado crescimento econômico, do qual derivaria o processo de distribuição da riqueza, papel atribuído ao Estado.

A vasta produção intelectual recentemente disponível atesta que a questão da capacidade de intervenção estatal continua sendo um dos focos analíticos da

1 Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), dos programas de pós-graduação em Geografia e Sociologia e coordenador do Laboratório Interdisciplinar de estudos sobre América Latina (LIAL/UFGD).

2 Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e do programa de Pós-Graduação em Sociologia, Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina (LIAL/UFGD).

contemporaneidade, não só nos países desenvolvidos, mas também nos países latino-americanos a interrogação ergue-se em emergente área de pesquisa.

A emergência dessa questão está relacionada com a intensificação da protesta social que tem caracterizado o início deste século, com destaque para os países hispano-americanos, plasmada na ascensão ao sistema institucional estatal de governos explicitamente vinculados com setores empobrecidos ou atingidos negativamente pela política neoliberal. Ao mesmo tempo, é possível observar transformações significativas no sistema mundial que contribuem para intensificar a necessidade de investigação das nossas sociedades latino-americanas.

Assim, pensar a ação estatal, a intensidade e abrangência da sua atividade social, ergue-se em instigante tarefa na América Latina, região crivada de desigualdades e imersa em riquezas naturais exuberantes. A complexidade da faina convoca elementos históricos, políticos, culturais, econômicos e sociais, perante os quais a investigação científica faculta-se em contribuir na elaboração de políticas tendentes à igualdade de condições materiais de satisfação das necessidades sociais.

Nesse veio analítico, buscamos identificar as relações entre o processo decisório governamental e a elaboração das concepções predominantes das políticas públicas e das diretrizes que alavancam o desenvolvimento econômico na contemporaneidade. Nessa abordagem, consideraremos aspectos políticos análogos dos governos na conjuntura contemporânea, caracterizando a última década do século passado como da ascensão e auge do neoliberalismo, como referência de intervenção estatal. Procuramos ainda compreender as transformações que as diretrizes das políticas públicas e das modalidades de desenvolvimento, predominantemente, experimentaram na última década nos países latino-americanos.

No espectro polissêmico no qual é possível inscrever o conceito de desenvolvimento, utilizaremos da perspectiva na qual o Estado desempenha papel decisivo na escolha das políticas nacionais, ainda que não esteja isento de favorecimento aos interesses das classes dominantes. Da mesma forma, consideraremos a acepção de políticas públicas decorrentes da ação estatal, visto que ela não se pauta pela versão liberal que considera o atendimento universal da demanda pela satisfação das necessidades humanas, mas tendencialmente pelo controle social (PEREIRA, 2008; JOHNSON, 2010).

Assim, a reflexão se orienta para o esforço de compreensão em torno das ações que o Estado desempenha com relação a sua população, o que remete à concepção mais abrangente de política pública (SOUZA, 2006). Desde a formação do Estado no Ocidente, foram vivenciadas diferentes dimensões e formatos de inter-

venção na dinâmica social, desde a isenção até as visões mais expansivas e abrangentes (POGGI, 1981; PEREIRA, 1997; VAN CREVELD, 2005). De modo geral, as abordagens mais recorrentes em torno da ação do Estado estão embasadas numa concepção liberal de sociedade, pois parte do ponto de vista da existência de uma separação da esfera pública com a esfera estatal, o qual, por sua vez, remete ao entendimento do Estado como entidade monolítica³. Dessa ótica, depreende-se a perspectiva que conduz a pensar a política pública como ação do Estado, incluso como ação racionalmente coordenada e planejada de intervenção ou omissão (PEREIRA, 2006; HOCHMANN; ARRETICHE; MARQUES, 2007).

Na presente proposta analítica, conceberemos as configurações particulares assumidas pelos Estados nacionais como decorrentes do embate de interesses conflitantes em âmbito nacional e internacional (JESSOP, 2007), no contexto da fase da financeirização do capital. Por esse prisma analítico, é considerada relevante, na abordagem relacional, a ingerência do movimento sindical, dos movimentos sociais e dos setores sociais que exercem pressão na modelagem da arquitetura estatal. Pereira, ao se referir ao caráter relacional do Estado, afirma que “sua dinâmica e impulso não só decorrem de forças e pressões que lhe são externas, mas de uma dinâmica interna que põe em confronto interesses contrários”. (PEREIRA, 2008, p. 145).

Com isso, consideramos procedente considerar o Estado como uma arena crivada por tensões e contradições, na qual existe uma diversidade de objetivos e interesses em pugna por prevalecer. Por isso, “apesar de ele ser dotado de poder coercitivo e estar predominantemente a serviço das classes dominantes, pode também realizar ações protetoras, visando às classes subalternas, desde que pressionado para tanto, e no interesse da sua legitimação” (PEREIRA, 2008, p.146). Tendo exposto sucintamente a referência conceitual, é necessário afirmar que buscamos investigar as razões e mecanismos que norteiam as decisões da ação governamental, no âmbito da complexidade contemporânea.

Na senda da exaltação do componente político desta abordagem, considera-se a sua indissociabilidade com a questão econômica, já as políticas públicas que se encontram no cerne das possibilidades de atingir a melhoria das condições de vida na sociedade capitalista. Nesse sentido, partimos da concepção de que

3 Dentre a vasta bibliografia disponível acerca do debate do Estado, é possível verificar elementos da sua formação e contemporaneidade em Poggi (1981) e Van Creveld (2005), assim como em Jessop (2006), que apresenta de forma sucinta algumas das diversas acepções da complexidade que compreende a lógica estatal.

a questão econômica deve ser considerada *pari passu* ao aspecto político, pois consiste em interferente indispensável ao longo do processo da política pública (JESSOP, 2006; MARIÑEZ NAVARRO; GARZA CANTÚ, 2009).

Antecedentes da formação do Estado e as políticas públicas

Em apertada síntese, é possível observar que as dinâmicas conjunturais em nível global e suas desiguais repercussões nos países do Ocidente conduziram a verificar que a consagração da intervenção estatal consolida-se a partir do segundo pós-guerra (MATTOS, 2006). Nessa perspectiva de desigualdade combinada, temos que, nos países centrais do sistema mundial, as políticas keynesianas — que configuraram o *Welfare State* — tiveram a sua expressão mais acabada, descortinando uma miríade de políticas públicas com objetivos de regulação social, assim como maciça participação no setor empresarial em diversos setores, com destaque para as indústrias de base e a prestação de serviços (ESPING-ANDERSEN, 1991; ARRETICHE, 1995; ROSANVALLON, 1981). Na conjuntura apresentada, o Estado erguia-se em mola mestra do desenvolvimento nacional, pois, com a sua participação empresarial e o fornecimento de políticas públicas com caráter redistributivo, buscava construir um mercado interno que proporcionasse laivos de autossuficiência econômica que, ao mesmo tempo, deveria se traduzir em distribuição social da riqueza. Essa abordagem do desenvolvimento econômico apresenta-se pautada pela concepção de modernização que percorreu a periferia do sistema mundial, que vincula estreitamente o desenvolvimento ao crescimento econômico, medido pela musculatura do Produto Bruto Interno em níveis nacionais.

Nos países periféricos — entre os quais destacamos os países latino-americanos — essa intervenção estatal apresentou intensidades que poderíamos caracterizar como de uma diversidade complexa, pois a intensidade e abrangência da interferência governamental é função dos papéis que os países desempenham na divisão internacional do trabalho, dentre outros interferentes importantes. Ao mesmo tempo, é possível observar que a arquitetura das políticas públicas é também função da correlação de forças internas em cada um deles — configurando um mapa decorrente das respostas reativas dos governos às demandas corporativas das categorias de trabalhadores mais organizadas —, que permite a modelagem do seu sistema de seguridade social nacional (JESSOP, 2002; 2007). De maneira geral, no auge dessas políticas, a preocupação principal norteava-se na planificação social, na perspectiva de universalizar o acesso às políticas advindas do Estado,

com a convicção de que isso era possível (ESPING-ANDERSEN, 2000). Desde o ponto de vista do *policy cycle*, é possível identificar maior ênfase nos *outputs* da política governamental do que nos *inputs*, pois o importante no período mencionado consistia em desenvolver os meios para satisfazer as necessidades humanas, consideradas, grosso modo, homogêneas e universais (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007; SUBIRATS; KNOEPFEL; VARONE, 2008).

Mészáros (2002) evidencia o exagero com que tem sido revestido o significado da “revolução keynesiana” como política econômica para solução das crises capitalistas, evidentemente com fins apologéticos ao sistema. A Teoria de Keynes foi formulada entre o final dos anos 20 e o início dos anos 30 do século passado, fornecendo o substrato teórico da intervenção e financiamentos ostensivos do Estado — mais conhecido por *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar-Social —, visando arrefecer a recessão em curso nos países do Ocidente. A sua implantação se intensifica a partir do final da Segunda Grande Guerra, após a “economia de guerra” ter erguido a intervenção estatal em estratégia trivial⁴. Responsabilização estatal crescente foi a reação das classes dominantes, em nível internacional, diante da efervescência social do pós-guerra — eminentemente localizada no continente europeu. O quadro político-social pode ser mais bem compreendido se considerarmos o cenário decorrente da morte de milhões de pessoas, outras tantas nos diversos países no limiar da sobrevivência, ao mesmo tempo em que grande parte da população dos países envolvidos diretamente na contenda estava armada. Diante dessa situação, os vencedores incentivaram a propagação da “panacéia keynesiana” como tentativa de construir a possibilidade de uma sociedade capitalista que proovesse segurança social sustentada no pleno emprego.

A consolidação do “consenso keynesiano”, cujo desdobramento no âmbito social se configura como a evolução dos direitos civis para os direitos políticos (CARVALHO, 2001), constitui uma vitória distorcida das lutas da primeira metade do século passado, uma vez que oferece, às classes trabalhadoras, a capacidade e a possibilidade de transcender o seu *status* e de se afirmar na sociedade capitalista com o reconhecimento de uma pretensão legítima de liberdade e de igualdade, ainda que no âmbito da “ordem jurídica” e, posteriormente, na “ordem

4 A análise esboçada não tem como objetivo escamotear os enormes custos materiais e humanos sob os quais essa superação da crise do capitalismo se construiu.

política” — com elevado grau de formalização e crivado de condicionantes⁵. Por sua vez, essa mesma situação histórica impele as classes trabalhadoras à obediência da ordem instituída e as submete — com a promessa ilusória de ascensão social e de uma “sociedade para todos” — aos processos de reprodução da sociedade capitalista.

As especificidades na América Latina

Nos países da América Latina, considerando a sua heterogeneidade e a dinâmica histórica da sua inserção subordinada, o cenário esboçado apresenta um desenlace distante da provisão de serviços públicos e proteção social extensiva, se comparado à concepção teórica do *Welfare State*⁶. O desenho que essa configuração estatal assume nos países economicamente mais importantes na região encontra-se relacionado com governos que forneceram um corpo jurídico que interfere nas relações entre capital e trabalho. Assim, ao se criar uma série de empresas estatais de fornecimento de serviços e indústrias de base, impede-se que essa política de acesso aos bens sociais se torne universalizante e redistributiva economicamente. Conforme Cruz (2007) e Anderson (2008) é possível analisar a implantação do Estado de Bem-Estar Social de forma meramente formal, pois consta da maioria das constituições dos países latino-americanos, mas, quanto à sua efetividade e eficácia, a região esteve distante das garantias de vida alcançadas na Europa Ocidental.

No que se vincula aos ideais de desenvolvimento do período assinalado, é possível verificar que ainda que se tenham observado indicadores significativos de crescimento econômico, este não se alicerça na atividade industrial, mas sim na produção primária exportadora, ao passo que a distribuição da riqueza persiste em patamares que consagram a desigualdade econômica e social.

O período que se inaugura na década de 70, com a diminuição do crescimento econômico, o retorno de altas taxas de inflação e o surgimento de um

5 Abordagem abrangente em torno das políticas sociais pode ser apreciada em Marshall (1968); já para o caso específico do Brasil, podem ser consultados, entre outras obras, o trabalho de Carvalho (2001) e o de Santos (1998).

6 Para acessar debates em torno do tema, ver Draibe (2007), Soss (1999) e Pierson (1998). Revisões bibliográficas também estão disponíveis em Arretche (1995) e Pereira (1997).

nível inédito de desemprego⁷, indica o fim de uma época considerada “áurea” para o capitalismo. No bojo dessa turbulência, o foco da discussão sobre as questões sociais novamente reside nas conhecidas relações entre políticas públicas e Estado, momento privilegiado para cogitarem a necessidade de implantar uma “Reforma do Estado”, sob o argumento da necessidade de um Estado mais profissional, gerencial⁸ e ágil, com um perfil semelhante ao das grandes empresas do setor privado, a partir das quais se hierarquizam a eficiência em detrimento da eficácia e da efetividade das políticas sociais, decretando um debilitamento do Estado Provedor. Essas concepções também possuem tradução no mundo do trabalho:

A última palavra mágica no debate econômico [...] é flexibilidade: as economias capitalistas avançadas, é o que se afirma, devem desregular o mercado de trabalho, enfraquecer a ‘rede de segurança’ social e quem sabe levantar as restrições à poluição ambiental para competir com o capitalismo do Terceiro Mundo, ao permitir que os termos e as condições de trabalho caiam aos níveis de seus competidores nos países menos desenvolvidos. Além dos cuidados com a previdência social, também o salário e as condições de trabalho decentes, e até a proteção do meio ambiente, parecem constituir obstáculos à competitividade, à lucratividade e ao crescimento (WOOD, 2003, p. 244).

Diversas teorias explicativas foram elaboradas pela literatura especializada em políticas públicas para essa crise do Estado. Dentre elas, apontaremos a de Rosanvallon (1981), que esgrime como tese principal a ideia de que a crescente demanda social, pressionada ainda pelo crescimento populacional, assim como pelos emergentes movimentos sociais reivindicatórios, colocaria o Estado perante a impossi-

7 De acordo com dados disponíveis em PNUD (2004), é possível observar o crescimento considerável do desemprego observado nos países latinos da América, inclusive essa dinâmica pode ser constatada na maioria deles, particularmente os mais populosos, com a menção especial do México, que praticamente manteve estável o indicador em análise. Merece destaque no período analisado o desempenho da Argentina que, em 1990 — no início da intensa implementação da política neoliberal com o governo Menem —, detinha um percentual de 7,4% e, em 2002, ostentava o triplo, com uma taxa oficial de 21% de desemprego aberto, assim como também os percentuais apresentados em relação ao Uruguai (cuja variação no intervalo considerado evolui de 8,5% para 17%), Colômbia (de 10,5% para 17,6% para o período) e Venezuela que, em 1990, possuía 10,4% e atinge 15,8%, em 2002. Outra análise abrangente sobre o emprego na América Latina pode ser observada em Klein e Tokman (2005).

8 Referência recorrente dessa abordagem conduz às elaborações da última década do século passado de Bresser Pereira, entre as quais destacamos a obra organizada em colaboração com Spink (1998). Essa temática é abordada a partir de diversos pontos de vista em Diniz (1998).

lidade financeira em atender às necessidades da população. As argumentações continuam no sentido de que seriam necessários maiores impostos ou mecanismos de arrecadação, situação que impossibilitaria qualquer perspectiva de competitividade internacional. As explicações, tanto em Soares (2001) como em Pierson (2001), confirmam os elementos antes apontados, sustentando que, no âmbito da organização do trabalho, a crise de acumulação está associada também ao esgotamento do taylorismo-fordismo como referencial produtivo. O argumento mais frequente se focaliza na crise fiscal do Estado, além de retomar o tradicional argumento do pensamento liberal de não interferência do Estado nas relações sociais.

A investida neoliberal

Assim, seguindo linearmente os argumentos apresentados, a decorrência política dessa perspectiva se focaliza na crítica ostensiva ao tamanho do Estado, insistindo-se, portanto, na necessidade de sua redução, pois a “crise fiscal” coloca a imperiosa necessidade de reduzir o investimento estatal, assim como o “excessivo” intervencionismo estatal. Com esses argumentos, procura-se implantar uma “Reforma do Estado”, que visa torná-lo parceiro no financiamento e na execução das políticas sociais, zelando pela “livre circulação” e alocação de recursos em investimentos rentáveis, deslocando o eixo da intervenção estatal na economia de investidor direto, para mero regulador das forças do mercado (CRUZ, 2007).

As linhas gerais dessa concepção de Estado guardam estrita proximidade com o projeto liberal, assentando-se em premissas semelhantes, daí sua denominação. Porém, podem ser apontadas outras características ao padrão de dominação de classe ao qual denominamos de neoliberal⁹. Parafraseando as máximas de Adam Smith e John Stuart Mill, essas diretrizes reafirmam a concepção de que a sociedade é a soma das ações racionais individuais que pugnam pela otimização de benefícios a partir de meios escassos, retomando a tese individualista de realização social (JESSOP, 2007; HARVEY, 2008). Isso conduz à quebra da concepção de solidariedade, realizada no âmbito do Estado, e de satisfação social das necessidades, reforçando, por outro lado, comportamentos eminentemente individuais, egoístas e ambiciosos. As transformações políticas, sociais e econômicas que se consolidam a partir da crise de acumulação capitalista dos anos 70 estão basea-

9 Para maiores detalhes analíticos, ver Soares (2001); Jessop (2002); Cruz (2007); Harvey (2008); Puello-Socarrás (2008), entre outros.

das na reformulação da relação entre capital e trabalho (MÉZSÁROS, 2002). As “novas” concepções de Estado fazem parte de um rearranjo internacional que se implanta, em princípio, de maneira dispersa e, desde o começo, com diferentes cadências no globo. Em 1989, em Washington, acontece uma reunião que integra e confere coerência às várias alternativas políticas que o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, entre outros, “recomendavam” para os países periféricos¹⁰.

As políticas que surgiram dessa reunião, conhecida como Consenso de Washington, já vinham sendo aplicadas nos países da América Latina desde a instalação das ditaduras militares, com diferentes ritmos e intensidades (LEYS, 2004; SÁNCHEZ PARGA, 2009). É procedente afirmar que essas políticas foram implantadas de acordo com a correlação de forças do movimento dos trabalhadores de cada país. Assim, em países onde houve maior coesão dos setores sociais dominantes na adesão a essas políticas ou onde a repressão estatal aos opositores foi mais contundente, a sua aplicação foi mais rápida e profunda. Essa ótica permite entender o caso do Chile, no governo Pinochet, precursor dessa política na América Latina. Já os países que possuíam movimentos sociais e/ou centrais sindicais que, ao menos conjunturalmente, lutaram pela defesa dos direitos sociais, a velocidade e a dimensão das políticas foram mais cuidadosas e mediadas por grandes negociações com amplos setores, ainda que, em última instância, o resultado tenha sido em longo prazo semelhante.

As políticas neoliberais estão voltadas para uma preocupação eminentemente financeira, numa perspectiva de preservar a “saúde” das finanças nacionais, visando cumprir os compromissos com os credores internacionais e favorecer o fortalecimento do capital privado (DUMÉNIL; LÉVY, 2005; PEREIRA, 2010).

Dois áreas de intervenção do ideário neoliberal sobressaem nas diretrizes das políticas públicas: a privatização e a desregulamentação¹¹. Desde os anos 1980, a política de transferência das empresas geridas pelo Estado para o setor privado se ergueu em um dos eixos perceptíveis da ação dos diversos governan-

10 A reunião foi patrocinada por uma organização que presta consultoria política ao governo dos EUA, o *Institute for International Economics* (IEE) e está plasmada numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin América*.

11 É indispensável registrar que a discussão em torno de uma definição de neoliberalismo remete a uma complexidade significativa de aspectos (CRUZ, 2007, p. 19-72), mas, nesta perspectiva analítica, a escolha destaca os elementos a serem considerados na pesquisa.

tes. Com o discurso da ineficácia da ação estatal e da “crise fiscal”, assistimos à venda dos setores siderúrgicos, energéticos, de telefonia, de comunicações, de água, de saneamento, bancários, entre outros, para empresas transnacionais que repartem, em pequeno número, a prestação desses serviços em nível mundial. Aliada à desregulamentação prescrita, esse processo tem empurrado à informalidade, à precariedade e ao desemprego milhares de pessoas¹². O afastamento do Estado como regulador imparcial das relações entre capital e trabalho se inscreve neste tópico, que se manifesta na flexibilização das leis trabalhistas e sindicais, as quais conduzem à gradual redução dos direitos trabalhistas já conquistados por meio das intensas lutas do período anterior (JESSOP, 2002; MATTOS, 2006).

O modelo welfarista hegemônico, decorrente da mudança que se opera desde as últimas três décadas do século passado, vai ser gradualmente substituído por um modelo que reedita as velhas máximas liberais. Assim, o modelo neoliberal de Estado, particularmente intenso na periferia do sistema mundial, atinge o seu apogeu na última década da virada do milênio, afirmando a necessidade de políticas compensatórias em detrimento das universais e sua ostensiva retirada da participação empresarial do Estado no mercado, privatizando amplos setores, descentralizando responsabilidades, dentre as quais se destaca, pela sua relevância, a execução das políticas sociais (PEREIRA, 2006; CRUZ, 2007). A partir da emergência desse paradigma, a diretriz de atendimento das necessidades humanas pauta-se pelo atendimento das demandas daqueles cuja renda compromete a sobrevivência, já que o Estado — erguendo-se em principal parceiro das políticas sociais — investe no incentivo da boa concorrência no mercado (LEYS, 2004; JOHNSON, 2010).

Dessa forma, a preocupação principal foca-se na modelagem da demanda social e nas possibilidades de atendimento dos setores mais vulneráveis. Portanto, trata-se de um modelo que se preocupa mais com os *inputs* do que com os *outputs* — sem desconsiderar estes —, pois o Estado não busca o atendimento universal da demanda, mas sim daqueles que não têm outros meios de acesso à satisfação das necessidades humanas (JESSOP, 2006; SUBIRATS; KNOEPFEL; VARONE, 2008).

12 A dimensão do trabalho informal na América Latina pode ser apreciada nas tabelas do Compêndio Estatístico do estudo do PNUD (2004), assim como nas elaborações de Klein e Tokman (2005).

Diretrizes contemporâneas das políticas estatais

A situação contemporânea, sucintamente esboçada, contém a ação estatal na exiguidade da crise fiscal do Estado, que conduz a uma revalorização da demanda, considerando a necessidade de aperfeiçoar a utilização dos recursos escassos destinados à política social. Associado a essa dinâmica de intervenção estatal nas questões sociais e econômicas, os países latino-americanos experimentam a possibilidade de escolha dos seus governantes, renovando as expectativas de elaboração de políticas com maior autonomia e participação ampliada nos processos decisórios em diversos níveis (MARINÉZ NAVARRO; GARZA CANTÚ, 2009). Nessa dinâmica sócio-política, os movimentos sociais e as organizações políticas, em busca de transformações estatais universalizantes, lutaram pela *accountability* como mecanismo indispensável para a interferência social no ciclo da política pública, ao mesmo tempo em que se ergueu em símbolo de aprofundamento da democracia (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999; HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007).

Simultaneamente, e com maior ênfase nesta última década, assistimos ao estabelecimento de governos de declarada proximidade às demandas de setores significativos das sociedades latino-americanas, frequentemente denominados como neopopulistas¹³, cujas características em destaque podem ser consideradas a crescente concentração do poder em mãos do Executivo e a fragilização das instâncias participativas de decisão (BURCHARDT, 2008; LACLAU, 2010). Outra denominação, quiçá mais acertada para o período assinalado, é a de neo-desenvolvimentista, pois retoma o protagonismo estatal no âmbito econômico — principalmente com acentuado papel regulador e incentivador do mercado, cria diversas políticas sociais compensatórias e promove a intensificação do consumo como metáfora de bem-estar.

O cenário político regional reforça a ideia de que a esquerda procura no arcabouço institucional a forma de levar adiante o seu projeto político. Nos anos 60 e 70 do século passado, isso era construído “por fora” e contra a institucionalidade. Após a dissolução da União Soviética, os projetos políticos de transformação social de uma parcela significativa da esquerda, na América Latina, se encasula-

13 Análises recentes sobre o fenômeno denominado por neo-populismo podem ser encontrados, entre outros, em Mendez e Aldana (2005), Aristizábal (2007), Follari (2010) e de la Torre (2003).

ram no espaço institucional, o que tem conduzido boa parte dela a enveredar para práticas “pragmáticas” em franco mimetismo com aqueles a quem dizia se opor (PUELLO-SOCARRÁS, 2008).

Nesse sentido, considerando a dimensão da desigualdade social que açoita a região latino-americana, no decorrer destes pouco mais de 500 anos¹⁴, observa-se que as perspectivas de governabilidade apresentam-se praticamente impossíveis (JESSOP, 2002; FIORI, 1995), pois, por mais força que os governantes invistam nas suas promessas de melhoria social, a história se apresenta como pertinaz algoz. Perante a perseverante pobreza, são elaboradas políticas públicas tendentes a manter a ordem social e sustentar a sua legitimidade política.

A fim de ancorar a discussão em pauta, apresenta-se, a seguir, um esboço das diretrizes das políticas públicas, a partir do *Welfare State* até nossos dias, enfatizando a intensidade e a abrangência da ação estatal, para posteriormente discorrer sobre as mudanças experimentadas pelos governos latino-americanos, focalizando as duas últimas décadas.

Ao mencionar a ideia de diretrizes no âmbito da política estatal, é necessário considerar a concepção que norteia o desenho institucional, as modalidades de atendimento das necessidades humanas e, grosso modo, a universalidade ou focalização que orienta a escolha das políticas específicas (ESPING-ANDERSEN, 2000; JOHNSON, 2010). Ao considerar o *policy cycle*, é possível assimilar o conceito de diretrizes ao conceito de *polity*, que diz respeito às regras fundamentais do jogo político, à estruturação do Estado, à generalidade das políticas públicas, decorrente dos embates entre as organizações do processo decisório conjuntural em que eles atuam. Também é possível, por sua vez, diferenciar das *politics*, que diz respeito ao funcionamento, à atividade política, e das *policies*, como expressão dos seus produtos, que se materializam nos planos e programas específicos (MARÍÑEZ NAVARRO; GARZA CANTÚ, 2009).

A existência das diretrizes das políticas advindas do Estado não implica necessariamente a aplicação homogênea em âmbitos nacionais, pois se encontram vinculadas a diversos interferentes que, na sua aplicação (*policies*), podem se afastar consideravelmente de tais diretrizes. A “escolha” de uma determinada

14 Para informações que oferecem uma dimensão da situação social latino-americana podem ser consultados o informe sobre a Democracia na América Latina, PNUD (2004), assim como os relatórios anuais disponíveis pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe em: <www.eclac.org>.

diretriz da política pública frequentemente se relaciona com as dinâmicas conjunturais internacionais e, na periferia do sistema capitalista, vincula-se, nas últimas décadas, às prescrições dos organismos internacionais de financiamento (TOUSSAINT, 2004; PEREIRA, 2010).

Dentre os diversos mecanismos da complexa arquitetura de manutenção do poder com legitimidade, devemos observar os desenhos e as diretrizes das políticas sociais — no âmbito das características decorrentes das opções “universalidade versus focalização”, assim como na sua seletividade corporativa —, nas promessas declaradas de ascensão social, nas tentativas de institucionalização do conflito social, assim como nas informações propaladas pelos meios de comunicação de massas (JESSOP, 2006). Relacionado ao estágio em que a correlação de forças se apresenta, a título de exemplo, as políticas sociais serão mais abrangentes — universais — ou focalizadas, conforme o poder reivindicatório que os trabalhadores e as massas populares imprimam em determinado momento histórico e geográfico.

As políticas públicas, diante da ótica adotada, desempenham papel ideológico inestimável ao estimular a concepção de que, na sociedade baseada na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, é possível se viver dignamente (POULANTZAS, 2000). Além do mais, a dimensão dos programas sociais compensatórios está vinculada à manutenção dos trabalhadores pobres e suas famílias no limiar da sobrevivência, sempre cuidando prudentemente que o usufruto do “direito social” não desestime a incorporação ou permanência destes no mercado de trabalho — reforçando a referência de inserção social por meio do mercado (OFFE, 1984). O objetivo precípua dessas políticas focaliza a manutenção da “paz social” e da sustentação da legitimidade do *status quo*. Nesses aspectos, reside o papel de controle social que as políticas sociais cumprem.

Na configuração em curso do papel que o Estado fora convocado a desempenhar, imbuído pela retomada das teses liberais, pela sua função reguladora das relações entre capital e trabalho do *Welfare State*, tendencialmente se transmuta em mera atitude fiscalizadora da ação do mercado. Assim, o Estado tem progressivamente delegado para a sociedade civil (em particular para o setor privado) a oferta de serviços sociais, mas não tem descuidado do controle social. Na recente formulação da política pública estatal, a possibilidade de participação nas diversas fases da consecução da política pública tem sido apresentada como uma ferramenta de envolvimento e corresponsabilização dos setores sociais (a designação governamental dessa arquitetura política confere o nome de controle social, em sua acepção positiva, no sentido da fiscalização social da ação estatal). Particular-

mente, relacionado com as modalidades participativas emergentes nas políticas sociais nas últimas duas décadas, é importante registrar que não foi possível evidenciar, até o momento, para além das inúmeras análises disponíveis, o crescimento do aspecto deliberativo da nova institucionalidade.

A persistente ineficácia da gestão social em interferir no processo decisório da “coisa pública” aponta para uma participação em fóruns de caráter eminentemente legitimadora. Por sua vez, a convivência da sociedade civil nesses novos espaços institucionais tem impedido os setores populares organizados de reivindicar, de forma veemente, os recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas historicamente reclamadas. Assim, a convocação dos setores organizados da sociedade civil conduz a uma nova modalidade de dominação social, tendente à manutenção da ordem, da “paz social”, chamando o cidadão a ser parceiro do Estado, portanto corresponsável.

Decorrente da concepção de um Estado Mínimo, reduz-se a oferta de políticas universalizantes e procura-se convencer que os recursos disponíveis devem ser focalizados àqueles que mais precisam, que se encontram com necessidades básicas em urgência de satisfação. O discurso da crise fiscal do Estado faz eco na abrangência das políticas públicas, arrefecendo o papel empresarial estatal e, no âmbito das políticas sociais, construindo um consenso que conduz à focalização para atendimento dos que precisam com mais urgência. Nessa perspectiva, diversas configurações de políticas públicas têm tomado conta da arena de debates, tendo como comum denominador a necessidade de conferir renda aos que se encontram abaixo da linha da pobreza. Em vários países da América Latina, foram lançados programas de complementação de renda de variadas características e abrangência (MOREIRA, 2007). Essas políticas, em última instância, conduzem a que as “classes perigosas” tenham a oportunidade de se inserir no mercado como consumidores. Ao mesmo tempo, espera-se que, mais cedo ou mais tarde, os “beneficiados” dessas políticas se insiram novamente no mercado de trabalho e realizem o sonho da ascensão social. Dessa maneira, esses setores, empobrecidos no âmbito da supremacia do mercado, não visam fortalecer sua organização social em busca de uma perspectiva emancipatória, social e econômica, para além do mercado. Assim, as políticas de compensação de renda desempenham um importante papel para tranquilizar os setores que potencialmente poderiam demonstrar um descontentamento coletivo de proporções consideráveis (ANDERSON, 2008).

No âmbito dessas políticas compensatórias, direcionadas aos setores que não conseguem auferir renda suficiente no mercado, é possível vislumbrar uma

peça chave para a manutenção do controle social no Estado neoliberal. Trata-se do dimensionamento da renda concedida, balizado pelo ideário que permite àqueles que se encontram abaixo da linha da pobreza ter condições de ingressar no mercado de trabalho. Tal dimensionamento também aplaca as possibilidades de que o “inimigo interno”¹⁵ ameace a estabilidade e a legitimidade das instituições políticas vigentes.

Em tese, na configuração do *Welfare State*, as políticas sociais, eminentemente estatais, procuravam diretamente fornecer meios materiais para a satisfação mínima das necessidades sociais para o conjunto da sociedade. Sob as diretrizes neoliberais, o Estado reserva a sua atividade para os setores que não conseguem auferir renda por meio do mercado. No formato anterior do Estado, seu protagonismo visava construir a possibilidade de uma vida planejada e digna no âmbito do capitalismo — ainda que para um pequeno número de países, do centro do sistema. Na atualidade, perante o debilitamento político-organizativo do “inimigo principal”, presenciamos redução na oferta dos bens sociais, conferindo ao mercado o papel de regulador social.

No decurso deste início de milênio, temos assistido a uma diminuição no ritmo de implementação do ideário neoliberal, vinculada às crescentes manifestações de descontentamento social na América Latina (BURCHADT, 2008; HARVEY, 2008). As eleições presidenciais têm apontado o anseio por propostas que convocam maior intervenção estatal na satisfação das necessidades, em franca oposição à tendência em curso (MOREIRA, 2007). Essa situação levou a adaptações no modelo da política social neoliberal, admitindo, em alguns casos, a elaboração de políticas públicas estatais, ainda que com declarado caráter residual. A concepção de crise fiscal estatal, em plena vigência, reafirma seu desenho focalizado, explicitando a intencionalidade do controle social advindo do Estado, consolidando a “sua função ‘amortecedora’ de tensões sociais no conjunto do projeto liberal” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p. 30).

Observa-se a inserção da sociedade civil como parceira do poder público, perdendo seu papel político de controle social e “identificando-se a naturalização da desigualdade”, conforme mencionado por Esping-Andersen (2000, p. 20). Ao mesmo tempo, esse autor aponta as transformações significativas que os regimes

15 Essa expressão é uma das maneiras como os setores dominantes econômica e politicamente nas sociedades referem-se aos setores populares, aos trabalhadores do campo e da cidade.

de bem-estar social vivenciam, relacionadas ao que denomina como uma “nova economia política”, baseada nas drásticas mudanças que a família experimenta a partir das últimas quatro décadas, no âmbito familiar e na reformulação do mundo do trabalho, o que conduz a denominar a contemporaneidade como pós-industrial. Pois é possível observar que

[...] en la última década se ha dado un cambio en la relación de fuerzas a escala regional, que ha determinado un clima de recuperación de cierta autonomía estatal-nacional para definir cursos de acción que se pueden imponer a las clases y sectores dominantes locales e internacionales. Esto marca los límites y posibilidades de acción de los gobiernos, que han surgido, en general, como parte de procesos de lucha popular que han logrado alterar las relaciones de fuerza vigentes en los ochenta y noventa (THWAITES REY, 2010, p. 10).

A compreensão das diretrizes que orientam a ação do Estado na contemporaneidade — na forma de políticas públicas — e das mudanças na composição social que os governos assumiram denota algumas mudanças de trajetória. É possível distinguir, preliminarmente, posições que atribuem às transformações sociais a dinâmica das mudanças contemporâneas do Estado (ESPING-ANDERSEN, 2000). Já Pierson (2001), Puello-Socarrás (2008) e Jessop (2002, 2007), com significativas nuances, apontam elementos contextuais da dinâmica internacional e conferem importância à pugna que crescentemente os movimentos sociais e as organizações políticas realizam para interferir na agenda governamental e nas políticas públicas nacionais. Outra vertente argumentativa vincula as mudanças na intervenção estatal às crises financeiras recentes, visto que o viés em curso conduz ao atendimento das necessidades da população (THWAITES REY; 2010). A contribuição que a caracterização desses processos políticos da década recente — ainda em curso — visa oferecer são apontamentos e tendências que facilitem compreender o rumo que os países da região adotam na senda da melhoria nas condições de vida das sociedades no contexto do sistema mundial.

À guisa de conclusão

Nesse veio analítico, é possível pensar em flexibilização da agenda neoliberal, pelo menos na sua versão mais radical, conduzindo a um novo dimensionamento do papel estatal, com atuação mais interferente, conferindo aos governos

contemporâneos latino-americanos um viés estatizante. O cerne da questão nesta modalidade de intervenção estatal é se ela se pauta pelo padrão socialdemocrata do Estado de Bem-Estar Social ou se a sua atividade orienta-se pela participação no mercado como promotor da concorrência privada (PIERSON, 2001; HILL-DEBRAND, 2007; JESSOP, 2007; ANDERSON, 2008).

Nessa senda é possível observar o papel protagônico dos Estados latino-americanos na busca de brindar, por meio de diversos mecanismos econômicos e políticos, condições consideradas favoráveis de concorrência no mercado mundial. O fortalecimento do mercado como organizador hegemônico na sociedade reforça princípios que se afastam do que poderia se pensar como um Estado social-democrático clássico. As escolhas político-econômicas que os atuais governos da região apontam, para uma intervenção estatal, como indutoras e garantia das forças do mercado — ainda que as crises econômicas e a inabalável distribuição desigual das riquezas indiquem que o mercado está distante de se tornar o melhor alocador de bens sociais — são persistentemente reforçadas.

A compreensão da dimensão das transformações que o papel do Estado, no que se refere às políticas públicas e ao processo decisório governamental, tem delineado no que também poderia se denominar como um “Estado pós-neoliberal”, é mais instigante ainda se considerarmos a proximidade dos governantes com os setores sociais que têm se manifestado criticamente em relação às políticas estatais. Nesse sentido, as modestas contribuições apresentadas permitem somente esboçar a amplitude dos aspectos que convergem para construirmos uma compreensão mais acabada.

Bibliografia

- ANDERSON, P. Jottings on the Conjuncture. *New Left Review*, n. 17, p. 5-37, sept./oct. 2008.
- ARRETCHE, M. Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: teorias explicativas. ANPOCS, **BIB**, n. 39, p. 3-40, 1995.
- ARISTIZÁBAL, L. G. P. El neopopulismo en el contexto de la democracia latinoamericana. Medellín – Colombia. **Revista Facultad de Derecho y Ciencias Políticas**, v. 37, n. 106, p. 239-261, ene./jun.2007.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BURCHARDT, H-J. Desigualdad y democracia. **Nueva Sociedad**, n. 215, mayo/jun. 2008.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CRUZ, S. C. V. **Trajétórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

De La TORRE, C. Masas, pueblo y democracia: un balance crítico de los debates sobre el nuevo populismo. **Revista de Ciencia Política**, v. XXIII, n. 1, p. 55-66, 2003.

DINIZ, E. Globalização, ajuste e reforma do Estado: um balanço da literatura recente. ANPOCS, **BIB**, n. 45, p. 3-24, 1998.

DRAIBE, S. M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 24-34, jan./jun. 2007.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. (Org.) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *Welfare State*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, set. 1991.

_____. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FOLLARI, R. A. **La alternativa neopopulista**: el reto latinoamericano al republicanismo neoliberal. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

KLEIN, E. ; TOKMAN, V. La stratification sociale a l'épreuve de la mondialisation. **Revista de la CEPAL**, número special, p. 87-110, Jun. 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HILLDEBRAND, E. La izquierda después de la "tercera vía". **Nueva Sociedad**, n. 211, p. 22-30, sept./oct. 2007.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

JESSOP, R. D. **The future of the capitalist state**. Cambridge: Polity, 2002.

_____. The state and state-building. In: RHODES, R.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A., (Eds.) **Oxford handbook of political institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 111-130.

_____. What follows neo-liberalism? The deepening contradictions of US Domination and the Struggle for a New Global Order. In: ALBRITTON, R.; JESSOP, B.; WESTRA, R. (Eds.) **Political Economy and Global Capitalism**: The 21st Century, Present and Futures. London: Anthem, 2007.

JOHNSON, G. A. As recentes transformações do controle social estatal. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 1, jul./dez. 2010.

LACLAU, E. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

LEYS, C. **A política a serviço do mercado**: democracia neoliberal e interesse público. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. **Democracy, accountability and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

- MARIÑEZ NAVARRO, F.; GARZA CANTÚ, V. **Política pública y democracia en América Latina** – del análisis a la implementación. México: Porrúa, 2009.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MATTOS, P. T. L. A Formação Do Estado Regulador. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n.76, nov. 2006.
- MÉNDEZ, A. I.; ALDANA, E. M. Los populismos en América Latina. **Cuestiones Políticas**, n. 34, p. 73-99, ene./jun., 2005.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo/UNICAMP, 2002.
- MORATÓ, J. del R. El vuelo corto y rasante del tero – Cultura política y constituciones en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 210, jul./ago. 2007.
- MOREIRA, C. Los dilemas de la nueva izquierda gobernante en América Latina. **Argumentos**, v. 20, n. 54. Distrito Federal, México, Universidad Autónoma Metropolitana, p. 37-50, mayo/ago. 2007.
- OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PEREIRA, C. Em busca de um novo perfil do Estado: uma revisão crítica da literatura recente. ANPOCS, **BIB**, n. 44, 1997.
- PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.
- PIERSON, C. **Beyond the Welfare State?** Cambridge, Polity Press, 1998.
- PIERSON, P. **The New Politics of the Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- PNUD. **La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas** – Compendio estadístico. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva gramática del neo-liberalismo: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.
- POGGI, G. **A evolução do Estado Moderno: uma introdução sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ROSANVALLON, P. **La Crise de l'État-providence**. Paris : Le Seuil, 1981.
- SÁNCHEZ PARGA, J. S. El estado del Estado en la actual sociedad de mercado. **Nueva Sociedad**, n. 221, p. 100-129, 2009.
- SANTOS, W. G. **Décadas de Espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SOARES, L. T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOSS, J. Lessons of Welfare: Policy Design, Political Learning, and Political Action. **American Political Science Review**, n. 93, p. 363-380, 1999.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SUBIRATS, J.; KNOEPFEL, C. L.; VARONE, F. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 2008.

THWAITES REY, Mabel. Después de la globalización neoliberal. ¿Qué Estado en América Latina? **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**, n. 32, CLACSO, 2010.

TOUSSAINT, E. **La bolsa o la vida**. Las finanzas contra los pueblos. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2004.

VAN CREVELD, Martin. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo** – a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

Movimentos sociais e educação do campo na América Latina

*Maria Gorete de Sousa¹⁶
Gilvânia Ferreira da Silva¹⁷
Judite Stronzake¹⁸*

*“Para que os oprimidos se unam entre si,
é preciso que cortem o cordão umbilical,
de caráter mágico e mítico,
através do qual se encontram ligados ao mundo da opressão.”
(Paulo Freire – Pedagogia do Oprimido)*

Introdução

Historicamente, as populações do campo foram expropriadas de sua base material e simbólica de vida, alienadas de seus conhecimentos socialmente construídos. Contrapondo-se a essa condição, nos anos 1990, com o processo de consolidação do neoliberalismo e intensificação da expulsão dos camponeses de seus territórios, em contra ofensiva se organizam e constroem a sua organização Via Campesina, com lutas, resistência e ofensiva. Por meio de suas experiências, vão possibilitar a construção de alternativas na educação popular do campo e o forta-

16 Educadora da ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes, Especialista em Estudos Latino-americano/UFJF, Mestre em Ciências Sociais/UNIFESP e Doutoranda em Estudos Sociais Agrários na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina.

17 Educadora Popular, Especialista em Estudos Latino-americano/UFJF, Mestre em Geografia da América Latina/UNESP e Doutoranda em Estudos Sociais Agrários na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina.

18 Educadora da ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes, Especialista em Educação do Campo/UFPR e Mestre em Ciências da Integração da América Latina/USP e Doutoranda em Estudos Sociais Agrários na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina.

lecimento da soberania alimentar, reconstruindo suas comunidades, seu território e sua identidade.

Nesse contexto, a luta camponesa na América Latina, neste início do século XXI, vai se transformar em uma luta contra o capital, na sua expansão e exploração predatória dos bens da natureza e expulsão das comunidades indígenas, quilombolas, camponesas. Diante desse quadro, se abrem caminhos para a resistência, de forma organizada, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores (atingidos por mineração), de mulheres e da juventude, pelas *veias abertas da América Latina*.

O enfoque na educação, na perspectiva dos movimentos populares, em especial na Via Campesina — que articula os movimentos do campo ultrapassando as fronteiras das nações e exigindo seus direitos históricos à Educação do Campo —, vai assumir um papel para além da escolarização, que tem um caráter emancipador no sentido da superação das formas de exploração do capital.

Em suma, neste artigo pretendemos resgatar os nexos da Educação do Campo com a educação popular, a partir de algumas premissas que orientam a formação dos trabalhadores, entendida como uma ferramenta de luta, reafirmando a importância da educação do campo como estratégia política dos trabalhadores, como prática social permeada e entrecruzada pela luta de classe. Para tanto, o foco desse debate será a experiência da Via Campesina na sua construção de escolas na América Latina.

Resistência organizada dos camponeses na América Latina

As transformações ocorridas nas últimas décadas passam por um processo acelerado de mudanças e progresso tecnológico, na sua forma de apropriação e acumulação de riquezas. Com o advento do neoliberalismo, no início dos anos 1980, intensificou-se o processo de abertura das economias nacionais e desregulação dos mercados, do capital financeiro e, ao mesmo tempo, a precarização do trabalho. Esse movimento vai provocar uma nova reorganização do capitalismo no mundo, pois as grandes corporações passam a determinar com mais voracidade os rumos da economia mundial, e os impactos dessa política atingem de forma drástica principalmente os países do sul, onde o receituário neoliberal foi implantado com particular intensidade.

Nesse sentido, a entrada do século XXI vai ser a continuidade da pilhagem da América Latina pelos grupos econômicos que mantêm seus monopólios e

usurpam a riqueza do continente, com práticas similares às do período colonial¹⁹, saqueando as riquezas, explorando os trabalhadores do campo, expropriando, expulsando e assassinando camponeses e indígenas, destruindo, portanto, de modo abrangente, os bens da natureza²⁰. Percebe-se uma permanência da expansão do capital em busca de acumulação de riqueza e poder. Por outro lado, os povos indígenas e camponeses têm se constituído em luta e resistência, estabelecendo um novo patamar de organização e consciência.

Assim, nessas resistências, re-existência, as epistemes e o território (onde a questão da terra tem um lugar central) ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam dominá-la (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 15).

Verificamos uma permanente agressão do capital, quando não reconhece os direitos de autonomia das comunidades indígenas e camponesas sobre seus territórios, provocando a destruição e controle privado da vida, das sementes, dos conhecimentos, da cultura e da soberania alimentar. A sanha da ambição capitalista impõe programas, projetos, regulamentos e leis para impor seu modelo tecnológico, suas pesquisas, seu modelo de desenvolvimento, passando por cima da soberania dos Estados latino-americanos.

A dimensão da exploração do território da América Latina e da extração de seus elementos valiosos pode ser vista através dos níveis crescentes demandados por uma economia mundial que responde às vertiginosas necessidades de multiplicação dos próprios lucros muito mais que às necessidades reais da população do mundo, e provoca uma maior agilidade da circulação de mercadorias para reduzir ao máximo os momentos improdutivos do capital (CECEÑA, 2009, p. 208).

Essa dinâmica do capital produz contradições e formas de resistências e lutas, como reação às mazelas produzidas pelo capital em seus territórios, unifi-

19 Para aprofundar essa discussão ver Arruda Sampaio Jr. (2007).

20 Concepção da Via Campesina, recuperando o sentido das diversas dimensões que os camponeses e indígenas estabelecem na sua relação com a terra-natureza. Para eles a natureza está para além das árvores, rios, montanhas. Só podem pensar natureza-homem em relação com a vida.

cando as demandas dos movimentos do campo. Articulados na Via Campesina constroem formas de produzir sua existência a partir de um movimento coletivo articulado e internacional, abrindo, dessa forma, possibilidades de construção de alternativas de caráter emancipatório.

As experiências mostram que os povos indígenas e camponeses de América Latina têm elaborado um pensamento crítico referente ao processo de destruição de sua cultura, de sua vida material e da apropriação de seus conhecimentos milenares, pelos laboratórios das grandes corporações transnacionais. Caminhando para a retomada de uma consciência coletiva, desarticulada pelo pensamento hegemônico do capital, têm conduzido a um debate de recuperação da sua memória coletiva, da sua vivência, do seu lugar como indígena e camponês, reconstituindo sua existência, seu sentido da vida, sua ética.

Na atualidade, estão em curso vários processos de luta que podemos considerar de cunho emancipatório dos povos indígenas e dos camponeses na América latina. Esses processos de luta têm possibilitado a participação dos silenciados pela história de dominação no continente. Muitas tradições resistem ao tempo, mesmo sofrendo modificações para continuarem existindo, enquanto outras agregaram aspectos da cultura dominante, mas a essência permanece presente na língua, na religião, na arte, na organização social, na produção agrícola, no artesanato, na música. Enfim, em toda a produção e formas de criação e recriação humana dessas populações.

O neoliberalismo gerou muitas contradições que impulsionaram levantes, mobilizações das comunidades indígenas e camponesas na América Latina. Para realizar esse enfrentamento, as organizações representantes das diversas categorias sociais da classe trabalhadora formulam conceitos, criam e recriam movimentos de lutas e resistências, como a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo²¹, Via Campesina²², além das articulações indígenas, organizações

21 Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), nasceu em 1992 como resultado das lutas impulsionadas pelas organizações camponesas no continente. Sua plataforma de luta é a luta pela reforma agrária, pela soberania alimentar, pela integração dos camponeses e contra o capital em sua forma destrutiva dos bens da natureza.

22 Organização internacional dos camponeses, com a participação de membros da Ásia, África, América e Europa, organizada em oito regiões. Organizada por médios e pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas, quilombolas e comunidades indígenas. Nasceu em abril de 1992, como movimento autônomo, e define, como campos prioritários de luta, a soberania alimentar e o comércio internacional, a luta pela reforma agrária e mudanças no campo, gênero e direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos.

camponesas, federações, associações, organizações de mulheres, articulação dos quilombolas e afrodescendentes, que se organizaram com o propósito de defender seus territórios, a natureza e suas culturas.

Em contraposição à política imposta pelo capital em sua nova fase na América Latina, afirmam que: “El sistema económico, capitalista global, ha generado diversas crisis, cuyas manifestaciones locales y regionales nos golpean más, incluyendo, entre otros, los efectos de la crisis global de los precios de los alimentos y de la crisis climática”²³.

Nessa direção, os movimentos indígenas e camponeses irão abrir um novo momento debatendo e formulando suas organizações, discutindo o princípio de que a convivência comunitária é fundamental para resistirem às ações do capital, que toma suas terras, invade seus territórios e assassina, criminaliza e aprisiona aqueles que resistem aos interesses dos grupos econômicos que mantêm a hegemonia do território.

Esse modelo de desenvolvimento capitalista destrói os ecossistemas e conduz as populações camponesas e indígenas a condições de vida sub-humanas. Em sua sanha, o capital transforma tudo e todos em mercadoria, mercantiliza a terra, os recursos naturais, a fauna, a flora, enfim, tudo que possa proporcionar mais valor. Os setores dominantes econômica e politicamente acumulam não só o capital, mas também os bens da natureza, a produção humana, determinada pelas relações de poder.

A grande indústria de sementes e de agronegócio e farmacêuticas, cada vez mais globalizadas, baseiam-se no roubo e na privatização dos recursos genéticos e do conhecimento coletivo dos camponeses e dos indígenas adquirido através dos séculos (RIBEIRO, 2003, p. 71).

Em suas ações e documentos, as organizações indígenas e camponesas, ao mesmo tempo em que afirmam radicalmente a crítica ao modelo atual de desenvolvimento, propõem construir um novo tipo de comunidade que gere outra forma de vida, que tenha como centro o ser humano, e uma sociabilidade que gere o respeito à cultura, à biodiversidade e à natureza, negando assim a lógica consumista e depredadora do sistema capitalista.

Na direção de construção de outras formas de vida, os povos indígenas latino-americanos têm muito a ensinar, pois a sua visão de mundo confere mesma

23 Plataforma de la Vía Campesina para combatir el hambre y la pobreza en el mundo rural. Publicado el Jueves, 4 Julio 2013. Resoluciones y Mociones de Yakarta. www.viacampesina.org.

importância aos aspectos materiais e espirituais na comunidade. Esse pensamento reforça a ideia de que o bem-estar pleno da humanidade passa pelo desenvolvimento integral de sua população, pela garantia da alimentação, pelo direito à terra, por uma agricultura sustentável, pelo controle da produção.

No entanto, o que se verifica no continente latino-americano é o avanço das grandes corporações transnacionais invadindo as terras indígenas, camponesas, povos tradicionais, extrativistas, ribeirinhos e de comunidades quilombolas, para expansão capitalista no campo. O capital tem demonstrado a sua efetividade destrutiva²⁴, para a qual não existem limites. Trata-se de usar a natureza até seu esgotamento, da mesma forma que explora o trabalho, chegando inclusive ao assassinato de camponeses, indígenas e extrativistas, religiosos e sindicalistas. A questão central é o controle do capital no que se denomina “seu território” de expansão,

É quando a matriz discursiva do agronegócio incorpora, conforma e atualiza o passado patrimonial e corporativista expresso, sobretudo na visão de propriedade como direito absoluto, sem fronteiras e sem limites. Um direito que se situaria acima das regras sociais (BRUNO, 2008, p. 98).

Essa expansão do capital impacta os territórios dos povos tradicionais, indígenas, camponeses, afrodescendentes, na forma de expropriação material e simbólica, bem como há um aprofundamento das formas repressivas e da criminalização das lutas dos movimentos populares, como bem expressa o depoimento de Isabel Anangón²⁵, liderança originária de Íntag, Equador, quando denuncia: “nos tratam como terroristas por sermos contra a mineração, mas terroristas são os que dividem uma sociedade que antes, irmanada, vivia aqui”. O objetivo dessas transnacionais é a apropriação dos bens da natureza que ainda existe, principalmente na Amazônia latino-americana, bem como a incorporação dos outros ecossistemas que interessam ao capital articulados ao mercado internacional, desencadeando um processo de destruição da vida e dos saberes acumulados por essas comunidades. Reforçando o argumento:

24 A capacidade cada vez mais destrutiva do capitalismo pode ser relacionada com a análise da crise estrutural do capital, para o qual é necessário ver Mészáros (2005).

25 <http://www.mst.org.br/2015/07/29/os-camponeses-equatorianos-que-expulsaram-duas-multinacionais-mineiras>.

Nossos inimigos são cada vez mais poderosos. Agora não enfrentamos apenas oligarquias rurais e latifundiárias atrasadas. Agora enfrentamos o grande capital internacional, suas corporações, bancos e seus governos títeres, quando defendem seus interesses. Para fazer frente a esses poderosos interesses e força econômica concentrada pelo capital, somente será possível, com grande força das massas (STÉDILE, 2010, p. 73).

No momento histórico, lutar contra o monopólio da terra é lutar pelos direitos humanos, é lutar pela soberania alimentar, é lutar pela preservação dos recursos naturais e da vida. Para tanto, as organizações dos camponeses e indígenas, na América Latina, de todas as formas tentam impedir que as transnacionais do agronegócio e do capital financeiro continuem comprando terras, expulsando as populações e cercando as terras indígenas para implantar seus megaprojetos e monoculturas (eucalipto, soja, cana de açúcar, etc.), poluindo o ar, envenenando a terra, concentrando a água doce, desarticulando os ecossistemas locais. Nesse sentido, toda forma de resistência é um imperativo na defesa da terra, da vida, dos povos indígenas, dos agroextrativistas, dos ribeirinhos, dos quilombolas e camponeses do continente latino-americano.

Via Campesina e Educação do Campo na América Latina

Nesse contexto, vivenciamos um quadro devastador do capital “que se desdobra no terreno das formas de organização do conjunto da vida social, na política, na ideologia, na comunicação e na cultura” (FONTES, 2010, p. 89). A progressiva expansão e consolidação da Via Campesina irá fortalecer sua articulação de caráter internacionalista, anticapitalista e pela soberania dos povos. É possível observar um avanço no sentido da consciência dos trabalhadores da terra, da floresta e da água ao redor do mundo, na medida em que experimentam sua capacidade de olhar para fora de seu próprio território.

Ao se debruçar sobre esses desafios, determinam várias estratégias de luta, tendo como horizonte seu lema: *Globalizemos a luta, globalizemos a esperança*, que se desdobra no enfrentamento com o modelo de desenvolvimento capitalista, que torna o alimento uma mercadoria. Para tanto, será necessário construir alternativas de superação desse modelo e transformação da realidade, buscando articular e construir experiências em torno de uma agricultura agroecológica que produza

alimentos saudáveis para a população, construindo a soberania alimentar²⁶ e a diversidade de sementes e sabores, como afirmam:

Nós somos gente da terra, que produzimos alimentos para o mundo. Temos o direito de seguir sendo camponeses e camponesas e a responsabilidade de continuar alimentando a nosso povo. Cuidamos das sementes, que são vida, e pensamos que o ato de produzir alimentos é um ato de amor. A humanidade necessita de nossa presença, nos negamos a desaparecer (Declaración de Maputo – V Conferencia Internacional de la Vía Campesina, 2008).

Outro aspecto relevante diz respeito à atuação da Via Campesina na construção de processos educativos. Essas experiências, espalhadas pelos continentes, constituem em nossa perspectiva, antecipações de um processo emancipatório. Nossa atenção reside em suas iniciativas de Educação do Campo, diante da necessidade de esses trabalhadores formarem seus próprios intelectuais orgânicos e sua base social. Trata-se, aqui, da educação entendida no sentido amplo como uma ferramenta importante no processo de reconstrução e construção dos sujeitos que vivem do trabalho, pois produzir a vida e educar, se constituem atos simultâneos.

A construção da Pedagogia Socialista não é, pois, uma tarefa só para depois da revolução, exatamente porque é condição para que se lute por ela. O movimento dialético que pode nos orientar é aquele expresso na análise de Marx (em documento da I Internacional, de 1869): “Por um lado, uma mudança das circunstâncias sociais se faz necessária para estabelecer um sistema adequado de educação e, por outro, um sistema adequado de educação se faz necessário para produzir uma mudança das circunstâncias sociais; devemos, portanto, partir de onde nos encontramos” (CALDART, 2015, s/p.).

A importância histórica da experiência de educação do campo dos Movimentos Sociais na América Latina e Caribe enraíza-se em ações coletivas e articuladas em nível internacional, contudo, garantindo a autonomia nas formas do fazer pedagógico e político do ato de formação/educação de cada movimento.

Nesse sentido, a Educação do Campo vai se tornando um debate permanente no conjunto das organizações articuladas na Via Campesina, tornando-se

26 Em contraposição a definição da FAO/ONU de Segurança Alimentar. “a soberania alimentar, como construção de um paradigma por dentro da luta social das organizações camponesas, se afirma como mais do que um conceito”. Portanto, ao se propor para além de um conceito operativo, é possível se considerar em disputa com o conceito de segurança alimentar (SILVA, 2014, p. 74).

um duplo desafio, pois estamos tratando de um continente com enormes desigualdades sociais, com índices perversos no tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano. Em se tratando da educação, reflete a média de investimento nos países latino-americanos, que é de 4,1% do PIB, segundo o Banco Mundial; se focamos a educação no campo, a situação em termos de infraestrutura e qualidade de ensino não consegue alcançar os parâmetros mundiais.

Na contracorrente, a Via Campesina trata a educação como parte da agenda de seu trabalho político-organizativo, como condição necessária para avançar na construção de seu projeto de soberania alimentar, fundamentado na perspectiva de reafirmar o sentido de continuidade do campesinato, dos indígenas e das comunidades tradicionais. Há em curso um processo de destruição desse modo de vida, aumentando os desafios impostos pela realidade que se intensificou nos últimos 20 anos, de forma global.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheiteadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, 2008, p. 48).

Em meio a esse processo de exclusão, os movimentos populares do campo, e em sua organização internacional — a Via Campesina —, têm lutado por contribuir na tentativa de disputar a formulação e execução de políticas públicas nacionais, em nível da América Latina, a partir das experiências construídas por suas organizações, na luta contra a hegemonia do neoliberalismo, fortalecendo os processos de formação política por meio de cursos informais de abrangência regional. Nesse sentido, o ano 2005 será marcado por debates e implantação de

cursos e Escolas Regionais²⁷ que fomentaram o debate da Educação do Campo em Latino América. Esse debate se dará inicialmente com mais força no Brasil, por conta da experiência de educação do Movimento Sem Terra e dos processos de luta dos povos do campo em torno do direito à educação.

No terreno das tensões e contradições e não das antinomias, estas últimas muito mais próprias ao mundo das ideias do que ao plano da realidade concreta, das lutas pela vida real em uma sociedade como a nossa: sim! a Educação do Campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela (seja na discussão da educação ou de projeto de sociedade). Sim! ela nasce da “experiência de classe” de camponeses organizados em Movimentos Sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe. Sim! a Educação do Campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes Movimentos Sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem. Sim! a Educação do Campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. E uma vez mais, sim! a Educação do Campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do Campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CAL-DART, 2008, p. 3).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil inaugura na região metropolitana da grande São Paulo a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF²⁸ — resultado de diversas experiências de formação e educação constru-

27 A CLOC/Via Campesina Latino-americana está organizada em três regiões (América Central, Caribe e América do Sul), para melhor organizar seus processos de intercâmbios e ações conjuntas. As Escolas Regionais seguem essa lógica organizativa.

28 Fundada em janeiro de 2005, em Guararema/SP, nasce a partir das lutas do MST, articulando-se em nível internacional com outros trabalhadores e trabalhadoras, organizados em movimentos sociais do campo e da cidade. Seu projeto pedagógico está vinculado à luta e à construção da emancipação humana.

ídas historicamente nos acampamentos, assentamentos, marchas, cirandas infantis, escolas, nos intercâmbios internacionais. Uma escola para além dos muros e das fronteiras geográficas e simbólicas.

Estabelece, em seu Projeto Político Pedagógico, entre seus objetivos, a socialização e produção do conhecimento como estratégia para romper “com a lógica da mercantilização do conhecimento”, bem como, “estabelecer parcerias com Instituições Públicas de Ensino Superior para realização de cursos que promovam a escolarização”. Percebemos que a preocupação está na formação, nas diversas áreas, dos(as) camponeses(as), a partir da educação popular e com rigor científico, objetivando criar um novo paradigma para pensar o campo como um lugar para a juventude.

Nessa direção, irá promover, a partir de uma metodologia participativa, que prioriza as dimensões pedagógicas do estudo coletivo e individual, o trabalho coletivo, a organicidade, a mística, a cultura e arte, a disciplina consciente e os valores humanistas e socialistas, que são parte da vivência dos educandos/as no cotidiano da ENFF. A partir de uma metodologia de educação popular, cria novas formas de aprendizagens nos cursos que promove em seu Projeto Político Pedagógico, mesclando cursos e atividades de formação política, formação técnica de caráter informal, sem exigência de escolaridade, bem como os cursos de graduação e pós-graduação (escolaridade formal) realizados em convênios/parcerias com universidades públicas.

Concomitante a esse processo de educação e formação política, na primeira década do Século XXI, verificamos a ascensão ao poder político de governos sensíveis às demandas populares, o que configura mudanças na situação conjuntural da América Latina e do Caribe. Nesse contexto, foram vários os países da região em que, por meio do voto, chegam à presidência dos países da região presidentes com novas características, com trajetórias próximas às dos movimentos populares. Os movimentos populares vinculados à Via Campesina constataram que se abriu uma nova janela histórica para acumular conquistas para a classe trabalhadora. Para ter uma noção dessa situação, em janeiro de 2005, no município de Tapes, Rio Grande do Sul, em um assentamento do MST, o Governo da República Bolivariana de Venezuela, por meio do presidente Hugo Chávez, e o Governo do Estado do Paraná, na gestão de Roberto Requião, se comprometem a criar a Escola IALA Paulo Freire em Barinas, na Venezuela, e a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA), no Paraná, com a matriz de educação do campo.

Vale ressaltar que essa não é a única estratégia da Via Campesina. Na região Sul Americana, sua ação está vinculada a três eixos, conforme Batista (2013): cursos livres ou informais e atividades de formação política; cursos livres ou informais e atividades de formação política-profissional; e escolas e institutos de formação política-profissional em agroecologia. Nessa direção, se concretiza uma estratégia política para impulsionar processos de educação do campo, visando à consolidação de escolas que atendam às necessidades das diversas organizações sociais de formação político-profissional.

Nesse contexto, os processos de formação política e as escolas do campo, denominadas Institutos Agroecológicos Latino-americanos (IALAs), com os convênios de intenção entre a ALBA e a Via Campesina, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, irão marcar esse período (ALBA, 2005). Outras iniciativas importantes para fortalecer a rede de educação do campo, a formação política e a agroecológica foram construídas a partir de 2008, com a criação de escolas IALAs em vários países do Cone Sul: no Paraguai, IALA Guarani (município de Curuguaty); no Brasil, IALA Amazônia (Parauapebas, Estado de Pará); no Equador, a Escola Nacional de Agroecologia (ENA); na Argentina, a Universidade Multidisciplinar Campesina e Indígena (UNICAM), e no Chile, as experiências de formação política de mulheres camponesas.

Na América Central e Caribe existem experiências semelhantes, como a Escola Francisco Morazán, na Nicarágua; na Guatemala, a construção, ainda em fase inicial, da Escola Nacional pelo Comitê de Unidade Camponesa – CUC. No Haiti, encontra-se em processo de discussão a criação de uma escola da Via Campesina.

As experiências no marco dos processos políticos de La Via Campesina visam formar a juventude camponesa, avançar na formação/educação política e técnica com ênfase nos conhecimentos sistematizados, baseados nos saberes tradicionais dos povos originários e camponeses. Para tanto, incorporam valores e princípios culturais e ecológicos nas práticas da agricultura, como parte da ofensiva contra a expansão do modelo capitalista de agricultura, com introdução de uma tecnologia baseada no uso de agrotóxicos, que destrói os bens da natureza e busca a maximização do lucro em detrimento da produção de alimentos para suprir as necessidades mais básicas da população. Contracorrente, a proposição da Via Campesina, em seu processo educativo, é recuperar em cada país a soberania alimentar, como afirmam em Carta de Maputo (outubro de 2008): “Aqui estamos nós, camponeses e camponesas do mundo, e nos negamos a desaparecer”. Soberania Alimentar já! Com a luta e a unidade dos povos!

Educação do campo e a luta pela emancipação humana

Os processos de educação do campo, a formação política e as escolas agroecológicas constituem ferramentas de resistência em razão do aprofundamento das técnicas agrícolas que tem como matriz produtiva a agroecologia e servem como lugar de construção para a unidade latino-americana dos camponeses, indígenas, quilombolas e urbanos, tornando-se instrumento de luta da classe trabalhadora internacional e de solidariedade entre os povos em luta.

Percebemos a organização de um novo aprendizado político e coletivo que aponta para a unidade entre a formação política e a educação do campo sendo gestado pelos movimentos sociais, colocando-os a serviço da luta dos trabalhadores. Considerando que a América Latina e o Caribe são regiões ricas em biodiversidade, água doce, riqueza no solo e subsolo, diversidade cultural e ambiental, é possível, por meio da rede de processos de formação política e as escolas do campo — construções coletivas, territórios de integração e solidariedade entre os povos organizados —, consolidar uma ofensiva contra a expansão do capital na agricultura e mudar a matriz energética, possibilitando pensar alternativas que reverta o estado de destruição global.

Esses movimentos sociais indicam que o seu futuro é de mobilização, formação política e organização da classe trabalhadora para superação dos desafios impostos pelo atual contexto de crise estrutural do capital internacional. Assim, estabelecem como grande desafio a integração e unidade na diversidade de experiências dos movimentos populares do campo de Nossa América. Afirmam que a resistência passa pelo reconhecimento e recuperação das particularidades não só da diversidade de formas de reprodução da vida humana, mas também do meio ambiente. Retomam, portanto, a missão de guardiões da terra, produzindo alimentos e abastecendo as cidades em seu entorno, elevando essa produção ao patamar de novos princípios produtivos que combinem economia com desenvolvimento social e cultural, integrando as práticas locais com o internacionalismo de classe.

Para tanto, os movimentos populares do campo vão dedicar-se à luta pela educação como direito e dever do Estado, implicando a luta por políticas públicas que garantam a universalização da educação gratuita e de qualidade no campo, vinculada a um projeto de desenvolvimento construído a partir dos princípios éticos desses movimentos, garantindo o camponês no campo. Por outro lado, intensifica o fortalecimento das redes de educadores e intelectuais populares que possam trabalhar nos cursos de educação do campo, nas escolas do campo e IA-

LAs, assim como também proporciona o fortalecimento das editoras populares para facilitar o acesso a livros, filmes e músicas de qualidade e preço acessível aos estudantes e à militância em geral do campo, num processo de luta contra a força hegemônica do neoliberalismo.

Considerações finais

Tem se tornado imperativo pensar a educação do campo ligada a um projeto de formação humana de classe, isto é, um projeto de vida no campo que respeite a natureza e o ser humano, e seja expressão não somente da luta por políticas públicas da universalização da educação. Consideramos que esse processo tem de estar vinculado e protagonizado pelos movimentos populares e pelos movimentos permanentes da luta de classes, combinando dialeticamente a luta dentro da ordem e contra a ordem.

Trata-se de uma disputa de projetos de sociedade na qual o projeto capitalista é negado, colocando-se outro horizonte para a educação, com conteúdos e metodologias que façam o debate de temas como soberania alimentar, reforma agrária, agroecologia de perspectiva popular, biodiversidade, direito às sementes e à água como patrimônio dos povos. É necessário pugnar pela construção da práxis educativa dos movimentos populares, entendendo a educação como teleologia emancipadora e em luta contra o capital. Dessa maneira, a educação se erguerá como forma de resistência e luta na construção de uma agricultura que produza alimentos para a vida e não para o mercado.

As escolas do campo se colocam como um espaço onde os jovens, mulheres e homens participam das discussões, avaliações e proposições de forma igualitária, na tentativa de destruição de todas as formas de preconceitos. Um espaço onde se enfatiza a necessidade de estudar, pesquisar e investigar a realidade em escolas e universidades, com o rosto dos trabalhadores e das trabalhadoras, por eles construídas, com eles e para eles.

Caminhando nessa direção, a ação coletiva de vários movimentos populares na América Latina construiu um movimento pela Educação do Campo que teve um significativo avanço. O processo de elaboração por parte do Estado de diversas políticas para os movimentos populares, da cidade e do campo, ainda que com contradições e impasses, obtiveram alguns avanços. Dentre estes, pode ser mencionada a criação de políticas nacionais de educação para os movimentos sociais do campo, para os quais se coloca o desafio de transcenderem as visões he-

gemônicas. Ao mesmo tempo, essas políticas estatais estão sujeitas às conjunturas nacionais e internacionais que, perante as adversidades, correm perigo de definhamento, transformação a serviço do capital ou mesmo a sua extinção.

O debate decorrente da relação entre a educação e os movimentos populares historicamente vão se constituindo como parte da luta contra o latifúndio/agronegócio, que intensivamente concentra as riquezas e expropria o trabalho e os bens da natureza produzida na América Latina. O processo educativo para esses movimentos populares, em especial para Via Campesina, é constituinte das lutas de resistências dos camponeses e da tradição de educação popular, construídas no seio destas lutas.

Bibliografia

ALBA – Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América. **Convênio de intenções com a Via Campesina**. Rio Grande do Sul: [s.n.], 2005.

ARRUDA SAMPAIO Jr., P. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, G. (Org.) **Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BATISTA, A. F. **Consciência e territorialização contra-hegemônica**: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência e tecnologia)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

BRUNO, R. A. L. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, Bernardo M. (Org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 1-432, 2008.

CALDART, R. S. **Educação no MST e Projeto Educativo Socialista**: Convicções e Desafios de Luta e Construção. Palestra no II ENERA, Setembro 2015. Não paginado.

_____. **Educação do Campo** – Notas e análises de percurso. 2008. Digitado.

CECEÑA, A. E. Os caminhos e os agentes do saqueio da América Latina. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG et al. **Empresas transnacionais brasileira na América Latina**: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular. 2009. p. 206-216.

DECLARACIÓN DE MAPUTO. **V Conferencia Internacional de la Vía Campesina. Mozambique**, Maputo, 2008. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestrasconferencias-main-menu-28/declaraciones-mainmenu-70>>.

ESCOLA Nacional Florestan Fernandes – ENFF. **As experiências de formação política na América Latina**. Caderno n. 1. São Paulo, 2008.

FERNANDES, B. M. Educação do Campo e território camponês no Brasil, In: SANTOS, C. A. (Org.) **Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008, p. 39-66. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 07).

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A. Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e Caribenha. In: CECENA, A. E. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO – Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2006. p. 151-197.

RIBEIRO, S. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SILVA, S. P. **Soberania alimentar e o Assentamento Mulungu no Semiárido Cearense**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

STÉDILE, J. P. **Reflexões sobre as tendências do capital na agricultura e os desafios do movimento camponês da América Latina**. Coletâneas de textos da ENFF, n. 9. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2010.

Repressão preventiva e seletiva na Argentina

*Lisandro Braga*²⁹

O propósito deste texto é discorrer sobre as múltiplas determinações que envolvem a tríplice lumpemproletarização³⁰-criminalidade-repressão policial na Argentina contemporânea, dando destaque aos diversos casos de execução sumária efetuada pela polícia sob a alegação de disparo acidental ou morte oriunda do enfrentamento. Esses episódios ficaram denominados na Argentina de *gatillo fácil* e fazem parte da cotidianidade dos bairros pobres e das lutas sociais desse país há mais de duas décadas. Para compreendermos essa tríplice em sua totalidade social é necessário recorrermos ao processo histórico de construção de uma nova realidade socioeconômica e cultural, tanto em escala mundial, quanto em escala local.

29 Professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Naviraí, e Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

30 Em nossa análise, o lumpemproletariado é ressignificado na contemporaneidade a partir de uma teoria marxista das classes sociais. No entanto, não ficamos presos à análise que Karl Marx realiza sobre o lumpemproletariado, o que não significa que abandonamos as contribuições desse autor para pensar tal classe social, mas tão somente que procuramos ir além dele sem necessariamente abandoná-lo. Em outras palavras, utilizamos as contribuições existentes ao longo de sua vasta obra para pensar o conceito de classes sociais. Dessa forma, afirmamos que o lumpemproletariado é composto pela totalidade do exército industrial de reserva (desempregados, subempregados, mendigos, sem-teto, prostitutas, etc.) uma vez que os indivíduos que compõem essa totalidade possuem características em comum que possibilitam sua definição como classe, da mesma forma, possuem divisões apontadas pelo conceito de frações de classe. Assim como as demais classes sociais do capitalismo, é o seu modo de vida que possibilita sua unificação como classe. No entanto, ao contrário das demais classes sociais que são unificadas a partir da sua posição na divisão social do trabalho capitalista, o lumpemproletariado se unifica pela condição de marginalidade na divisão social do trabalho, e tal condição o torna uma classe social (VIANA, 2012).

Acreditamos que essa nova realidade é assinalada pela constituição de um regime de acumulação integral, do Estado neoliberal que o acompanha e o torna regular e do neoimperialismo que busca universalizá-lo (VIANA, 2009).

Acumulação integral, repressão e criminalização da pobreza

O regime de acumulação integral é fruto da resposta capitalista à crise do final da década de 1960 e início da década de 1970, provocada pela tendência declinante da taxa de lucro e marcada pela radicalização das lutas estudantis e operárias na França, Alemanha e Itália, bem como pelo movimento de contracultura e pelo movimento pacifista nos EUA, responsáveis por promover a primeira rachadura no regime de acumulação intensivo-extensivo que, já no início da década de 80, entra em colapso.

Com a contínua queda na taxa de lucro entre as décadas de 1960 e 1970, o capitalismo precisou encontrar soluções para a crise. Esse fato levou à construção de um novo regime de acumulação³¹ marcado, pelo aumento da exploração tanto nos países imperialistas, quanto nos países subordinados, tanto no aumento da extração de mais-valor relativo, quanto na extração de mais-valor absoluto. A constituição do regime de acumulação integral, visando combater a tendência declinante da taxa de lucro entre as décadas de 1960 e 1970, vem acompanhada pela substituição do Estado do Bem-Estar Social pelo Estado Neoliberal, que terá a função de criar as condições institucionais necessárias para ampliar a acumulação de capital via neoliberalismo e neoimperialismo (VIANA, 2009; BRAGA, 2012).

Para que a acumulação integral ocorra, é necessário garantir que um amplo processo de mudanças seja colocado em prática no campo das relações de trabalho. Essas relações foram marcadas pela corrosão dos direitos trabalhistas, pela (in)flexibilidade no sistema produtivo — provocando uma imensa precarização e intensificação do trabalho —, e por um processo crescente de lumpemproletarização via aumento do desemprego, assim como o avanço da consolidação de um modo de vida que tende a se estabelecer às margens da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, da miséria em escala mundial. De acordo com Harvey,

31 Para Viana, “um regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional” (2009, p. 30).

[...] o mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis [...]. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado [...]. A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (2008, p. 143-144).

O neoliberalismo complementa toda essa mudança estrutural regularizando essas novas relações sociais, necessárias à efetivação da acumulação integral de capital. Nesse sentido, ele é marcado por uma enorme contenção dos gastos públicos em políticas sociais em geral e por uma onda avassaladora de privatização de empresas públicas. Uma das consequências sociais diretas e inevitáveis da promoção do Estado neoliberal é, sem sombra de dúvidas, o aumento do desemprego, da pobreza e das tensões sociais derivadas dos constantes cortes nas políticas de assistências sociais, da privatização de empresas públicas acompanhada de demissões em massa, da diminuição drástica da oferta de empregos, da miséria, da fome e da opressão em geral. Conforme sintetiza Harvey, o neoliberalismo “acentuou que o papel do governo é criar um clima de negócios favorável e não cuidar das necessidades e do bem-estar da população em geral” (2008a, p. 58). Veremos mais adiante que isso se aplica perfeitamente à realidade argentina pós-década de 1990.

As mudanças no mundo do trabalho em países de capitalismo subordinado, tal como é o caso argentino, remete às discussões sobre o neoimperialismo, uma vez que lhe coube expandir para vastas regiões do globo a dinâmica da acumulação integral e suas consequências sociais. O regime de acumulação intensivo-extensivo — que antecedeu ao regime de acumulação integral — garantia uma relativa estabilidade no bloco dos países imperialistas, graças à superexploração existente no bloco dos países subordinados, por meio da acumulação extensiva, transferência de mais-valor para os países imperialistas, endividamento externo, “troca desigual”, etc. Porém, a situação já não é mais a mesma, visto que, para

garantir a reprodução do capitalismo na era da acumulação integral, que entra em vigor a partir da década de 1980, não basta aumentar a já intensa exploração no capitalismo subordinado. Portanto, para a manutenção do novo regime de acumulação é necessário aumentar a exploração no bloco subordinado que, a partir da queda do capitalismo estatal russo, se amplia com os países do leste europeu, mas também no bloco imperialista (VIANA, 2009).

É neste contexto que emerge também o neoimperialismo, isto é, o imperialismo da acumulação integral, que tem como função promover de forma generalizada a acumulação de capital em todo o mundo. Segundo Harvey,

[...] para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financialização e do comércio livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação por espoliação, devia se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição (2011, p. 129).

O neoimperialismo busca reproduzir o processo de exploração global por meio das relações internacionais, visando aumentar a exploração que, conseqüentemente, representa maior quantidade de mais-valor produzido e maiores transferências de valor dos países subordinados para os países imperialistas. Desse modo, há uma tendência em aumentar a já elevada taxa de exploração nos países subordinados. É nesse sentido que esses três elementos — acumulação integral, neoliberalismo e o neoimperialismo — cumprem seu papel, ao promover a corrosão dos direitos trabalhistas e ao estabelecer estratégias para promover o aumento da extração de mais-valor relativo (maior controle do trabalho, novas tecnologias, etc.), uma vez que a extração de mais-valor absoluto já existe e tende a se ampliar.

A acumulação integral consolidou um quadro social alarmante para a classe trabalhadora em todas as nações em que ela se fez presente: imensa precarização e intensificação do trabalho; retorno de extensas jornadas de trabalho; lumpemproletarização; desemprego e subemprego em massa; ruína de diversos bairros populares; expansão da criminalidade; mendicância; prostituição; elevação do consumo e tráfico de drogas (principal “lazer” e “trabalho” da juventude lumpemproletária); práticas compulsivas de disciplinamento; controle e violência policial; criminalização da pobreza acompanhada de recordes absolutos de encarceramento, etc. (HARVEY, 2008, 2008a; VIANA, 2009; WACQUANT, 2001, 2003, 2008; GARLAND, 2008).

Lumpemproletarização, criminalidade e gatillo fácil na Argentina contemporânea

Com o propósito de compreender a maneira pela qual se promoveu uma expansão da lumpemproletarização na sociedade argentina contemporânea, acompanhada de uma grande radicalização das lutas sociais, da elevação significativa da criminalização da pobreza, da criminalidade em geral (delitos à propriedade, delitos às pessoas, roubo com armas, homicídios, sequestros extorsivos, etc.) e da repressão e violência policial, recorreremos ao processo histórico de constituição dessa realidade. Para isso, propomos analisar nosso objeto de estudo (o *gatillo fácil*) à luz das transformações históricas constituintes de um novo regime de acumulação, nos termos definidos por Viana (2009).

Não obstante a Argentina tenha sempre pertencido ao bloco de países capitalistas subordinados, na divisão internacional do trabalho, durante décadas preponderou um modelo de integração de caráter nacional-popular, cuja máxima expressão foi a primeira fase do peronismo (1946-1955). Tal modelo se constituía de três grandes atributos: economicamente se fundamentava no desenvolvimento de seu parque industrial e na estratégia de desenvolvimento do mercado interno. Seu segundo atributo era caracterizado pela apresentação do Estado como amplo agente promotor da coesão social, por meio dos investimentos públicos e da ampliação da cidadania. Por último, havia uma tendência em possibilitar uma maior incorporação de parcela significativa das classes trabalhadoras bem como uma expansão das classes auxiliares da burguesia (SVAMPA, 2010).

Todavia, esse modelo começa a se deteriorar paulatinamente a partir da década de 1970, aprofunda-se durante a década de 1980 e desmantela-se na década de 1990 com o menemismo (1989-1999). Vejamos como esse processo ocorreu e sua relação com o objeto central deste estudo.

A primeira tentativa em direção a uma mudança no regime de acumulação ocorreu sob o governo de Isabel Perón (1974-1976) e ficou conhecido como “Rodríguez”. Sob a direção do ministro da economia Celestino Rodrigo, buscou-se uma reorientação fundamental da economia que visava a pôr fim na economia nacionalista e reformista, própria do peronismo, e promover uma política de estabilização e ajuste orientada por uma aliança com o empresariado. Dentre as consequências de tais políticas, uma se apresenta bastante antipopular: o aumento de 200% das tarifas dos serviços públicos. No entanto, essa tentativa encontrou grandes obstáculos nas resistências populares, que promoveram uma greve geral

decretada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que exigia o fim imediato do plano de ajuste.

A segunda tentativa na direção dessa reorientação econômica foi realizada pelo golpe militar de 1976. Assim como em outros países latino-americanos, a ditadura na Argentina tinha como finalidade reestruturar a economia segundo os interesses empresariais nacionais e internacionais; e, para atingir esse objetivo, programava uma política de repressão terrorista. Conforme Svampa,

[...] o objetivo da ditadura militar argentina foi levar a cabo uma política de repressão, ao mesmo tempo que aspirava refundar as bases materiais da sociedade. Em consequência, a característica introduzida foi dupla: por um lado, mediante o terrorismo de Estado, apontou para o extermínio e disciplinamento de vastos setores sociais mobilizados; por outro lado, pôs em marcha um programa de reestruturação econômico-social que produziria profundas repercussões na estrutura social e produtiva (2010, p. 23).

Os resultados dessa reestruturação modificariam efetivamente a estrutura socioeconômica argentina, uma vez que levou a cabo um modelo fundamentado na abertura financeira e na importação de bens materiais e capitais. Conseqüentemente, tais medidas promoveram uma severa redução da industrialização nacional e proporcionou um imenso endividamento público e privado, perceptível no aumento incrível da dívida externa que passara de 13 milhões em 1976 a 46 milhões no ano de 1983. Além disso, a ditadura militar seria responsável pelo processo de deslocamento industrial, acompanhado de uma vasta expulsão de mão-de-obra, pela expansão do lumpemproletariado, pela contração da demanda interna, pela deterioração dos salários, etc. Juntamente com isso, a classe trabalhadora perdeu o direito a negociações coletivas, o que refletiu negativamente na distribuição de renda (SVAMPA, 2010).

Diante dessa nova realidade, nascia na Argentina uma sociedade lumpemproletarizada e atravessada por amplas desigualdades sociais. O país experimentava o declínio estrutural do modelo nacional-popular sem contar com nenhuma chave para reencontrar a integração social de amplos setores populares e auxiliares empobrecidos. Segundo Kessler e Virgilio,

[...] uma das conseqüências de grande peso econômico e sócio-culturais mais inesperadas que os setores médios têm sofrido na Argentina foi a de dar origem a um tipo de pobreza com traços particulares, uma vez iniciado o intenso processo de empobrecimento sofrido pela sociedade desse país.

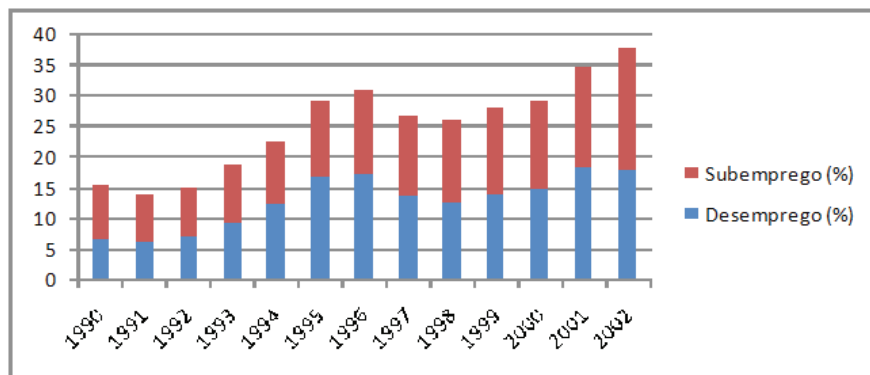
Basta dizer que entre 1980 e 1990 os trabalhadores em seu conjunto perderam em torno de 40% do valor de suas rendas, e logo após certa recuperação em 1991 devido à estabilidade, voltaram a perder em torno de 20% entre 1998 e 2001, com importantes oscilações até hoje. A profundidade e persistência da crise iniciada em meados da década de 1970 fizeram com que milhares de famílias de classe média e de pobres de longa data, que no passado conseguiam escapar da miséria, visualizassem suas rendas declinar abaixo da “linha de pobreza” (2008, p. 32).

A herança deixada pela ditadura militar foi um país extremamente endividado, governado de forma corporativa, afundado na corrupção administrativa e com uma tradição política autoritária e violenta. Em 1992, com a chegada de Carlos Menem à presidência, consolida-se o colossal processo de neoliberalização da economia que se iniciara com os governos militares. O menemismo foi responsável por estabelecer uma nova aliança política no seio do Partido Justicialista — partido oficial do peronismo — marcada cada vez mais por um afastamento das burocracias sindicais — aliadas históricas — e por uma vinculação cada vez mais estreita com as grandes corporações empresariais desejosas de uma reforma estatal de cunho neoliberal.

A década de 1990 veria consolidar os planos de ajustes que vinham se constituindo desde a década de 1970 e que seriam expressos em uma diversidade de medidas: estabilização econômica, liberalização da economia, plano de convertibilidade e reforma do Estado. Não nos deteremos nos detalhes dessas medidas, mas tão somente nas suas consequências sociais que, para os propósitos deste estudo, são de importância fundamental.

Em linhas gerais, o novo regime de acumulação (integral) caracterizou-se por um modelo de “modernização excludente” (BARBEITO; LO VUOLO, 1992 *apud* SVAMPA, 2010), visto que na década de 1990, apesar do crescimento de 28% da População Economicamente Ativa, o desemprego cresce 153%, e o subemprego, 115,4%. Tal modernização foi marcada por um incremento da produtividade com insuficiente produção de emprego e crescente precarização das relações de trabalho. Simultaneamente, milhares de pequenas e médias empresas decretaram falência, visto que não se encontravam em pé de igualdade para concorrer com a invasão de produtos externos.

Figura 1 – Evolução do desemprego e subemprego na Argentina (1990-2002)



Fonte: Ministério do Trabalho, Boletim de Estatísticas Laborais, 2003. Disponível em: <www.trabajo.gov.ar>. Acesso em: 08 jul. 2012.

Outra exigência fundamental do novo regime de acumulação foi a reforma geral do Estado. Essa foi caracterizada por uma drástica redução dos gastos públicos, descentralização administrativa, transferência das responsabilidades públicas para iniciativas privadas e gigantesca privatização de empresas estatais. Essa última revela a estreita relação entre a construção do Estado neoliberal argentino e os interesses do neoimperialismo, uma vez que quase todos os serviços básicos e essenciais à sociedade argentina se encontrarão, a partir daí, nas mãos de corporações estrangeiras com plena liberdade para elevar as tarifas de tais serviços (eletricidade, fornecimento de água, telefonia, gás, transportes públicos, combustíveis, etc.).

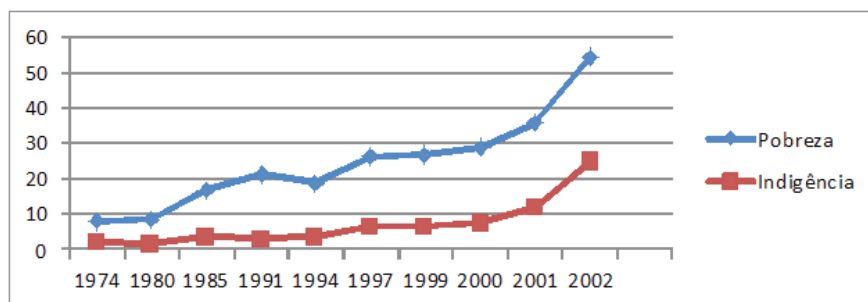
Seguindo as análises de Maristella Svampa (2010), é possível perceber o forte impacto negativo nos empregos públicos, derivado do processo de desmantelamento das obrigações do Estado, a partir das privatizações dos principais serviços estatais:

Em cifras absolutas, se considerarmos somente as sete empresas mais importantes do setor (telefonia, correios, transporte aéreo, gás, água, energia e transporte ferroviário), até 1985 havia 243.354 funcionários do setor público. Em 1998, haviam reduzido a 75.770. No geral as demissões massivas se combinarão com planos de demissão mais ou menos compulsivos, implementados em um lapso muito breve, durante o período prévio da privatização, quando as empresas eram declaradas “sujeitas a privatização”. Dessa maneira se habilitavam planos draconianos de racionalização, em mãos de todo poderosos interventores que respondiam

diretamente ao Poder Executivo. Assim, entre 1991 e 1992, a redução do emprego prejudicou nada menos que a 100.000 trabalhadores do setor público (SVAMPA, 2010, p. 40).

Aliados, os processos de privatização e o intenso deslocamento de indústrias para outros países foram responsáveis pela expansão do lumpemprego e do lançamento de mais de 50% da população abaixo da “linha da pobreza” e um crescimento vertiginoso da população na indigência. A paisagem urbana de diversas regiões do país se modificou completamente. Regiões que antes eram conhecidas como importantes cordões industriais (Grande Buenos Aires, Rosário e Córdoba) se transformaram em verdadeiros cemitérios de fábricas abandonadas, e outras regiões conhecidas por fornecerem os principais combustíveis do país se tornaram espécies de “territórios fantasmas”, completamente abandonados.

Figura 2 – Evolução da população (%) abaixo da linha da pobreza e da indigência. Grande Buenos Aires



Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e do Trabalho da Nação Argentina (2006). (Cf. MINUJIN; ANGUITA, 2004, p. 50).

Diante dos efeitos desintegradores da acumulação integral, diversas organizações populares insurgiram com o intuito de promover uma resistência a esse quadro dramático e assustador e, na medida do possível, impor freio ao avanço dessa situação. Sem sombra de dúvidas, um dos principais protagonistas da resistência ao neoliberalismo e suas consequências foi o movimento de desempregados conhecido como Movimento Piqueteiro³².

³² Para maiores informações sobre o movimento piqueteiro ver: MERKLEN (2005); SVAMPA e PEREYRA (2009).

No início dos anos 90, em diversas regiões petrolíferas do país que sofreram com o desemprego em massa, derivado do processo de privatização, iniciou-se um movimento de pressão popular caracterizado pela exigência de trabalho e de subsídios para garantir a sobrevivência. Esse movimento deveu-se ao fato de que a maioria dos piqueteiros passara a “viver” abaixo da “linha da pobreza”, sem direito a alimentação, moradia, saúde, etc., pelo caráter assembleiário de suas decisões e forma organizacional e, principalmente, por sua ação direta no enfrentamento contra as forças repressivas. Além disso, esse movimento tinha como principal ferramenta de luta o bloqueio de estradas (piquetes) fundamentais para a circulação de mercadorias. Diante da incapacidade do poder público em atender as reivindicações do movimento, e em decorrência da sua expansão para diversas províncias do país, iniciou-se uma intensa política de repressão institucional e criminalização do protesto social na Argentina (KOROL; LONGO, 2009). E aqui começa a se revelar a face penal do neoliberalismo argentino que, a partir de agora, será o foco de nossa atenção.

Durante quase toda a década de 1990, houve manifestações contrárias às consequências sociais das políticas neoliberais, e em diversas delas houve enfrentamento com as forças policiais que, paulatinamente, foi ampliando suas práticas repressivas e o grau de violência no tratamento com os manifestantes. Uma prática comum das forças repressivas institucionais foi o *gatillo fácil*, caracterizado pela Coordenadoria contra a Repressão Policial e Institucional³³ (CORREPI, 2010), uma organização política de denúncias contra os direitos humanos na Argentina, como “execuções sumaríssimas aplicadas pelas forças policiais e que no geral tendem a ser ocultadas como ‘enfrentamentos’”. Esta ‘pena de morte extra-legal’ se distingue por duas etapas: o fuzilamento e o encobrimento” (CORREPI, 2010, p. 2, tradução nossa). A partir de agora gostaríamos de apresentar alguns exemplos de casos de *gatillo fácil* que reforça a tese segundo a qual o que vem ocorrendo na Argentina entre a década de 1990 até o ano de 2002 (momento ápice da rebelião argentina) é uma tentativa antidemocrática de criminalizar e silenciar os protestos e lutas sociais legítimas:

33 Para maiores informações sobre essa organização visitar o site <www.correpi.lahaine.org>.

Tabela 1 – Resumo de casos de *gatillo fácil* na repressão seletiva contra os contestadores sociais:

Data/Local	Vítimas de <i>gatillo fácil</i>	Descrição
12/04/1995 Tierra del Fuego	Víctor Choque	37 anos, operário da construção assassinado pela policial local durante uma mobilização.
12/04/1997 Cutral C6	Teresa Rodríguez	24 anos, empregada doméstica assassinada pela ação da Gendarmería ³⁴ durante uma manifestação docente.
17/12/1999 Ponte que liga as províncias Corrientes e Chaco	Mauro Ojeda e Francisco Escobar	18 anos, desempregado, e 25 anos, cartoneiro. Ambos assassinados à queima roupa pela Gendarmería na ocupação da ponte Manuel Belgrano.
09/05/2000 Puebladas em General Mosconi e Tartagal – Província de Salta	Orlando Justiniano e Matías Gómez	21 anos e 18 anos, respectivamente. Ambos assassinados pela polícia provincial.
10/11/2000 General Mosconi e Tartagal – Província de Salta	Aníbal Verón	37 anos, motorista da empresa de transporte Atahualpa. Assassinado com um tiro no rosto pela Gendarmería, durante o bloqueio da estrada 34.
Junho de 2001 General Mosconi e Tartagal	Oscar Barrios e Carlos Santillán	17 anos e 27 anos, respectivamente. Ambos desempregados (piqueteiros) e assassinados pela polícia provincial em um bloqueio de estrada.
19 e 20/12/2001 Diversas cidades do país	37 pessoas assassinadas	Rebelião generalizada em diversas cidades do país, com epicentro na Capital Federal (Buenos Aires) que caracterizou uma profunda crise institucional ³⁵ .

34 A Gendarmería equivale a uma polícia especial instaurada originalmente para atuar nas regiões de fronteira argentina, mas que, após a eclosão das lutas sociais radicalizadas no final da década de 1990, foi utilizada constantemente e especialmente no combate à ocupação de fábricas e corte de ruas e estradas praticados pelo movimento operário e pelos movimentos piqueteiros. A Gendarmería foi responsável por diversos casos de *gatillo fácil* contra militantes sociais em toda a Argentina.

35 Para acessar a lista de nomes das pessoas assassinadas nessa rebelião ver: KOROL, Claudia; LONGO, Roxana. Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe general. IN: KOROL, Claudia (Org.) Criminalización de la pobreza y de la protesta social. Buenos Aires: El colectivo, America libre, 2009.

06/02/2002 Cidade de El Jagüel	Javier Barrionuevo	31 anos, desempregado e militante de um Movimento de Trabalhadores Desempregados – MTD. Assassinado no bloqueio da estrada 205.
26/06/2002 Cidade de Buenos Aires	Darío Santillán e Maximiliano Kos- teki	21 anos e 22 anos, respectivamente. Ambos militantes de organizações piqueteiras e executados sumariamente pela polícia de Buenos Aires durante uma intensa repressão, promovida por diversas forças policiais, à tentativa de ocupação da Ponte Pueyrredón.

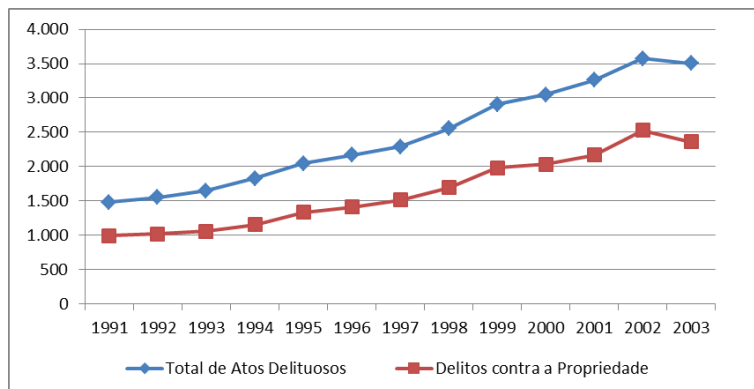
Fonte: KOROL, C.; LONGO, R. Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe general. In: KOROL, C. (Org.). **Criminalización de la pobreza y de la protesta social**. Buenos Aires: El colectivo, America libre, 2009.

O crescente processo de criminalização dos movimentos sociais e de seus protestos em várias regiões do mundo — e particularmente na Argentina — exprime outra face do Estado neoliberal e de sua determinação em tornar regular a dinâmica da acumulação integral. Para isso, ele precisar criminalizar a pobreza e os movimentos sociais de luta contra ela, pois um combate efetivo à pobreza e ao desemprego já não constitui algo que se possa visualizar no interior desse regime de acumulação. Além disso, a emergência de lutas sociais com tendências cada vez maiores à radicalização pressiona o Estado e obstaculiza cada vez mais o processo de acumulação. Eis a função da criminalização do protesto social derivado do crescente processo de lumpemproletarização.

A trajetória histórica de avanço dos índices de desemprego, subemprego, indigência e pobreza na Argentina, entre os anos de 1990-2003, coincide com o avanço das taxas de delito em geral. Isso nos possibilita indagar: Existe uma relação concreta entre lumpemproletarização, pobreza e criminalidade? Acreditamos que sim. Contudo, não se trata de uma relação mecânica, causal, mas, sim, complexa e envolvida por uma multiplicidade de determinações que não cabe aqui serem discutidas.

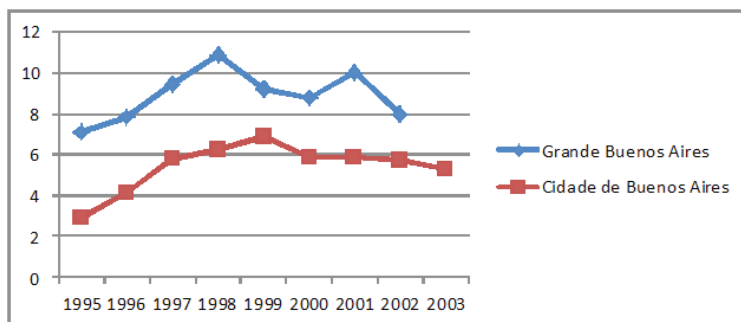
Os anos de 1990 na Argentina, assim como em vários outros países latino-americanos, presencia uma escalada surpreendente das taxas de delitos tais como homicídios, roubos com armas, furtos, etc. (CIAFARDINI, 2006). Os gráficos a seguir são demonstrativos de tal escalada:

Figura 3 – Evolução da taxa de delitos



Fonte: Registro Nacional de Reincidência (até 1998) e Dirección Nacional de Política Criminal (1999 em diante). Ministério da Justiça da República Argentina. (Cf. CIAFARDINI, 2006, p. 57).

Figura 4 - Evolução, em porcentagem, de vítimas de roubo com armas



Fonte: Pesquisas de vitimização, Dirección Nacional de Política Criminal, Ministério da Justiça da República Argentina. (Cf. CIAFARDINI, 2006, p. 62).

A explicação mais convincente para o crescimento exponencial dos delitos em geral na Argentina deve-se, sem sombra de dúvidas, ao amplo processo de lumpemproletarização e o conseqüente empobrecimento que experimentou quase metade da população nacional entre os anos de 1990 e 2003. O imenso processo de deterioração das condições socioeconômicas afeta diretamente os jovens. O processo de neoliberalização globalizada atingira duramente a juventude que sofreu com o intenso avanço de desinstitucionalização (crise da escola, crise

da família, etc.) e de desestruturação do mercado de trabalho na Argentina desse período (SVAMPA, 2010). Segundo Svampa,

[...] em maio de 1995, quando o país alcançou seu primeiro recorde histórico de desemprego (18%), o desemprego dos jovens da Área Metropolitana de Buenos Aires alcançava 34,2%. Em novembro de 1999, os jovens desempregados (entre 15 e 24 anos) duplicavam a taxa nacional de desemprego, alcançando 27%. As cifras indicavam também que 40% dos jovens estavam abaixo da linha de pobreza. Contudo, dados mais recentes assinalam que 6 de cada 10 jovens são pobres; isto é, 5.500.000 pessoas entre 15 e 29 anos (2010, p. 172).

A falta de experiência e qualificação laboral, juntamente com uma formação escolar débil, faz dos jovens uma clientela preferencial para todo tipo de trabalho precário e condições vulneráveis de existência, uma vez que as empresas de organização integral contam com suas “capacidades maleáveis” e inexperiência sindical de lutas e resistências. Diante desse panorama, não é difícil perceber que muitos desses jovens também sobrevivem nas franjas da ilegalidade da “economia das ruas” (WACQUANT, 2008). Obviamente, eles se tornaram as maiores vítimas do controle, disciplinamento compulsivo e repressão preventiva efetuada pelos aparatos repressivos da polícia, assim como as maiores vítimas de *gatillo fácil* e de diversas outras arbitrariedades extremamente violentas e letais praticadas cotidianamente por diversos policiais (ALES, 2009; SVAMPA, 2010).

Para corroborar a afirmação segundo a qual são os jovens pobres as maiores vítimas do controle e disciplinamento compulsivo efetuada pela polícia, assim como as maiores vítimas de *gatillo fácil*, utilizaremos os registros de duas organizações de investigação e defesa dos direitos humanos na Argentina. Trata-se do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS³⁶) e da Coordenadoria contra Repressão Policial e Institucional (CORREPI).

Uma particularidade presente em quase todos os casos de *gatillo fácil* ocorridos na Argentina está nas formas como as execuções são realizadas. As vítimas geralmente são: jovens confundidos com outros jovens, jovens em fuga ao praticar um delito, vítimas de abuso de autoridade que resultam em mortes nas revistas policiais (o famoso baculejo), jovens executados por estarem em lugares e horários suspeitos, etc. Juntamente com isso, outra particularidade envolta nesses

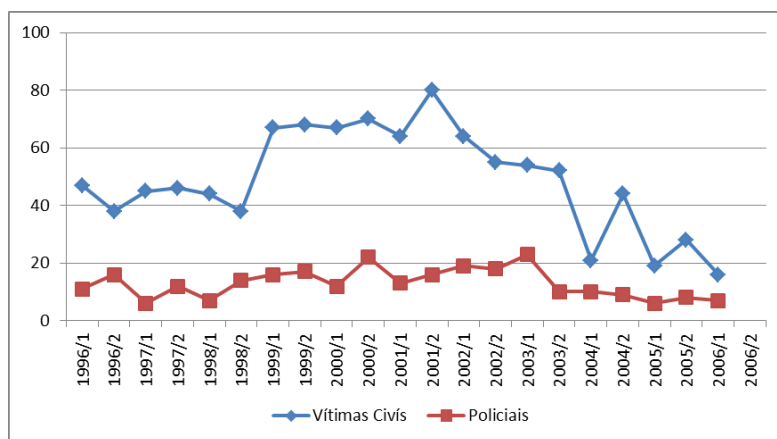
36 Para maiores informações sobre o Centro de Estudos Legais e Sociais ver: <www.cels.org.ar>.

casos é fornecida pela “justificativa” da instituição policial que quase sempre alega que a morte foi provocada por enfrentamento com a polícia, que constantemente implanta armas nos locais em que ocorre o *gatillo fácil*.

De acordo com a base de dados do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), a violência promovida pelas instituições de segurança (polícia em geral) tem gerado na década passada 2.753 vítimas fatais somente na região metropolitana de Buenos Aires. Em meio a toda essa violência, existe um amplo leque de situações envolvendo a participação de policiais: execuções sumárias, enfrentamentos armados, abuso da força, torturas seguidas de morte, pessoas assassinadas em protestos sociais, crimes efetuados por policiais por motivos particulares e casos graves de violência efetuados por policiais no interior de relações familiares, etc. (PALMIERI, 2008).

A revista da CORREPI *O Antirepresivo*, de novembro de 2010, aponta que desde dezembro de 1983 até novembro de 2010, a polícia argentina havia assassinado 3.093 pessoas e mais da metade, 1.634, ocorreram sob o governo dos Kirchner, que “tanto gosta de se autoproclamar como governo dos DDHH” (CORREPI, 2010, p. 3-4). Entre novembro de 2009 e novembro de 2010, aproximadamente, ocorreram 220 casos de mortes por *gatillo fácil* e torturas no cárcere, prisões e institutos de menores infratores.

Figura 5 – Pessoas mortas em atos violentos com participação de policiais na região Metropolitana de Buenos Aires



Fonte: Base de dados do Centro de Estudos Legais e Sociais.

Nota: Além de funcionários policiais, incluem-se membros de todas as instituições estatais que exercem o papel de força de segurança na representação do Estado: Forças armadas, serviços penitenciários, forças de segurança federais (Gendarmería Nacional, Policía de Seguridad Aeroportuária, Prefeitura Naval Argentina).

No fundo, o que vem ocorrendo em todo o território argentino, especialmente na região da Grande Buenos Aires, é uma política estatal de repressão preventiva contra a possibilidade de emergência de novas organizações populares nos bairros pobres³⁷, e contra os delitos cometidos pela juventude lumpemproletária contra a propriedade. Uma prova disso é o crescente processo de militarização dessas áreas cujos habitantes vivem em constante processo de vigilância e controle por parte das instituições de segurança.

Outro elemento que reforça a tese segundo a qual o Estado neoliberal equivale a um Estado Penal (WACQUANT, 2001) — e, conseqüentemente, suas ações apontam para uma maior repressão e criminalização dos setores mais pobres da sociedade — é fornecido pelo aumento significativo dos investimentos governamentais na polícia. O caso mais visível é o da Gendarmería, visto que

[...] desde 1938, data de sua criação em plena “década infame”, até agora, nunca a gendarmería havia sido tratada com tanta consideração, especialmente, por parte dos governos vigentes. Basta assinalar que em 2011 seus recursos se viram incrementados em 23%, porcentagem que está acima de qualquer outro setor do gasto público e que sua participação na distribuição dos gastos de segurança interna passou, nestes 08 anos do governo dos Kirchner, de 31% em 2002, (frente aos 42% que ostentavam a Polícia Federal), a uma quase paridade com a “federal”, em torno de 38% dos gastos, mas com apenas 42.000 efetivos frente aos quase 60.000 da polícia federal (ROCCHIO, 2011, p. 7).

O “Operativo Centinela”, colocado em prática desde o final de 2010, mantém aproximadamente 6.000 gendarmes controlando o Conurbano Bonaerense (região metropolitana de Buenos Aires) e, a partir de julho de 2011, 2.500 gendarmes e outros patrulheiros passaram a exercer um controle diário sobre os bairros localizados ao sul da cidade de Buenos Aires, sob a marca do “Operativo Unidade Cinturão Sul”. Isto é, o Estado argentino vem promovendo uma verdadeira militarização dos bairros pobres da cidade de Buenos Aires e de sua região metropolitana, com o intuito de coibir a reorganização dos movimentos sociais

37 As primeiras organizações de desempregados que promoveram grande pressão popular contra o processo de neoliberalização e lumpemproletarização na Argentina emergiram a partir das organizações territoriais existentes em diversos bairros do Conurbano Bonaerense, que, a partir de 1997, constituíram um espaço privilegiado de militância e ação política independente das estruturas hierárquicas dos partidos políticos e sindicatos. Nesse sentido, os bairros forneceram um locus de militância inovadora e ameaçadora para o poder constituído.

emergidos durante a grande rebelião argentina e de reprimir os delitos contra a propriedade privada.

Em síntese, além de promover uma criminalização dos movimentos sociais, juntamente com uma repressão violenta dos seus militantes que, conforme demonstrou a Tabela 1, são constantemente vítimas de *gatillo fácil*, o Estado neoliberal argentino vem promovendo uma criminalização e repressão violenta dos setores mais pobres de sua sociedade. Acredita-se que a política estatal de repressão preventiva argentina execute em média um jovem por dia em casos de *gatillo fácil*, tortura na prisão e delegacias. Segundo informações da CORREPI (2011a), no ano de 2010 foram registradas mais de 300 mortes promovidas pelas forças de repressão argentinas. Desde o retorno da democracia no ano de 1983, a repressão preventiva pôs fim a quase 3.400 vidas. Em sua maioria, jovens habitantes de bairros pobres, nos quais dois terços possuíam menos de 35 anos. O Banco de dados da CORREPI mantém atualizado desde 1996 os casos de *gatillo fácil* que revelam em seus gráficos um acúmulo hediondo: **1996 (ano) – 262 (casos), 1997 – 382, 1998 – 471, 1999 – 635, 2000 – 833, 2001 – 1008, 2002 – 1292, 2003 – 1508, 2004 – 1684, 2005 – 1888, 2006 – 2114, 2007 – 2334, 2008 – 2557, 2009 – 2826, 2010 – 3093, 2011 – 3393** (CORREPI, 2010b).

Para a CORREPI, todos esses casos são reveladores daquilo que há anos ela vem denunciando e combatendo, isto é, que o *gatillo fácil* é uma política de Estado. O Estado neoliberal argentino substitui a face social do Estado por sua face penal que, paulatinamente, se apresenta como uma espécie de *panoptismo social* (WACQUANT, 2008; FOUCAULT, 2009). Além do mais, o endurecimento das práticas repressivas e dos milhares de casos de *gatillo fácil* equivale a uma nítida política de repressão contrarreblião preventiva que, nos termos de Foucault (2009), visa disciplinar e docilizar os corpos, mas não quaisquer corpos, tão somente o dos jovens pobres das periferias argentinas, apresentados como “populações sobrantes” compostas por “classes perigosas”.

Bibliografia

aLES, C. et al. **Los círculos de la violencia policial. Estadísticas y casos de la región metropolitana de Buenos Aires**. Buenos Aires: CELS, 2009.

BRAGA, L. **Acumulação integral e lumpemproletarização no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2012. 135 p.

CIAFARDINI, M. **Delito urbano en la Argentina – las verdaderas causas y las acciones posibles**. Buenos Aires: Ariel, 2006.

- COORDINADORA CONTRA LA REPRESIÓN POLICIAL E INSTITUCIONAL – CORREPI. Distintos gobiernos, la misma represión. **Revista El Antirrepresivo**, nov. 2010.
- COORDINADORA CONTRA LA REPRESIÓN POLICIAL E INSTITUCIONAL –CORREPI. Leyes antiterroristas. **Revista El Antirrepresivo**, out. 2011a.
- COORDINADORA CONTRA LA REPRESIÓN POLICIAL E INSTITUCIONAL –CORREPI. La fuerza de la represión para profundizar el modelo de explotación. **Revista El Antirrepresivo**, nov. 2011b.
- DAVIS, M. **Cidade de quartzo** – escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Página aberta, 1993.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** – história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GARLAND, D. **A cultura do controle** – crime o ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. **Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.
- _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- KESSLER, G.; VIRGILIO, M. La nueva pobreza urbana: dinámica global, regional y argentina en las últimas dos décadas. **Revista de la Cepal**, n. 95, ago. 2008.
- KOROL, C.; LONGO, R. Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe general. In: KOROL, C. (Org.) **Criminalización de la pobreza y de la protesta social**. Buenos Aires: El colectivo, America libre, 2009.
- MERKLEN, D. **Pobres ciudadanos** – las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003). Buenos Aires: Gorla, 2005.
- MINUJIN, A.; ANGUITA, E. **La clase media – seducida y abandonada**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.
- _____; KESSLER, G. **La nueva pobreza en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1995.
- PALMIERI, G. et al. **Políticas de seguridad, violencia policial y desafíos institucionales en un escenario volátil**. Buenos Aires: CELS, 2008.
- ROCCHIO, D. El lado oscuro de la gendarmería “progresista”. **Revista La Maza**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 28, out. 2011.
- SVAMPA, M. **La sociedad excluyente** – la Argentina bajo el signo del neoliberalismo. Buenos Aires: Taurus, 2010.
- _____; PEREYRA, S. **Entre La ruta y el barrio** – la experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- VIANA, N. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Goiânia: Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade, 2012.
- _____. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida, SP: Ideias e letras, 2009.
- WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Punir os pobres** – a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

A conta do desafio do milênio na América Central: benefícios reais ou mais da miséria neoliberal?

*María Gabriela Guillén Carías*³⁸

Introdução

A Conta e a Corporação do Desafio do Milênio fazem parte da Estratégia de Segurança Nacional para a expansão global dos Estados Unidos. Conhecido na América Central como Fundos para o Milênio ou FOMILENIO, esse programa norte-americano tem por objetivo servir aos interesses das grandes corporações transnacionais. A Conta do Desafio do Milênio é uma peça a mais na complexa engrenagem de mecanismos de penetração do capital norte-americano na região, em sua busca perene de acumulação. Este artigo propõe fazer uma avaliação crítica preliminar sobre o sentido real dessa estratégia, suas conexões com outros programas neoliberais de reajuste estrutural e com os tratados de livre comércio e seus impactos negativos sobre a população da América Central. O mecanismo se insere em um esquema maior do padrão de dominação externo norte-americano que, para além do seu slogan “diminuindo a pobreza através do crescimento”, aponta para uma crise civilizatória sem precedentes na história do capitalismo mundial. A análise será realizada não sem antes evocar o cenário sócio-histórico centro-americano do fim dos conflitos armados na região, fato que deu passo à reestruturação neoliberal nos anos noventa do século passado.

38 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Professora adjunta do Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados. Contato: mariacarias@ufgd.edu.br.

Década dos noventa: da estabilização dos conflitos aos tratados de livre comércio

O esgotamento do modelo desenvolvimentista em finais da década de sessenta alimentou as crises econômica, política e social que deram origem a grandes mobilizações populares em toda América Central. Em resposta à crescente espiral de repressão violenta perpetrada pelas ditaduras civil-militares, poderosos movimentos guerrilheiros enraizados na população de origem indígena e camponesa se consolidaram na Guatemala, El Salvador e Nicarágua, chegando este último país a um estágio avançado de articulação da luta armada popular, cujo resultado foi a tomada do poder em 1979. O triunfo dos Sandinistas causou um grande impacto na região, fato que fortaleceu a resistência das guerrilhas guatemalteca e salvadorenha perante os exércitos nacionais assessorados pelos Estados Unidos e prolongou a guerra ao longo de toda a década de 1980. Entrementes, Honduras passava por uma ascensão da luta camponesa com ocupações massificadas de terra, no âmbito da Aliança para o Progresso, o que obrigaria a ditadura civil-militar hondurenha a instituir um programa de repartição de terras. Na Costa Rica, um processo institucional de caráter modernizador daria certa estabilidade política e social ao país.

O conflito armado na Guatemala e El Salvador se alastrou sem culminar numa resolução do conflito pela via militar, enquanto na Nicarágua o governo sandinista era desestabilizado pelos Estados Unidos que financiavam um grupo armado de contra revolucionários, os Contras, com o fim de promover o boicote econômico do país. Nesse cenário, os governos centro-americanos, subordinados à lógica dos Estados Unidos, e a União Europeia, buscaram impulsionar um clima de negociações tendente à estabilização regional por meio de uma série de reuniões presidenciais que ratificaram a necessidade de pacificar o istmo centro-americano. Acordos de Paz impulsionados pela Organização das Nações Unidas são assinados em 1992, em El Salvador, e 1996, na Guatemala, entre as comandâncias das organizações guerrilheiras e as cúpulas governamentais. Os sandinistas, pressionados a negociar com os Contras e a realizar eleições livres na Nicarágua, foram derrotados em 1990 pela neoliberal Violeta Chamorro.

Esses acontecimentos encerraram os conflitos armados regionais e foram aclamados como o caminho para a transição democrática dos países centro-americanos. Nada mais longe da realidade, posto que os esforços de pacificação coincidiram com a necessidade de implantação de um poderoso plano internacional

de financeirização da economia, produto do Consenso de Washington. Os Acordos tiveram uma dupla e antagônica função: desmobilizadora e estabilizadora das lutas populares. Estabilizadora por se tornar um marco ideológico legitimador das reestruturações neoliberais que se consolidaram ao longo de todo o período de pós-guerra e que acabaram por imprimir na consciência de classe das massas de trabalhadores urbanos e rurais a ilusão de uma democracia limitada ao revezamento do poder.

A estabilização da América Central colocou ponto final à violência e à perseguição políticas e, como aponta o sociólogo guatemalteco Edelberto Torres Rivas (1995, p. 26), as reformas aos sistemas eleitorais enfraqueceram os mecanismos tradicionais de dominação oligárquica. No entanto, uma nova burguesia, absolutamente transnacionalizada e financeirizada, oriunda das oligarquias tradicionais e herdeira do seu caráter autocrático, se colocou ao controle do Estado e operacionalizou as reestruturações neoliberais que levaram a uma abrupta e vertical concentração de riqueza, inaugurando um novo ciclo de violência e de expropriação dos trabalhadores.

A pacificação regional não fez outra coisa senão preparar as condições para a estabilidade requerida aos objetivos de acumulação de capital tanto interna quanto externamente, mediante duas reformas simultâneas iniciadas antes do fim dos conflitos armados: a reforma política e a reforma econômica. A primeira se justificou pela modernização das instituições para ampliar os mecanismos de governabilidade, transparência, participação cidadã e igualdade de todas as forças políticas, incluindo aquelas que haviam atuado na clandestinidade guerrilheira durante anos. A segunda das reformas colocava a supremacia da irracionalidade do mercado na adjudicação de recursos em detrimento da intervenção do Estado, cujas empresas em setores estratégicos foram privatizadas e açambarcadas pelo capital transnacional que passou a controlá-las de forma monopólica. Isso se concretizou por meio do Programa de Ajuste Estrutural (PAE) e do Programa de Estabilização Econômica (PEE) que significaram, para os pequenos países da América Central, uma série de reformas tendentes à liberalização econômica e à abertura externa comercial.

Uma reforma tributária e disciplina fiscal foram postas em marcha a expensas da classe trabalhadora, com o argumento de reduzir a instabilidade macroeconômica criada por um Estado que gerava altos déficits fiscais. O endividamento externo seria reduzido cortando e focalizando os gastos públicos, o que afetou áreas de maiores necessidades sociais, como a saúde e a educação. Da mesma

forma, a isenção de impostos às exportações de *commodities* e às importações de bens de capital para o setor industrial das empresas nacionais conduziu à “maqui- lização” do país³⁹.

O resultado disso tudo foi a financeirização da economia centro-ame- ricana cujo caráter agroexportador de monocultivos se aprofundou, mas dessa vez com o predomínio do setor de serviços comerciais e financeiros controlados por um pequeno núcleo das elites transnacionalizadas. Oligopolizado, o setor financeiro destinou poucos créditos aos investimentos produtivos, abandonan- do os setores industrial e agropecuário junto com a priorização de atividades financeiras especulativas.

As duas reformas, política e econômica, longe de contraditórias, se com- plementaram para favorecer a expansão e acumulação capitalistas: o componente político, baseado nas ideologias de transição democrática, criou nos trabalhadores centro-americanos a ilusão de estar rumo à construção de um “Estado de Direito” que seria sustentado pelas benesses de um desenvolvimento econômico por meio do PAE e do PEE. Entrementes, se iniciava um novo ciclo de acumulação de ca- pital mediante o aumento das taxas de exploração do trabalho, concomitante ao ataque frontal aos sindicatos e aos direitos trabalhistas, bem como ao desmonte da organização popular surgida durante a década de setenta.

Reformas jurídicas de forte viés antissindical golpearam os direitos traba- listas, enquanto os salários permaneceram congelados por muitos anos. Todo esse cenário de liberalização não conseguiu resolver os crônicos problemas de

39 Toda América Central se converteu em uma grande área de montagem onde as em- presas do setor usufruem incentivos fiscais e pagam salários irrisórios à força de trabalho eminentemente feminina com baixa qualificação. A maquila se centra na produção têxtil e de confecção de grandes marcas de roupa esportiva que são exportadas aos Estados Unidos. Os produtos manufaturados são de baixo valor agregado e o setor é completamente desarti- culado das cadeias produtivas nacionais. (MORENO, 2004, p. 27). Milhares de mulheres jovens são empregadas em condições de extrema precarização trabalhista com salários in- feriores aos dos homens. As maquilas são exemplares no referente ao aumento dos ritmos e das jornadas de trabalho. Quanto às condições trabalhistas, o informe de 2007-2010 da Red Centroamericana de Mujeres en Solidaridad con las Trabajadoras de la Maquila (RED- CAM) aponta para uma série de violações dos seus direitos dentro dos quais se encontram: instabilidade trabalhista, pressão e maus tratos psicológicos por não atingir metas, assédio sexual, discriminação pela idade, por gravidez, por associação sindical, roubo das prestações do seguro social e da previdência, negação de licenças para consulta médica por doença ou por maternidade, entre outras (REDCAM, 2007-2010, p. 151-152).

desemprego estrutural gerados no auge desenvolvimentista da industrialização, para substituir importações, e os aumentou de forma acelerada.

De fato, as reformas não conseguiram superar os graves problemas herdados do período anterior, muito pelo contrário, o déficit fiscal e o endividamento se tornaram crônicos e aumentaram a situação de dependência estrutural dos países centro-americanos sem o almejado desenvolvimento econômico e social. Os programas de ajuste estrutural consolidaram o caminho para uma nova fase de expansão do capital caracterizada pela onda de Tratados de Livre Comércio, impulsionados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo eixo se centra na desregulamentação de capitais em inúmeros âmbitos que transcendem o meramente comercial, pois os Tratados de Livre Comércio são verdadeiros instrumentos de domínio e exploração.

A partir da primeira década do novo milênio entra em vigência uma série de tratados comerciais bilaterais, sendo o Tratado de Livre Comércio entre América Central e os Estados Unidos (TLC CA-EU) o que mais impactou negativamente a região⁴⁰. Esse tratado aprofunda a liberalização econômica para facilitar o acesso total e irrestrito aos recursos naturais e serviços públicos dos países às corporações transnacionais. Segundo Moreno (2004, p. 43), quatro elementos conformam a essência desses tratados: liberalização dos serviços, desregulamentação dos investimentos estrangeiros, fortalecimento dos direitos de propriedade intelectual e privatização das concessões públicas.

O TLC CA-EU foi anunciado como uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social associado ao livre mercado, com o qual haveria um aumento da competitividade das empresas nacionais mediante a transferência de tecnologia, isenções tarifárias de alguns produtos exportáveis aos Estados Unidos e oportunidades de trabalho. Contudo, acabou aprofundando o desenvolvimento desigual dos países centro-americanos, caracterizando um dos seus mecanismos pela proibição da entrada de muitos dos seus produtos agropecuários mediante

40 As negociações consistiram em várias rondas ministeriais e vice-ministeriais em que participaram as equipes negociadoras e as cúpulas empresariais dos cinco países da região e dos Estados Unidos.

barreiras alfandegárias, medidas sanitárias e fitossanitárias e subsídios à produção doméstica⁴¹.

Isso trouxe como consequência a deterioração da soberania alimentar em toda América Central pela dependência de grãos importados, cujos preços eram maiores que os produzidos nacionalmente. A lógica irracional dos TLC foi aprofundar os mecanismos dos programas de ajuste estrutural, porém com maiores restrições aos países que se subordinam a ele. Uma das características marcantes dos tratados é que são mais do que um simples acordo comercial. Trata-se de um instrumento político de subjugação dos países que a ele se submetem porque consolidam um marco jurídico de proteção para as corporações transnacionais. Raúl Moreno explica a essência do TLC e suas consequências:

Conforme o marco constitucional de muitos países periféricos, os acordos internacionais se convertem em lei ao serem ratificados; esta condição possibilita que as disposições contidas no amplo leque dos acordos emanados da OMC, que pelos seus princípios e conteúdos coincidem plenamente com os PAE-PEE, se convertam em lei das nossas repúblicas, subordinando automaticamente todo o marco jurídico secundário — leis trabalhistas, ambientais ou de investimentos entre outras (MORENO, 2004, p. 39, grifo nosso).

Uma das questões mais controvertidas dos tratados de livre comércio é a cláusula não negociável investidor-Estado, que confere total poder aos acionistas das corporações transnacionais. Por essa cláusula, os capitalistas estrangeiros têm a prerrogativa de processar judicialmente aqueles Estados que coloquem em risco não apenas seus investimentos reais, mas também suas expectativas de lucro futuro, ainda que o Estado atue de forma legal e justificada. O juízo é levado a cabo em tribunais internacionais com leis estranhas aos países envolvidos e com

⁴¹ Segundo notícia de 07/04/2014, do jornal hondurenho El Heraldo, em 2005, um ano antes da entrada em vigência do TLC, a América Central exportou aos Estados Unidos 11.434,7 milhões de dólares e importou bens por 14.326,5 milhões; o déficit comercial para o istmo foi de 2.891,3 milhões. No entanto, em 2012 a brecha foi muito mais desigual: dos 40.653 milhões que o intercâmbio atingiu, 13.570,5 milhões corresponderam a exportações centro-americanas e 27.146,2 milhões a importações de produtos estadunidenses. Em cinco anos o saldo comercial negativo para a região quase se quintuplicou.

uma clara desvantagem para os mais vulneráveis⁴². Essa cláusula abre uma figura sem precedentes em tratados internacionais de investimentos, a chamada expropriação indireta, com a qual nenhuma medida ou política pública governamental pode afetar os superlucros das grandes corporações, inclusive antes da realização dos investimentos⁴³.

Os tratados de livre comércio resolvem, pela “via pacífica” e de forma unilateral, o que Mészáros chama de “contradição de difícil resolução entre a tendência de desenvolvimento econômico das corporações transnacionais e as restrições a elas impostas pelos Estados nacionais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 227). De fato, as grandes transnacionais não teriam o poder e a penetração que têm se não fossem sustentadas pelos Estados das nações capitalistas dominantes de onde se originam. No entanto, o impacto do neoliberalismo e suas mazelas se acirram nos países dependentes e a duplicidade do caráter dos seus Estados aumenta, apresentando suas funções diminuídas nas áreas sociais. Tais funções estatais são, entretanto, inexoráveis na hora de resguardar e privilegiar os interesses do grande capital e até violentas na hora de reprimir a massa de trabalhadores tornada supérflua e jogada ao desemprego estrutural pelos efeitos do próprio TLC.

Os jargões gerados pelas conceitualizações da teoria política a partir dos processos de “transição democrática” na América Latina, no que se refere à institucionalidade, traduzidos por palavras e expressões como: cidadania ativa, governança, governabilidade, empoderamento, *accountability* e transparência, tornam-se uma retórica vazia perante o poder dos tratados de livre comércio, cujas cláusulas legitimam juridicamente a atuação ilegal e irracional do capital, reafirmando os parâmetros hierárquicos e contraditórios de funcionamento do sistema, transformando os privilégios de um punhado de acionistas das corpora-

42 Entre esses tribunais para a resolução de controvérsias destacam o Centro Internacional de Arranjos de diferenças relativas a investimentos (CIADI), instância do Banco Mundial (BM), e a Comissão das Nações Unidas para o Arranjo Mercantil Internacional (CNUDMI), circunscrita à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

43 Esta situação se perfilou em 2009, pela demanda colocada pela transnacional de mineração Pacific Rim por ser proibida de iniciar a exploração de minas de ouro em El Salvador. A não concessão das licenças por parte do governo gerou o “descontentamento” da transnacional que processou o Estado salvadorenho sob o marco do TLC no CIADI por \$314 milhões devido a “perdas de lucros futuros” e violação de contrato, pois, caso tivesse explorado as minas de ouro, levaria 98% dos lucros, deixando o restante para o Estado salvadorenho.

ções transnacionais em direitos irrevogáveis, em detrimento dos direitos e da vida mesma de populações inteiras.

De fato, o desemprego estrutural, produto da abertura comercial, é a grande mazela social no período da chamada “transição democrática” na América Central, em decorrência do efeito desindustrializante que se manifesta no aumento do setor de serviços na economia, em detrimento dos setores produtivos industriais e agropecuários, escassamente estimulados, por não dizer completamente desarticulados⁴⁴, colocando em pauta a impossibilidade de concretizar positivities futuras para os trabalhadores no âmbito do desenvolvimento capitalista.

Aos tratados de livre comércio na América Central, haveria que acrescentar outros mecanismos de dominação externa imperialista, como a Conta e a Corporação do Desafio do Milênio, que comentarei na seção seguinte, e que, de forma reducionista, equacionam livre comércio, desenvolvimento, ajuda externa e segurança⁴⁵.

A Conta do Desafio do Milênio e o mito do combate à pobreza através do livre comércio⁴⁶

A Conta do Desafio do Milênio (CDM) é um desdobramento da estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, impulsionada pelo governo Bush, a partir da guerra contra o terrorismo do pós 11 de setembro de 2001, e continuada pelo governo Obama, sem modificações substanciais. O desenvolvimento econômico é um dos seus componentes fundamentais e, junto com a diplomacia e a defesa, configura o tripé dessa política externa que proclama “a eliminação da pobreza global por meio do desenvolvimento econômico” como um imperativo moral. Divulgado como um plano de ajuda externa a países “subdesenvolvidos”, tão significativo quanto o Plano Marshall ou a Aliança para o Progresso, seus ob-

44 Em El Salvador, um dos países mais afetados pelo TLC CA-EU, o setor de serviços que atualmente está centralizado nas atividades de especulação imobiliária e financeira, comércio de produtos importados, serviços agrários e turísticos, transportes e comunicações, representava no ano de 2006 quase 60% do PIB nacional, indicando que a economia salvadorenha deixara de se fundamentar nas atividades agropecuárias e industriais para dar passo a uma dinâmica consumista na sociedade.

45 No caso de El Salvador, haveria que acrescentar a dolarização e a Associação para o Crescimento assinado com os Estados Unidos, sendo este o único país a apresentar essas características.

46 Devo muito das ideias deste item a Emma Mawdsley, que muito gentilmente me cedeu seu artigo publicado na *Review of International Political Economy*.

jetivos reais giram em torno da expansão da hegemonia econômica estadunidense no planeta.

A CDM não representa uma inovação no sentido de impulsionar os paradigmas do livre comércio, posto que, desde sempre, os Estados Unidos vincularam sua segurança e prosperidade à estabilidade de outros países considerados fontes de recursos naturais, de mercados e de nichos de investimento. Contudo, George Bush (filho) e os neoconservadores colocaram a questão em termos mais simplistas e irracionais, equacionando unilateralmente e sem o menor reconhecimento das contradições inerentes ao programa. E não poderia ser de outra forma, em tempos de decadência ideológica, a liberalização econômica como totalmente congruente com a redução de pobreza.

A CDM desembolsa US\$ 5 bilhões anualmente, os quais são administrados pela Corporação do Desafio do Milênio, uma “instituição” estruturada nos moldes de uma empresa privada conformada por altos funcionários do governo estadunidense e cuja gestão de recursos é posta em marcha por altos executivos com experiência em grandes corporações transnacionais. Os desembolsos não passam pelos canais governamentais de distribuição, como outrora passavam pelo Departamento de Estado ou pela Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), considerados mais “políticos” e, portanto, menos eficientes. Seu estilo de gestão é semelhante a um serviço privatizado de governo que impõe uma lógica meritocrática do mercado para a seleção dos países que devem demonstrar certo grau de fortalecimento institucional e governança.

A fim de receber os fundos, os países que aplicam ao programa têm que cumprir algumas condições e demonstrar avanços em 17 indicadores agrupados em três grandes áreas: promoção de uma economia livre, boa governança e investimentos sociais. Posteriormente, os “ganhadores” têm de: 1) identificar as áreas mais vulneráveis ou que entravam seu desenvolvimento; 2) montar um projeto com a “participação da sociedade civil”; e 3) indicar como e aonde os recursos serão canalizados. Apesar de a CDM proclamar a autonomia dos países quanto à escolha das prioridades de desenvolvimento, em um estudo comparativo sobre os compactos liberados em 2005 para Nicarágua, Honduras, Cabo Verde, Madagascar e Georgia, Mawdsley assinala que, na prática, a maior parte deles identificou suas prioridades de desenvolvimento nas mesmas áreas: *fortalecimento do empreendedorismo rural, agronegócio e infraestrutura de transporte* (MAWDSLEY, 2007, p. 498, grifo nosso).

Esse é o caso de quatro países centro-americanos que tiveram compactos⁴⁷ liberados a partir da primeira década dos anos 2000 e que, de forma inexplicável, escolheram os mesmos setores prioritários, fato que coloca em questão a “participação cidadã” no processo de seleção das prioridades. A tabela a seguir mostra os detalhes dos compactos para cada país, pela qual se pode constatar que, embora alguns casos apresentem componentes de desenvolvimento humano e investimentos em educação, a maioria deles coincide com os apontamentos do estudo comparativo de Mawdsley. É importante ressaltar que Guatemala e Honduras não atingiram as médias para 17 indicadores estabelecidos, motivo pelo qual entraram no chamado “Programa Umbral”, uma espécie de compacto de preparação das condições. Em ambos os casos, os marcos regulatórios foram modificados, para receber desembolsos maiores.

Tabela 1 – Compactos da Conta do Desafio do Milênio para América Central

PAÍS	ANO	COMPACTO	ÁREAS PRIORITÁRIAS
El Salvador	2005	\$ 460.94 milhões	Projeto de desenvolvimento humano; Projeto de desenvolvimento produtivo para empreendedores rurais; Conectividade: estrada longitudinal no norte do país.
	2014	\$ 277 milhões	Fortalecimento do clima de investimentos; Melhora das parcerias público-privadas; Projeto de infraestrutura e logística: construção de estrada litorânea; Projeto de capital humano.
Honduras	2005	\$ 205 milhões	Projeto de desenvolvimento produtivo para empreendedores rurais; Construção de estradas;
	2013	\$15.6 milhões	Melhora da gestão financeira pública; Melhora das parcerias público-privadas;
Nicarágua	2005	\$113 milhões	Regularização de títulos de propriedade; Projeto de desenvolvimento produtivo para empreendedores rurais; Projeto de infraestrutura de transporte;
Guatemala	2015	\$28 milhões	Impulso na reforma de impostos e aduana; Melhora das parcerias público-privadas; Educação

Fonte: Elaboração própria a partir de dados encontrados no site da CDM.

⁴⁷ A expressão “compactos” refere-se ao montante de recursos dedicados a cada atividade.

A Conta do Desafio do Milênio, além de ser um instrumento de reestruturação neoliberal para intervir nos marcos regulatórios dos países envolvidos, também tem promovido a aprovação de leis de parcerias público-privadas na região, com o intuito de melhorar as condições de investimentos para as empresas transnacionais se apropriarem de certas fatias dos serviços públicos que não envolvem grandes riscos e nos quais os Estados assumem o ônus do empreendimento.

A CDM se coloca como democratizante em seus métodos, promotora da transparência e contra a corrupção. Contudo, é óbvio que acaba por impor as prioridades e objetivos de desenvolvimento aos países que a ela aplicam. E não apenas isso, governos e políticos são manipulados por meio da ameaça de não concessão dos fundos, caso estes não venham a aprovar leis que desentramam as amarras para o livre mercado. Tal foi a situação do segundo compacto de El Salvador que, em 2013, foi condicionado pela embaixadora dos Estados Unidos à aprovação da lei de parcerias público-privadas no lugar de cláusulas de privatização da água, segurança pública e social, educação e saúde⁴⁸. Posteriormente, em 2014, a embaixadora novamente condicionou o desembolso do dinheiro ao cumprimento do acordo no TLC CA-EU, que previa a compra de sementes de milho transgênico à transnacional Monsanto, em detrimento de um programa governamental que, na busca de superar os impactos negativos do tratado de livre comércio na soberania alimentar, dava preferência aos produtores de semente nacional. A CDM é um claro mecanismo que prepara as condições favoráveis para as corporações transnacionais inscritas no marco dos Tratados de Livre Comércio.

A Conta do Desafio do Milênio é um pequeno, porém essencial veículo da dominação externa imperialista na América Latina que faz parte de um plano maior, inserido na estratégia geopolítica de controle de territórios e recursos naturais (como água, biodiversidade, energia e minérios), mercados e força de trabalho e serviços públicos. Essa estratégia se encontra no chamado “Plano Puebla-Panamá”, hoje “Iniciativa Mesoamericana”, que visa a integração de toda a região desde Panamá chegando a toda a zona sul do México, mediante mega-projetos de

48 A lei foi aprovada em 2013, sem as cláusulas de privatização desses setores, no entanto, imediatamente após sua aprovação unânime na Assembleia Legislativa, foi formada uma comissão *ad hoc* para reformar a lei e reinserir esses setores.

infraestrutura — como estradas, portos, redes de comunicações — construídas justamente nas zonas geográficas onde se encontram esses recursos naturais⁴⁹.

Os trabalhadores centro-americanos e o deserto neoliberal

O congelamento da descolonização na América Latina persiste a cada salto modernizante e faz que, historicamente, se renove, de maneira mais intensa, a expropriação das populações. No deserto neoliberal, um dos mais violentos ciclos de expropriação para centenas de milhares de centro-americanos, o desemprego crônico e massificado é o fenômeno social que traz as contradições e os antagonismos mais explosivos. Dentre as situações mais trágicas na América Central, se encontra o ciclo de desemprego-imigração-violência que afeta um grande contingente das classes populares, sobretudo crianças, mulheres e homens jovens, e tem sido a raiz de uma série de fenômenos complexos que parecem não ter solução no curto ou médio prazo. Esse ciclo de desemprego-imigração-violência vem se reproduzindo desde a década dos noventa, com a expulsão diária de milhares de centro-americanos, dando origem a famílias desintegradas e jovens abandonados pelos pais que emigraram aos Estados Unidos em busca de emprego. A partir dessa situação e também pela marginalização social e a falta de emprego, foram se configurando gangues, nas quais os jovens encontraram uma alternativa a seus anseios de inclusão e pertença. Com o decorrer do tempo, esses grupos cresceram e se tornaram extremamente violentos, atuando predominantemente nos países do triângulo norte da América Central — El Salvador, Honduras e Guatemala — estando vinculados aos poderosos cartéis do narcotráfico internacional, especialmente os mexicanos, que têm incrementado suas operações no istmo centro-americano, utilizando-o como corredor de armas e drogas⁵⁰.

O aparecimento dessas gangues tem também gerado uma grave crise humanitária de crianças e adolescentes de toda a região centro-americana, especificamente de Honduras, Guatemala e El Salvador. Milhares de crianças e adolescentes emigram para fugir do assédio e das ameaças de morte das gangues que os

49 Vale lembrar que a Iniciativa Mesoamericana tem seu plano de “integração” homólogo para a América do Sul com a Iniciativa para a Integração Regional Sul Americana (IIRSA).

50 Calcula-se que em El Salvador não são menos de 62.000 membros de gangues, na Guatemala, 19.000 membros, e em Honduras, 25.000.

recrutam nas escolas. A maior parte deles emigra sem acompanhante e se expõem aos perigos da travessia pelo território mexicano, para se reunir com suas famílias nos Estados Unidos. Entre o ano de 2013 e 2014, 47.000 menores de idade não acompanhados chegaram aos Estados Unidos. Destes, 35.000 eram procedentes dos países citados anteriormente.

No que diz respeito aos efeitos sobre a situação das mulheres, é possível constatar que atualmente configuram mais de 50% das migrações centro-americanas rumo aos Estados Unidos⁵¹. As condições em que elas emigram vêm se transformando ao longo dos anos pela presença de cartéis do narcotráfico, tendo que encarar uma travessia de 5.000 quilômetros por território guatemalteco e mexicano, durante a qual se arriscam a serem escravizadas, violentadas, extorquidas ou assassinadas, em mãos dos coiotes, dos cartéis mexicanos de narcotráfico⁵².

O desemprego é um profundo defeito estrutural do sistema sociometabólico do capital que se multiplicou na década de noventa, com o ataque frontal à classe trabalhadora por meio da imposição de leis antitrabalhistas. A precarização e redução de postos de trabalho, assim como os baixos salários, se articulam perfeitamente às exigências do capital para a extração de mais-valia: por meio de mais disciplina e eficiência, se subjugam trabalhadores em nome do aumento da produtividade e a competitividade em nível internacional. “Os enormes lucros gerados por meio da exploração obscena do trabalho barato local (dos países do Terceiro Mundo) são um ingrediente essencial da saúde geral das transnacionais dominantes, com sede no coração do capital ocidental [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 340).

A impossibilidade de reprodução minimamente positiva da classe trabalhadora mostra que a capacidade de deslocamento dessa explosiva contradição está chegando a seus limites mais absolutos na América Central e, como aponta Mézáros, ao espectro da “incontrolabilidade destrutiva”.

51 Segundo a *Mesa Nacional para las Migraciones en Guatemala* (Menamig), no caso de Guatemala, 57% dos migrantes são mulheres; para Honduras e El Salvador é de 54%. Para o resto da América Latina, segundo o *Instituto Internacional de Investigación y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer* (UN – In straw), do total de migrantes da região, 54% são mulheres.

52 Como se isto não fosse suficiente, levam preservativos para se proteger de futuros estupros e se injetam anticoncepcionais para não engravidar. “Realmente sabem a que vão” reza o jornal digital El País, em notícia de 201,1 e acresce: “Estima-se que entre 6 e 8 de cada 10 mulheres centro-americanas são estupradas em seu passo por México”

Considerações Finais

Perante esse quadro de proletarização constantemente renovado pelo domínio do capital sobre o trabalho, não é mais possível ter ilusões a respeito das benesses que a abertura política e a chamada transição democrática prometeram aos trabalhadores centro-americanos. Por meio das ideologias do progresso, escamoteou-se mais uma vez a crítica ao capitalismo e seus efeitos deletérios nos países de condição periférica, colocando-se em primeiro plano um promissório desenvolvimento supostamente necessário para o progresso de toda a sociedade. No marco do sistema de reprodução sociometabólica do capital, o domínio da riqueza sobre essa sociedade inviabiliza toda e qualquer avaliação das premissas estruturais mais problemáticas e irracionais, trazendo como corolário o fato de que, quanto mais necessidade de mudança em direção a uma alternativa viável de reprodução sociometabólica, nas palavras de Mészáros (2011, p. 217), “mais categoricamente os imperativos de funcionamento devem ser reforçados e mais estreitas devem ser as margens dos ajustes aceitáveis”.

Os governos de esquerda da região, e muito marcadamente o nicaraguense e o salvadorenho, ambos oriundos do movimento guerrilheiro, têm caminhado em direção ao fortalecimento dos imperativos do capital, cedendo à linha de menor resistência. Haja vista os esforços do governo sandinista por mudar a constituição, a fim de entregar grande parte do território nacional aos chineses para construir o Canal de Nicarágua, cujos desdobramentos destrutivos são incalculáveis. Sirva ainda de exemplo o governo de El Salvador que recentemente assinou o Tratado de Livre Comércio de América Central com a Europa e tem aceitado acriticamente os desembolsos da Conta do Desafio do Milênio, apesar de estes prometerem, em nome do desenvolvimento, uma destruição ecológica sem precedentes na zona litorânea do país.

Esses acontecimentos constatarem que não se trata apenas da incapacidade ou da falta de transparência dos governantes de turno, para administrar correta e eficientemente as instituições estatais; muito menos da ausência de políticas públicas para minimizar as mazelas sociais causadas pelos efeitos destrutivos do capital. As políticas públicas podem aliviar momentaneamente a vida dos trabalhadores, mas, colocadas dentro do quadro geral do sistema em crise, não são em absoluto permanentes nem eficientes quando se trata de amenizar as explosivas contradições do capitalismo em sua fase neoliberal, visto que a problemática central é a essência mesma do sistema sociometabólico do capital e não a atuação des-

te ou de outro partido político. Portanto, é a superação do sistema como um todo o que está em jogo e não são arranjos parciais que resolverão os graves problemas de desemprego estrutural, devastação ecológica, violência generalizada, violência contra a mulher e miséria. Torna-se por isso vital apontar

[...] para as contradições cada vez maiores do sistema do capital e suas iníquas hierarquias e relações de poder internacionais. [...] Porque o remédio deve ser aplicado a algum mecanismo crucial do sistema como um todo, com sua relação geral de forças, se não se quiser que as indeterminações estruturais desta última anulem a intervenção legislativa prevista (MÉSZÁROS, 2011, p. 230).

O Estado neoliberal na América Latina surge no contexto da crise estrutural do capital dos países centrais em sua corrida por deslocar as contradições em escala global. Hoje mais do que nunca responde aos objetivos de acumulação capitalista, pela qual não é apenas o fato de que as margens de manobra de um governo se vejam limitadas na formulação de medidas legislativas ao querer contra-arrestar os perniciosos efeitos do neoliberalismo. Tudo, pelo contrário, surge do próprio âmago do Estado, onde se originam os dinamismos de manutenção da ordem — uma ordem que se sustenta na *lei do mais forte*. É o Estado que alimenta as crescentes contradições do capital na sua fase atual de desenvolvimento destrutivo, tornando-se incapaz de garantir os direitos mais elementares da população, que dirá a continuação da vida mesma.

Bibliografia

MAWDSLEY, E. The millennium challenge account: Neo-liberalism, poverty and security. In: **Review of International Political Economy**, v. 14, n. 3, p. 487-509, 2007.

MÉSZÁROS, I. Marxismo e direitos humanos. In: **Filosofia, ideologia e ciência social**. Tradução de Ester Abisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORENO, R. **CAFTA-DR a seis años de vigencia en El Salvador**. 2012. Disponível em: <<http://alainet.org>> Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. **El Tratado de Libre Comercio entre Estados Unidos y Centroamérica**. Impactos económicos y sociales. Managua: EDISA, 2003.

_____. **La globalización neoliberal en El Salvador**. Un análisis de sus impactos e implicaciones. Barcelona: Fundación Món-3, 2004.

RED CENTROAMERICANA DE MULHERES EN SOLIDARIDAD CON LAS TRABAJADORAS DE LA MAQUILA (REDCAM). **Impacto de la crisis económica mundial en las mujeres trabajadoras de las maquilas en Centroamérica.** Diagnóstico 2007-2010.

TORRES RIVAS, E. La Revolución Conservadora. In: **Revista Tendencias**, Año 4, v. 3, n. 42, San Salvador: Coopex, p. 21-28, 1995.

Migração internacional boliviana em perspectiva ampliada: padrões e seletividades

*Bruno Miranda*⁵³

Introdução

O fluxo migratório Sul-Sul, especificamente entre países da região latino-americana, ganhou força e novidade nas últimas décadas. Levando em conta o período 1970-2000, o padrão migratório revela que Argentina, Brasil, Costa Rica e Venezuela são os países que mais receberam estrangeiros em nossa região. Chegam a esses países populações andinas (bolivianos e peruanos), centro-americanos em geral e colombianos, respectivamente (MARTÍNEZ PIZARRO, 2009).

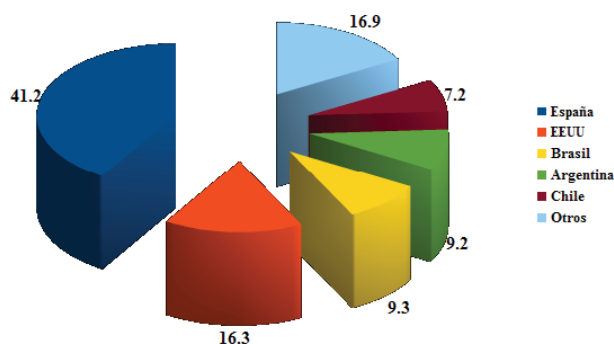
O movimento de indivíduos e famílias da Bolívia a centros urbanos regionais e extracontinentais corresponde tanto a questões de caráter macroestrutural — como os períodos de crescimento/crise econômica e capacidade de câmbio de moeda perante o dólar estadunidense — quanto a elementos idiossincráticos relativos às histórias migratórias locais. Os primeiros dados do Censo boliviano de 2012, correspondente ao período 2001-2011, indicam que mais de 10% das moradias bolivianas possuem pelo menos um migrante no exterior. O mesmo censo lista os principais destinos dos e das bolivianas: Argentina, Espanha, Brasil Chile e EUA, dos quais a metade está na Argentina.

O fenômeno migratório é de tal dimensão que pesquisadores chegam a afirmar que a intensidade é similar àquela de países que se encontram em conflitos armados internos, como se fossem populações de refugiados. Por se tratar

53 O presente capítulo é parte da minha tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México, UNAM.

de um fenômeno de difícil levantamento estatístico, dada a clandestinidade e a complexidade das mobilidades espaciais, assim como das limitações censitárias, os números de migrantes bolivianos na Argentina e no Brasil em geral são inexatos e possivelmente abaixo da real intensidade dos fluxos. De qualquer forma, fontes oficiais, como o Serviço Nacional de Migração da Bolívia, Senamig, estima 1,5 milhão na Argentina e 600 mil no Brasil (CEDLA, 2007). Em outro estudo sobre o perfil migratório boliviano, preparado para a Organização Internacional da Migração, OIM⁵⁴, em 2011, Morató revela que as remessas para a Bolívia correspondem a 5% do PIB nacional, atualizando a quantia de 2010 para U\$937 milhões. Em dezembro de 2014, o Banco Central da Bolívia anunciou a quantia de U\$957 milhões entre janeiro e outubro do ano, enviadas principalmente da Espanha. No primeiro trimestre de 2015, o país recebeu U\$273 milhões, cerca de 5% a menos que no ano passado, provavelmente devido ao retorno de migrantes diante da crise financeira. Mesmo assim, a Espanha ocupou 41,2% das remessas (BANCO CENTRAL DE BOLIVIA, 2015).

Gráfico 1 – Remessas de trabalhadores segundo país de origem – 1º trimestre de 2015 (em porcentagem)



Fonte: BANCO CENTRAL DE BOLIVIA, 2015.

54 Os Perfis Migratórios do País, PMP, para América do Sul são iniciativa do escritório regional da OIM do Cone Sul. As fontes de dados utilizados incluem: Censos Nacionais de População e Moradia, Pesquisa Nacional de Lares e Registros Administrativos (dados fornecidos pelo Departamento Geral de Migração da Bolívia e seus escritórios estaduais).

Perfis do migrante boliviano na Espanha, EUA e o caso argentino

A Espanha se tornou, sem dúvida, o principal destino migratório boliviano da primeira década do século XXI. Parte desse fluxo está relacionado com momentos excepcionais vividos na Argentina e nos EUA, dois dos outros grandes destinos massivos. Em primeiro lugar, a crise financeira argentina na virada do século que empobrecceu a classe média e teve forte impacto sobre os migrantes bolivianos residentes no país austral. Em segundo lugar, o atentado de 11 de setembro de 2001, que implicou endurecimento da política migratória estadunidense e o foco dado a questões de segurança nacional em sua busca frenética por grupos terroristas. Em lugar de retornar à Bolívia, muitos indivíduos e famílias decidiram continuar seu projeto migratório em outros pontos, como a Espanha. Não se trata de um destino novo. Apesar disso, a rapidez do aumento das entradas no país ibérico nos últimos anos deu lugar ao chamado “sonho espanhol”.

O requerimento de visto para entrar no território espanhol no começo de 2007 fez parte do Projeto Schengen, que incluiu levantamento de restrições aos passaportes da União Europeia e imposição contra os migrantes de outras regiões. Sendo uma das portas de entrada da Europa, a medida pode ser considerada um muro burocrático para impedir ou controlar a chegada de grupos do Sul do mundo. O fluxo à Espanha, que nos primeiros anos chamou a atenção dos pesquisadores, sofreu a primeira crise de 2008 em diante.

Um aspecto intrigante tem a ver com o papel que o gênero joga no mercado de trabalho. A setorialização das atividades femininas no cuidado de crianças e de idosos permitiu que mulheres conservassem seus empregos, enquanto homens bolivianos deixaram o país ibérico com mais frequência. As mulheres migrantes, muitas vezes solteiras ou divorciadas, empreendem projetos migratórios autônomos em virtude da existência de um mercado de trabalho demandante. Além disso, requer-se certo número de destrezas, que em geral são obtidas com anos de estudos técnicos. Por isso, esse fluxo específico está composto por mulheres formadas ou com capacitação técnica.

Numa pesquisa que contou com uma mostra de 130 casos de migrantes bolivianos com destino à Espanha, Hinojosa analisou as características desses projetos migratórios no período 2000-2007. Chama a atenção o fato de que

la región de Cochabamba ha vivido y sufrido un éxodo humano de características impactantes [...] alrededor de 70 mil personas (cerca al 10% de la población) salieron del departamento con destino a España y, por primera vez en la larga trayectoria migrante de estos valles, fueron más las mujeres que los hombres (HINOJOSA GORDOVANA, 2010, p. 10-11).

A cidade de Cochabamba e seus arredores são há vários anos a maior porta de saída do país a determinados destinos. Indivíduos, famílias e grupos inteiros foram os pioneiros na região metropolitana de EUA e Espanha.

No último caso, dados indicam a migração de jovens, em idades produtivas — quase 80% possuem menos de 35 anos —, tanto homens quanto mulheres. Na Espanha, concentram-se basicamente em Madri e Barcelona. Seus salários são de 650 euros, em média. Em alguns casos, trata-se de migrantes rurais permeados pela dinâmica urbana, dado o caráter híbrido de cidades como Cochabamba ou El Alto, na Bolívia. Em outros, estamos falando de migrantes com educação universitária e que podem financiar uma passagem aérea transcontinental, mesmo considerando sua popularização na última década.

O fluxo a cidades estadunidenses a partir de Cochabamba ou Santa Cruz de la Sierra nos remete à década de 1970 e 1980. As localidades de Arlington, no estado de Virgínia, e Miami, na Flórida, são duas das concentrações mais numerosas de migrantes do Vale Alto de Cochabamba, iniciadas no período 1985-2000. No primeiro caso, diferentes condados de Virgínia e Maryland foram acompanhando uma tendência crescente de ocupação de originários cochabambinos. Trata-se, nesse caso, da segunda comunidade hispânica mais importante da região de Washington DC, depois da salvadorenha, atraídos pelo boom do setor da construção civil. No segundo caso, foram identificados migrantes radicados há mais de vinte anos, especificamente em West Palm Beach, Flórida. Também estão presentes no Texas, Califórnia e Nova Iorque. Destacam-se profissionais liberais, médicos, engenheiros ou inclusive empresários, juntamente com indivíduos com empregos precários na construção civil e nos serviços (DE LA TORRE ÁVILA; ARAMAYO, 2007; GRIMSON; SOLDÁN, 2000).

A Argentina é o destino de mais longa data e que ainda mantém os maiores números quanto à migração boliviana. Esse fluxo nos remete ao período pré-hispânico, quando o norte argentino formava o Kollasuyo, uma das quatro partes do Império Inca, e também o período colonial, quando grupos guaranis se deslocaram das fronteiras sob pressão dos crioulos. No final das guerras de independência do século XIX, o território correspondente ao então Vice-reino do Rio da Prata

foi dividido entre Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile. As fronteiras então foram instaladas, ignorando todos os aspectos comuns entre povos que se moviam pela região, de acordo com épocas de cultivo e colheita.

Caggiano descreve três momentos diferentes da entrada de bolivianos na província fronteiriça de Jujuy, no norte argentino:

[...] uno primero, desde mediados del siglo XIX, en el que arriban a varias zonas de la Quebrada de Humahuaca migrantes bolivianos con ciertos recursos económicos, y que se integran con éxito en la estructura socioeconómica de la región. Un segundo momento, hacia el final de ese siglo y, especialmente, principios del XX, viene dado por la llegada de sectores campesinos empobrecidos. Y un último punto de inflexión constituido por el ingreso masivo de bolivianos durante las décadas del '40 y '50 (CAGGIANO, 2001, p. 4).

No contexto dos regimes ditatoriais ao longo das décadas de 1960 e 1970, perante a institucionalização da Doutrina de Segurança Nacional, a migração passou então a ser vista como meio de infiltração de guerrilheiros e comunistas ao território argentino. Verificou-se a diminuição dos fluxos migratórios devido ao maior controle de fronteiras, como também de fatores de outra ordem, como a tecnificação do campo. Dita lei permaneceu vigente durante os governos pós-ditadura até ser finalmente substituída pela atual Lei de Migrações, aprovada em 2003 e promulgada em 2004. Na década de 1980, o número de migrantes bolivianos na capital portenha e arredores já tinha superado os de Jujuy e Salta, o que significou uma virada na dinâmica migratória, passando de rural-rural a rural-urbana, ou, em alguns casos, urbana-urbana (MAGLIANO; DOMENECH, 2008).

No final do século XX, a onda migratória dos países limítrofes atinge números jamais vistos, influenciados pela valorização do peso argentino em relação ao dólar e em parte devido à anistia outorgada para regularização migratória entre 1992 e 1994. Os migrantes bolivianos na Argentina são contingentes que variam de 25 a 49 anos. Se, na década de 1980, houve predomínio de homens sobre mulheres, a dinâmica dos anos posteriores revela ligeira ascensão feminina. De fato, atualmente são os jovens e as mulheres que participam ativamente e articulam redes sociais transnacionais. Em geral, os migrantes se destinam a setores não qualificados, principalmente zonas de cultivo de hortaliças no norte da província de Buenos Aires, construção civil e indústria têxtil e do vestuário (GRIMSON; SOLDÁN, 2000; HINOJOSA GORDONAVA, 2010).

Estudos recentes revelam a participação na produção hortícola para o fornecimento da Área Metropolitana de Buenos Aires, AMBA, na década de 1980. Atu-

almente, não se trata só de boias-frias. Em seu trabalho, no qual busca descrever os percursos das famílias migrantes nos chamados cinturões verdes urbanos, Benencia afirma que, no começo da década de 2000, o setor ainda se encontrava hegemônico por bolivianos. Ainda segundo o autor, trata-se de um nicho laboral protegido e com dinâmicas de ascensão próprias. Foram identificados migrantes arrendatários e proprietários de terras, dentro do que denominou a “escada boliviana” na agricultura. No setor da construção, a escada começa com os ajudantes, que ascendem a mestres de obra e logo a contratistas (BENENCIA, 2008; 2009).

Os mesmos estudos destacam a inserção em oficinas de costura precárias a partir da década de 1990, quando são tecidas redes transnacionais que envolvem outros países, como o Brasil e a Coreia do Sul. A escada de ascensão nas confecções obedece a uma hierarquia mais ou menos estabelecida e contém configurações similares às da cidade de São Paulo, com a presença de grupos provenientes da península coreana no nível superior da cadeia produtiva, sub-contratação de trabalhadores por parentes, o que permite a proliferação de oficinas por meio de redes familiares nucleares ou estendidas, pagamento por peça confeccionada, dívidas com o patrão relativas ao pagamento da passagem a Buenos Aires da Bolívia, incrementadas com a tríade comida-teto-cama, além de denúncias de “trabalho escravo” ou “semi-escravo”.

Na Argentina, o revezamento de costureiros e costureiras que sub-dividem a jornada de trabalho em turnos estabelecidos pelo oficinista — que em geral cobrem as 24 horas do dia — é conhecido como “sistema de cama quente”. Quando se ascende a oficinista, passa-se a empregar parentes, padrinhos e compadres em espaços que são moradia e trabalho ao mesmo tempo. São características de uma indústria têxtil e de confecções reestruturada sob um regime de acumulação flexível, que implica um grau crescente de sub-contratação e pouca margem de manobra para exigir melhores preços por roupa e estabilidade de pedidos.

A volatilidade do mercado, além da concorrência com produtos chineses e a diminuição das margens de lucro ao longo da cadeia produtiva, mais as circunstâncias migratórias irregulares, tensam a corda no seu lado mais frágil. Trata-se do ramo produtivo que serviu de realocação de segmentos populacionais de migrantes bolivianos depois da crise de 2001-2002 na Argentina, isto é, longe de voltar à Bolívia, alguns grupos decidiram investir suas poupanças no aluguel ou aquisição de poucas máquinas de costura e posterior contratação de conterrâneos ou parentes. Outros aproveitaram a existência do circuito transnacional que inclui

São Paulo para incorporar migrantes já qualificados ou simplesmente migraram ao Brasil para o mesmo setor.

Por se tratar de um fluxo que assumiu suas características produtivas contemporâneas na década de 1960 e 1970, já são conhecidos municipalmente os bairros com alta presença andino-boliviana, como são Charrúa, Villa Soldati, Pompeya, Liniers e Flores, em Buenos Aires. Seus moradores promoveram e participaram da construção das suas próprias ruas, diante da falta de infraestrutura urbana mínima. Fizeram-no por meio de associações civis destinadas a melhorar as condições de moradia, implementando asfalto, rede de energia elétrica e saneamento básico. Tais associações também constituem a voz de coletividades perante autoridades municipais. Fora da oficina, o cenário associativo teve outro desenvolvimento, distinto do de São Paulo. Na metade da década de 1990, foi criada a Federação de Associações Cívicas Bolivianas (FACBOL), que aglutina cerca de quinze associações legalmente constituídas. E, dentro das oficinas, foram se consolidando iniciativas como a Associação de Oficinistas Independentes Bolivianos que, diante dos “malos tratos y la falta de información sobre el régimen impositivo, procura regularizar la situación legal y constituir una fuerza institucional de negociación con las empresas para las que trabajan” (GRIMSON; SOLDÁN, 2000, p. 23). Outra experiência relevante surgiu no próprio seio das Assembleias de Bairro durante a crise de 2001. É conhecida como La Alameda, que, diante da incorporação de vizinhos migrantes, deu lugar à Cooperativa 20 de Dezembro. Possui marca de roupa própria e um braço gremial, a União de Trabalhadores Costureiros (UTC), que “lucha por un mundo sin esclavos”⁵⁵ e está presente em fábricas de grandes marcas de roupa.

Chegando à metrópole paulista

Ao longo do século XX, a afluência de migrantes internacionais ao Brasil foi menor. Vale recuperar as análises de Nóbrega (2008) acerca do papel cumprido por diferentes fluxos migratórios no processo de modernização brasileira. No caso italiano, o contingente de quase um milhão que se assentou no Brasil teve incentivos de ambos os lados do Atlântico. Primeiro, do Estado italiano, assim como de bancos, sociedades de emigração e companhias de navegação. Interessava-lhes todo o negócio do deslocamento. Por outro lado, as classes dominantes

55 Ver <https://laalameda.wordpress.com/8-hrs/>

brasileiras, principalmente proprietários de terra e empresários, estavam interessados na presença europeia em território nacional para ocupar os postos de trabalho no campo e na cidade e para não terem que empregar ex-escravos negros. Os migrantes italianos se destinaram aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sob a forma de colonos com terras cedidas pela União; a São Paulo, inicialmente para o cultivo do café.

Outro fluxo migratório proveniente de diversos estados do nordeste do país, igualmente, teve como destino os cultivos de café, já que os europeus anteriores tinham transitado ao centro urbano paulista. Os nordestinos chegaram sob o desenvolvimento do fordismo que promoveu a industrialização nacional. A partir da metade do século XX, formaram concentrações precarizadas na periferia de grandes cidades. Tanto no primeiro quanto no segundo caso, houve, com mais ou menos força, políticas e ações favoráveis do Estado em articulação com empresários. Não ocorreu o mesmo para o fluxo boliviano.

As mudanças nesse sentido começaram a ser vistas com transparência a partir da década de 1980, diante do incremento do trânsito internacional através da fronteira da região centro-oeste do Estado de São Paulo. A entrada de bolivianos pelas fronteiras do ocidente brasileiro foi, em geral, clandestina, dado o escasso controle fronteiriço e o difícil acesso a documentos migratórios anteriores ao Acordo do Mercosul de 2009. A ausência de informação adequada pode explicar a escassa quantidade de migrantes bolivianos anistiados nas últimas iniciativas do governo brasileiro, relativamente ao número de irregulares no país. Foram cerca de 27 mil anistias em 1981, 30 mil em 1988, 37 mil em 1998 e quase 17 mil em 2009.

Segundo Sala (2005), quem pesquisa as características sócio-demográficas dos migrantes no Brasil nascidos na Bolívia e em outros países do Cone Sul, o crescimento boliviano do oriente do país, de cidades como Santa Cruz de la Sierra por exemplo, teria dinamizado certos fluxos entre esses dois países. No mesmo sentido, o levantamento realizado por Silva (2007) em 344 fichas do arquivo do Centro Pastoral do Migrante, a partir de 1994, revelam ligeiro predomínio de migrantes hispano-americanos homens (55,1%) em relação a mulheres (44,9%). Em pesquisa anterior, o mesmo autor teria encontrado maior porcentagem de homens (74,2%). As idades variam entre 24 e 45 anos em geral, o que revela incidência de fluxos laborais. Em termos do município de La Paz, trata-se majoritariamente de homens, entre 25 e 40 anos, com níveis médios de instrução e dedicados a ocupações sem grau de especialização necessários, nos serviços, comércio ou indústria, o que explica seu destino a países limítrofes na condição de costu-

reiros. Côrtes (2013) corrobora as considerações de Sala (2005). O autor cruza os dados do Censo brasileiro de 2010, de mostras representativas, concluindo que a faixa etária é de 19-39 anos para 84,9% dos bolivianos na capital paulista.

Grande parte dos e das trabalhadores de oficinas de costura que se inserem na lucrativa indústria da moda são bolivianos de origem altioplânica. Preturlan (2012), num estudo sobre classes sociais e mobilidade social de bolivianos no Brasil, também se respalda em Sala (2005) para afirmar que o fluxo boliviano ao Brasil na década de 1990 aumentou 43,6%, com certa predominância da região de La Paz. Entre os migrantes recentes, encontram-se jovens pouco qualificados, oriundos de classes trabalhadoras, com nível médio de escolaridade e outro grupo menor de famílias de classe média empobrecidas. De fato, se acompanharmos a evolução a partir da década de 1960, quando 42,8% dos homens tinham estudos universitários, é evidente a deterioração no nível de escolaridade. Na década de 1990, apenas 18,5% dos migrantes homens tinham esse perfil.

Vários estudos revelam esse mesmo quadro. O pesquisador Rezera (2012), que utiliza o registro de imigrantes da anistia de 2009 do Centro de Estudos Migratórios (CEM), fez um levantamento de 2191 fichas, das quais 1488 indicavam trabalho em oficinas de costura e 1403 correspondiam a indivíduos provenientes da região de La Paz. Côrtes (2013), por sua vez, apresenta a porcentagem de costureiros não-brasileiros no estado de São Paulo. Deles, 84% correspondem a bolivianos e outros 9,1% a paraguaios. Os números oficiais da migração Bolívia-São Paulo são pouco precisos. Parece-me uma boa referência o relatório conjunto da Organização Internacional de Migrações (OIM), e da Organização dos Estados Americanos (OEA), que estabeleceu o número de 350 mil, incluindo documentados e indocumentados (MORATÓ, 2011). Apesar do idioma distinto e dos estigmas sociais e étnicos, os bolivianos optam cada vez mais pela capital paulista desde a década de 1990, principalmente.

Dessa forma, grande parte desses contingentes enfrentam estigmas correspondentes não só a sua condição de “escravidão moderna” num mundo de trabalho precário e flexível, mas a sua condição indígena, em uma sociedade segregadora como a paulistana. Se, na década de 1950, o fluxo de bolivianos foi promovido pelo Estado brasileiro por se tratar de profissionais liberais qualificados, atualmente a massividade e a indocumentação desses migrantes os leva a inserir-se em postos de trabalho no contexto da reestruturação produtiva da moda. O tratamento dado aos migrantes pelos chamados coyotes, durante o deslocamento (Mapa 1), e depois, pelos oficinistas, tem sido repetidamente denunciado

na mídia brasileira. O pagamento por peça, assim como os casos confirmados de reclusão durante meses nas oficinas têm sido tratados como casos que juridicamente correspondem a “condições análogas à de escravidão”.

Chegando à cidade de São Paulo, tendem a concentrar-se em bairros do centro, como Bom Retiro, Brás, Luz, Pari e Belenzinho (tendência que se observa na década de 1990) ou em regiões vizinhas do centro, como Casa Verde, Vila Maria e Vila Guilherme no norte, ou Cidade Tiradentes, São Mateus e São Miguel no leste. Alguns contingentes preferem montar sua oficina ou se empregar em cidades-satélite, como Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos ou Itaquaquecetuba (XAVIER, 2010). Os três últimos eixos, bairros da zona norte, leste e cidades-satélite, têm sido parte das mobilidades registradas nos últimos anos devido ao aumento do valor do aluguel no centro, tradicionalmente acolhedor de população costureira migrante.

Foram constatados inúmeros casos de tuberculose devido ao pó que circula em ambiente fechado, oriundo dos tecidos manejados diariamente. Em casos extremos, mulheres trabalhadores contraem infecção urinária por não se levantar das máquinas de costura. O trabalho de pesquisa dos últimos anos realizados pela ONG Repórter Brasil revelou que, em alguns casos, os migrantes ficam sem seus documentos e são impedidos de sair à rua sob ameaça do patrão de entrega-los aos agentes migratórios brasileiros. Em outros casos, os costureiros indicam medo de perder emprego ou a relação de dependência que é gerada pela fidelidade para com o patrão.

Em espaços reduzidos, muitas vezes em apartamentos residenciais, que conjugam as principais atividades do costureiro (trabalho, moradia, alimentação), as jornadas de trabalho estendidas são de mais de quinze horas. Em vários relatos coletados por pesquisadores e pesquisadoras brasileiras, são comuns jornadas que começam às 7h da manhã e acabam à meia-noite. Da mesma forma, a presença de grandes e conhecidas marcas de roupa, em redes de sub-contratação clandestinas, tem sido detetada e divulgada oportunamente por auditores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Estado de São Paulo, afetando diferentes atores em diferentes graus. A presença direta na economia paulista contrasta com a invisibilidade dos migrantes fechados nas oficinas. Por outro lado, a presença no lucro de grandes marcas de roupa, consumidas em todo Brasil, contrasta com as condições de trabalho às quais são submetidos esses grupos de migrantes internacionais.

Em outro âmbito, pode-se afirmar que os efeitos do neoliberalismo na Bolívia, de um lado, e do Brasil, de outro, geraram descentralização fabril, redes de sub-contratação para economizar “custos externos” e o incessante fenômeno do trabalho precarizado. Os efeitos tanto da migração interna quanto da migração

externa são similares quanto ao crescimento do setor informal urbano, tanto na Bolívia quanto no Brasil. A distinção é que na Bolívia o setor informal urbano ocupa espaços públicos, bancos de praças, ruas e avenidas, transformando o cenário de cidades como El Alto em uma gigantesca feira a céu aberto. Por outra parte, em São Paulo, os costureiros são mantidos dentro da oficina por meses até poderem pagar as dívidas contraídas com seus patrões.

A cidade de São Paulo se caracteriza historicamente por sua segregação, onde negros e mestiços moram em favelas ou bairros precários, deixando as regiões mais luxuosas para as classes dominantes brancas. O tratamento aos migrantes andinos não alterou seu padrão colonial. O preconceito e a discriminação têm lugar na escola, no comércio, no trabalho e nas ruas. Além disso, o estigma permanece entre os filhos de migrantes nascidos na sociedade receptora. São, no final das contas, migrantes de segunda ou terceira geração, mas continuam sendo “bolivianos”.

Para Córtes (2013), as oficinas são o pilar e o mecanismo de circulação de migrantes transnacionais pela cidade, sejam bolivianos, paraguaios ou peruanos. Permite que se insiram sem requisitos que, de outra maneira, seriam necessários, tais como a regularização migratória, domínio do português, domínio de códigos de conduta locais, qualificação prévia na costura, além de que, ter comida e teto, sem dúvida, pesa na decisão final.

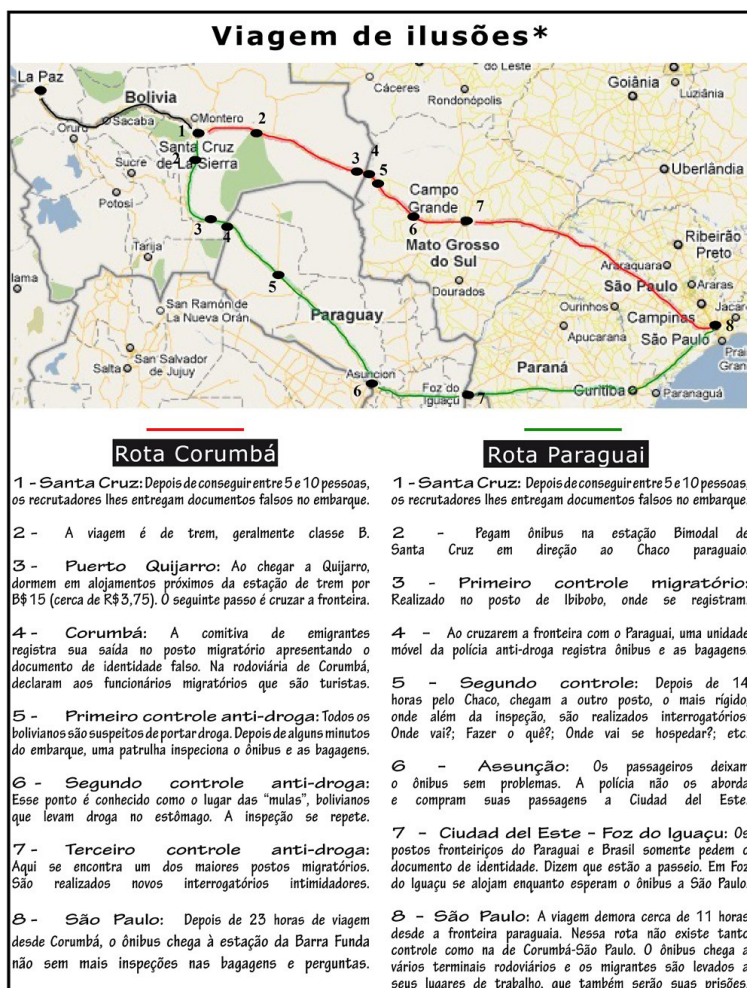
Nessas três décadas, o vaivém entre Bolívia e Brasil, tem estado submetido à estrutura produtiva da moda na cidade, o que não quer dizer que não tenham capacidade de autoria. Inseriram-se, criaram e reproduziram espaços sociais além da oficina de costura. Sua rede se estende para além do local de trabalho, a âmbitos diversos, em termos objetivos (político-legal e de infraestrutura) e subjetivos (instituições locais, identidades e projetos de vida). Esses espaços sociais são de caráter transnacional, já que se elevam sobre as sociedades de partida e de chegada, isto é, são realidades sociais qualitativamente novas que ultrapassam as fronteiras de Brasil e Bolívia (PRIES, 1997).

O plano objetivo do espaço social transnacional estende sua rede partindo da oficina para campeonatos de futebol, eventos culturais e religiosos, que geralmente ocupam o pátio da Igreja Nossa Senhora da Paz no Glicério, ocupação de cargos como conselheiros municipais em algumas das 32 sub-prefeituras do município de São Paulo, comissões de erradicação do trabalho escravo municipal (COMTRAE), estadual (COETRAE) e federal (CONATRAE), espaços públicos tipicamente bolivianos (essencialmente a Praça Kantuta e a Rua Coimbra, ambas

em São Paulo), rádios, rádios-web, jornais da comunidade bolivianas (Nosotros Migrantes, Conexión Migrante ou Chasqui), entidades de apoio e ONGs.

O plano subjetivo inclui instituições como redes familiares nucleares ou estendidas, normas de conduta dentro da oficina, como o financiamento do deslocamento, jornadas estabelecidas de quinze horas pelo menos, descanso aos domingos, pagamento por peça, a dinâmica de ascensão na “escada boliviana da costura” como regime adicional de mobilidade que começa com o casal e contempla o passo-a-passo desde a condição de aprendiz endividado até o de oficinista subcontratista.

Mapa 1 – Principais rotas migratórias Altiplano da Bolívia – São Paulo



* Extraído, traduzido e adaptado de NAVIA, Roberto. *Esclavos Made in Bolívia*, Cuarto Intermedio, n. 84 Cochabamba, ago 2007.

Considerações finais

Para construir um padrão da migração boliviana dos quatro países estudados (Argentina, Brasil, Espanha e EUA), seria necessário levar em conta elementos evidenciados à primeira vista. Um deles é a existência de mercados de trabalho precarizados em comum, como no caso da construção civil para os homens, setor presente nos quatro destinos mencionados. Ou a participação de migrantes em geral no comércio informal. Outro ponto em comum é a faixa etária produtiva, constituída por indivíduos entre 20-45 anos de idade, sem importar classe, gênero ou etnia. A feminização dos quatro fluxos é talvez o fator que mais se tornou complexo. O âmbito familiar (dinâmicas de casal, relações entre pais e filhos, definição de projetos migratórios a partir da visão da mulher e/ou mãe) é com certeza parte desse processo.

Num segundo momento, pode-se mencionar o perfil híbrido do migrante andino, diretamente relacionado ao caráter das cidades de precedência na Bolívia, como Cochabamba e El Alto, cujos habitantes reforçam sua identidade étnica e realizam constantes migrações pendulares entre o campo e a cidade, próprias de quem mantém ativa a economia camponesa. Nesse caso, valeria a pena pesquisar as peculiaridades de quem aciona práticas e dinâmicas comunitárias andinas ao migrar a cidades como Buenos Aires ou São Paulo, Madri ou Barcelona, Washington ou Miami, todas elas com níveis de industrialização não presentes em nenhuma cidade boliviana. Isso igualmente implica a consideração da crescente complexidade dos fluxos populacionais que, em alguns casos latino-americanos, não segue o modelo clássico da proletarização do camponês.

Num terceiro momento, como ponto em comum, encontram-se as manifestações religiosas, culturais, civis, esportivas, por meio da celebração das virgens de Urkupíña ou Copacabana, o carnaval no começo do ano ou campeonatos de futebol. As formas de organização desses eventos emergem do que na Bolívia se conhece como *presterío/pasantía* e do *compadrazgo ritual*. Dessa forma, o *pasante* da vez é o encarregado de organizar o evento com equipamento, caixas de cerveja e banda de música para que, da próxima vez, possa ser convidado para a festa organizada por outro *pasante*. As festas devocionais são uma maneira de expressar gratidão à Virgem e também uma forma de obter prestígio ante os conterrâneos.

Entre o Sul e o Norte geopolítico, entre Argentina-Brasil e EUA-Espanha, a diferenciação de classe e etnia entre os e as bolivianas é parte das seletividades. Os fluxos intra-regionais têm marcada presença das classes trabalhadores alti-plânicas precarizadas. Trata-se de homens e mulheres sem escolaridade superior,

muitas vezes sem escolaridade média, que saíram de zonas rurais por falta de terras, desempenhavam atividades no comércio de rua ou em miniofícinas produtivas de maneira temporária e sem benefícios trabalhistas. Por outro lado, na Espanha ou EUA, destacam-se as classes médias empobrecidas depois dos ajustes estruturais da década de 1980, em geral com educação média ou universitária ou pelo menos com instrução formal acima da média boliviana. Encontram-se também setores opostos às políticas empreendidas pelo Movimento ao Socialismo (MAS) a partir de 2006 na Bolívia, liderado por Evo Morales.

Na Bolívia, a divisão étnico-racial e regional entre kollas e cambas⁵⁶ é também uma divisão classista, que reflete desigualdades sociais. Reflete, no final das contas, a divisão entre populações altiplânicas e das planícies, entre cidades como El Alto e Santa Cruz de la Sierra, entre aimarás vinculados com o trabalho no campo e com o trabalho urbano precário e indivíduos de uma cidade industrializada, cuja elite é latifundiária. Enquanto populações altiplânicas se dirigem a Buenos Aires e São Paulo, populações das planícies se dirigem à Espanha e EUA. Dessa maneira, grupos aimarás e cruceños dispõem de condições iniciais desiguais para emigrar.

O Quadro 1 revela o conjunto de preconceitos contra populações bolivianas em cidades argentinas e em São Paulo, justamente onde se concentram os contingentes altiplânicos. No país austral, a crise financeira de 2001 tornou os migrantes bodes expiatórios, como se as dimensões estruturais do desemprego pudessem ser afetadas pela simples presença de migrantes em postos precarizados. É evidente a diferença de percepção da sociedade da região metropolitana de Washington com relação aos migrantes bolivianos residentes neste local. Surpreendem formas de assédio direto (ameaças, violência física e psicológica, clausura, geração de dívidas, retenção de documentos), similares nos fluxos para a capital paulista e portenha. A discriminação e o preconceito por parte de políticas migratórias estatais (instrumento que decide quem é legal e quem é ilegal) e por parte da sociedade resultam num imaginário xenófobo que funcionaliza a inserção laboral precarizada e super-explorada.

A peculiar relevância do trabalho precário em oficinas de costura de São Paulo, praticamente ocupados por famílias andinas, implica a dinâmica que, em outro momento, foi denominada “papai-patrão” (MIRANDA, 2012), segundo a qual as redes sociais baseadas no parentesco ampliado reproduzem a dinâmica ur-

56 *Kolla* é a denominação coloquial (pode ser preconceituosa) dada ao cidadão oriundo do Altiplano boliviano, enquanto *camba* se diz de quem provém da região de planícies de Santa Cruz de la Sierra.

bana andina de envolvimento de migrantes em troca de sua subsistência na cidade. Nesse caso, vemos a vinculação entre trabalho domiciliar, redes de parentesco andinas e a emergência de cidades globais, como são cada vez mais São Paulo e Buenos Aires. A diferença em termos de auto-identificação por parte do migrante andino-boliviano, entre essas duas cidades, reflete o grau mais acentuado do racismo na Argentina. Para proteger-se coletivamente e contrapor a identidade de “villeros”, isto é, moradores de bairros precários, favelados, grupos de migrantes se definem sob o signo de “boliviano”, o que também ajuda a entender o nível de associativismo existente na zona metropolitana de Buenos Aires. Por outro lado, dado o “racismo negado” no Brasil, não revelado verbalmente, mas praticado, grupos de migrantes em São Paulo se organizam de maneira divisionista, por regiões. São portanto “paceños”, “cochabambinos”, “cruceños”, ou, inclusive, “achacacheños” (provenientes do povoado de Achacachi) (SILVA, 2007).

Quadro 1 – Estigmas contra bolivianos/as segundo lugar de residência migratória

Estigmas	San Salvador Jujuy	La Plata	Buenos Aires	São Paulo	Washington
Criminais (roubos, furtos, falsificação docs, tráfico de drogas)	X	X	X	X	
Trabalhistas (exploração familiar/compatriotas, trabalho escravo, “tiram nosso trabalho”)	X		X	X	
Jurídicos (indocumentados, irregulares, ilegais, clandestinos)	X	X	X	X	X
Sociais negativos (bêbados, sujos, barulhentos, submissos)			X	X	
Sociais positivos (nobreza, tranquilidade, disciplina laboral, “sem problemas com a lei”)					X
Raciais (“bolitas”, “de pele morena”, “com pouca cultura”, “bolivianos de merda”, “bolivianos filhos da puta”)	X	X	X	X	

Fonte: Elaboração própria

O que o fluxo Bolívia-Brasil representa no contexto das demais rotas migratórias?

À cidade de São Paulo se dirigem migrantes do ramo do vestuário. Praticamente não há evidências de grupos andino-bolivianos em outros ramos, e o binômio “boliviano-máquina de costura”, presente no senso comum, confirma-se empiricamente. A hipótese levantada por Freitas (2009) é de que o fluxo boliviano a São Paulo tenha sido promovido pela passagem de grupos de coreanos pela Bolívia na década de 1970, rumo ao Brasil. É uma hipótese que tem fundamentos históricos, dada a convergência de períodos de chegada de coreanos irregulares e depois de bolivianos nas mesmas condições. Esse fato também explica por que atualmente grupos paraguaios dividem oficinas de costuras com andinos, já que os mesmos coreanos também passaram pelo Paraguai na mesma época. Trata-se do “circuito de sub-contratação transnacional”, definido pela autora, que se refere à circulação entre Buenos Aires, São Paulo, La Paz/El Alto e Coreia do Sul, por parte de oficinistas e costureiros (coreanos e andino-bolivianos). Esse circuito tem seus alti-baixos de acordo com o momento do mercado da moda em ambas capitais latino-americanas.

Bibliografia

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. **Nivel de remesas de trabajadores** – mes de marzo de 2015. Nota de Prensa NP 23/2015, mayo 2015.

BENENCIA, R. El infierno del trabajo esclavo. La contracara de las “exitosas” economías étnicas. *Avá*, n. 15, p. 43-72, jul. 2009.

_____. Migrantes bolivianos en la periferia de ciudades argentinas: procesos y mecanismos tendientes a la conformación de territorios productivos y mercados de trabajo. In: NOVICK, S. (Comp.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008.

CAGGIANO, S. **¿Bolivianos? en dos ciudades argentinas?** Identidades sociales en procesos migratorios contemporáneos. Informe final del concurso: Culturas e identidades en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2000/caggiano.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. Racismo, fundamentalismo cultural y restricción de la ciudadanía: formas de regulación social frente a inmigrantes en Argentina. In: NOVICK, S. (Comp.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008.

CAMÓS GASSÓ, M. Migración legal a España. Realidad y posibilidades. **Cuarto Intermedio**, n. 84, Cochabamba, ago. 2007.

CEDLA. **En busca de sueños y trabajo las mujeres representan el 56% de la población migrante a España**. 30 abril 2007. Disponível em: <<http://cedla.org/content/451>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

CHOQUEGUAITA, G. G. (Coord). **La familia transnacional**. Cambios en las relaciones sociales y familiares de migrantes de El Alto y La Paz a España. La Paz: Defensor del Pueblo; Pastoral de Movilidad Humana; Fundación PIEB, 2010. Prólogo.

CÔRTEZ, T. R. **Os migrantes da costura em São Paulo**: retalhos de trabalho, cidade e Estado. 277f. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia–Universidade de São Paulo, 2013.

DE LA TORRE ÁVILA, L.; ARAMAYO, Y. A. **La cheqanchada**. Caminos y sendas de desarrollo en los municipios migrantes de Arbieto y Toco. La Paz: PIEB, 2007.

FREITAS, P. T. **Imigração e Experiência Social**: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. 291f. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2009.

GRIMSON, A. **Relatos de la diferencia y la igualdad**. Los bolivianos en Buenos Aires. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

_____; SOLDÁN, E. P. Migrantes bolivianos en la Argentina y Estados Unidos. **Cuaderno de Futuro**, n. 7, La Paz, PNUD, 2000.

HINOJOSA GORDONAVA, A. **Buscando la vida**: familias bolivianas transnacionales en España. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

_____. **España en el itinerario de Bolivia**. Migración transnacional, género y familia en Cochabamba. s/f. Mimeografado.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (INE). Bolivia: características de población y vivienda. **Censo Nacional de Población y Vivienda**, La Paz, 2012.

MAGLIANO, M. J.; DOMENECH, E. E. **Migración e inmigrantes en la Argentina reciente**: políticas y discursos de exclusión/inclusión. Bogotá: Siglo del Hombre; CLACSO, 2008.

MARTÍNEZ PIZARRO, J. **Migración internacional, derechos humanos y desarrollo**: en el centro de la Agenda Mundial y de América Latina y el Caribe. CELADE - CEPAL, sep. 2008 y nov. 2009.

MIRANDA, B. **La crisis del sindicalismo obrero de Bolivia ante la reestructuración productiva**. Consideraciones acerca del mercado laboral y la clase obrera de la ciudad de El Alto en clave ampliada. 187f. 2012. Tesis (Maestría en Estudios Latinoamericanos) Universidad Autónoma de México, UNAM, 2012.

MORATÓ, R. P. **Perfil Migratorio de Bolivia**. Buenos Aires: OIM, 2011.

NAVIA, R. Esclavos Made in Bolivia. **Cuarto Intermedio**, n. 84, Cochabamba, ago. 2007.

NÓBREGA, R. Migraciones y modernidad brasileña: italianos, nordestinos y bolivianos en Sao Paulo. In: NOVICK, S. (Comp.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008. p. 113-132.

PRETURLAN, R. B. **Mobilidade e classes sociais**: o fluxo migratório boliviano para São Paulo. 200f. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PRIES, L. Migración laboral internacional y espacios sociales transnacionales: bosquejo teórico-empírico. In: MACÍAS GAMBOA, S.; HERRERA LIMA, F. **Migración laboral internacional**: transnacionalidad del espacio social. México: BUAP, 1997.

REPÓRTER BRASIL. Serie de reportajes periodísticos producidos entre 2006 y 2010 sobre el trabajo esclavo de bolivianos en São Paulo. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/agencia/>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

REZERA, D. do N. **Gênero e trabalho**: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo, 1980 a 2010. 209f. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica)–Programa de Pós-Graduação em História Econômica–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SALA, G. A. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. 261f. 2005. Tese (Doutorado em Demografia)–Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SALAZAR, C.; JIMÉNEZ, E.; WANDERLEY, F. **Migración, cuidado y sostenibilidad de la vida**. La Paz: CIDES-UMSA, 2010.

SILVA, S. A. Etnia, nação e regionalismos no jogo identitário entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. In: **Coletânea de textos do Simpósio Internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 2007.

XAVIER, I. R. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo**. 271f. 2010. Dissertação (Mestrado em Demografia)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2010.

As relações entre Venezuela e Cuba no governo Chávez (1999-2013): a aliança estratégica e o intercâmbio petróleo por serviços⁵⁷

*Anatólio Medeiros Arce⁵⁸
Marcos Antonio da Silva⁵⁹*

Introdução

Nas últimas duas décadas, a relação bilateral entre Venezuela e Cuba adquiriu maior intensidade e relevância, marcadas pela convergência ideológica e política entre suas principais lideranças (Hugo Chávez e Fidel/Raúl Castro), provocando inúmeras análises que procuram captar a natureza, a dinâmica e as tendências de tal relação. Nesse sentido, foram retomados elementos que demonstram que os impactos da Revolução Cubana (1959), embora sem a importância que possuía nas décadas de 1960 a 1980, continua presente na política interna de certos Estados. Tal fato é perceptível na dinâmica das relações interamericanas, derivada de sua relação conflitiva com a superpotência restante. No caso venezuelano, pode-se destacar que essa relação foi caracterizada por uma política oscilatória (entre distanciamento e aproximação), suplantadas pelo momento de aproximação intensa e estratégica durante o governo Chávez (1999-2012).

57 Este capítulo é uma versão modificada do artigo: “As relações entre Venezuela e Cuba durante o governo Chávez: realismo petrolífero ou revolução socialista”, apresentado no encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em julho de 2013. Os autores agradecem a todos aqueles que teceram enriquecedores comentários e críticas sobre o artigo.

58 Doutorando e Mestre em História pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Membro do LIAL – Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina.

59 Professor de Ciência Política no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e membro do LIAL – Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina.

Além disto, deve-se apontar que, entre 1960 e 1980 (durante a Guerra Fria), tanto Cuba quanto a Venezuela apresentaram uma dinâmica política marcada por especificidades em relação aos demais países da América Latina. No caso cubano, o país era o único com governo comunista na região e respaldado pela União Soviética. Já a Venezuela se comportava como a guardiã da democracia no subcontinente, em meio a governos ditatoriais, considerados pelos venezuelanos como não democráticos e, portanto, “não confiáveis” (CERVO, 2007, p. 176-181). Na década de 1990, as especificidades foram superadas pelo processo de latino-americanização de suas sociedades, pois ambos passaram, assim como a maioria dos países da região, por momentos de grave crise econômica, embora por motivos distintos (VILLA, 2005, p. 153-158). No caso cubano, tal crise foi resultado do desaparecimento do bloco socialista, de quem recebia recursos, petróleo, alimento, dentre outros auxílios, e realizava a maior parte de suas transações externas. No caso venezuelano, ocorreu o colapso de sua economia rentista, em um momento de queda nos preços do barril de petróleo no mercado internacional e aumento em sua dívida externa.

Apesar da política oscilante (ROMERO, 2011) que caracterizou as relações entre Venezuela e Cuba durante todo o período entre 1959 e 1999, uma nova fase na relação bilateral tem início com a chegada de Hugo Chávez ao poder. Nos quatorze anos de seu governo (1999-2012), os venezuelanos se aproximaram no sentido político-diplomático do regime cubano e firmaram uma parceria fundamentada em dois pontos. Primeiro, a afinidade ideológica entre Fidel Castro e Hugo Chávez, que se manteve quando o primeiro deixou a presidência em 2006 e foi substituído por seu irmão, Raul Castro. Segundo, por uma convergência, baseada no intercâmbio do petróleo por serviço, que possibilitou a recuperação, ainda que parcial, da economia cubana e o desenvolvimento das políticas sociais pelo governo chavista.

Desta forma, a Venezuela contribuiu significativamente na manutenção do regime socialista em Cuba, diante do processo de isolamento político-econômico promovido pelos Estados Unidos, contribuindo, em grande medida, com o processo de recuperação econômica da ilha caribenha e, mais recentemente, para o desenvolvimento das reformas instituídas por Raúl Castro.

Por outro lado, Cuba contribuiu na melhora dos indicadores sociais venezuelanos, por meio do envio de médicos, dentistas, professores de educação física e de alfabetização, gestores culturais e esportivos, para trabalhar nas periferias das cidades da Venezuela e nas áreas distantes dos grandes centros urbanos, projeto

conhecido como Missões Sociais. Tais convergências, que englobaram os âmbitos ideológico, político e econômico, fundamentaram a formação da Aliança Bolivariana dos povos de nossa América (ALBA), como alternativa tanto à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos norte-americanos, quanto ao ainda persistente embargo imposto por esta nação a Cuba.

Sendo assim, este capítulo trata de compreender a dinâmica dessa relação na era Chávez, procurando demonstrar que a convergência entre os dois governos propiciou o aprofundamento da relação bilateral fundamentada no intercâmbio petróleo-serviços, sem desconsiderar a importância exercida pela afinidade ideológica e pela sinergia entre Chávez e Fidel Castro (depois com Raul).

Para tanto, o trabalho está organizado da seguinte forma. Na primeira parte, discute os antecedentes da relação bilateral Venezuela-Cuba, principalmente as divergências entre Fidel Castro e o então presidente da Venezuela, Rómulo Betancourt, que levaram ao rompimento das relações em 1961. Na segunda parte, analisa a relação bilateral durante o governo Chávez (1999-2013), enfatizando a construção de uma relação baseada no envio de petróleo à Ilha em troca de ajuda profissional — as Missões Sociais — principal responsável em manter o respaldo popular ao governo Chávez na Venezuela. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Antecedentes da relação Venezuela-Cuba: democracia, petróleo e Revolução

Os revolucionários de *Sierra Maestra* chegaram ao poder em Cuba pouco antes de Rómulo Betancourt tomar posse como presidente da Venezuela, em fevereiro de 1959. Em 23 de janeiro do mesmo ano, o líder cubano Fidel Castro viajou a Caracas com o propósito de se reunir com o presidente eleito Rómulo Betancourt. Na ocasião, Castro o sondou sobre a possibilidade de fornecer à Ilha um empréstimo de aproximadamente US\$ 300 milhões em petróleo, para livrar seu país da dependência do fornecimento norte-americano. Todavia, Betancourt negou petróleo a Havana, respondendo categoricamente que tal produto pertencia ao povo venezuelano e não poderia ser fornecido “gratuitamente”, mas sim vendido a preços de mercado (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 188).

A Revolução Cubana, na condição de processo político-revolucionário, era vista como um desafio por Betancourt, pois a experiência dos cubanos estava servindo de inspiração e modelo a membros de seu partido, Ação Democrática (AD), sendo popular entre eles. Porém, o presidente não reputava o modelo

cubano como adequado à Venezuela e tampouco aos princípios considerados democraticamente condizentes. A consequência de tal “incompatibilidade” foi a expulsão dos membros simpáticos à Revolução Cubana da legenda, fazendo que eles optassem pela estratégia da luta armada durante a década de 1960 (DON-GHI, 2011). Além disso,

[...] Betancourt tenía que generar confianza ante sectores políticos de centro y conservadores venezolanos, empresariales e intelectuales que se oponían a la posibilidad de una revolución en Venezuela y asegurarles que la alternativa a la insurrección de izquierda era la democracia representativa y no una respuesta de fuerza (ROMERO, 2011, p. 161).

Portanto, tais acontecimentos provocaram problemas a Betancourt, que passou a alimentar ainda mais ressalvas em relação ao regime comandado por Fidel Castro. Desta forma, adotou uma postura crítica em relação aos governos considerados por ele como não democráticos, ou que haviam sido instituídos por golpes de Estado, enfatizando a incompatibilidade entre a democracia venezuelana e os regimes ditatoriais latino-americanos, fossem eles de direita ou esquerda, diretrizes que se tornaram conhecidas como Doutrina Betancourt. Assim, a diplomacia do país se distanciou de Cuba e intensificou as críticas ao processo revolucionário desse país, o que custou ao presidente da Venezuela o rechaço de estudantes, intelectuais, políticos e militares que não aceitavam o distanciamento de Havana (ROMERO, 2011, p. 163-164) e tampouco concordavam com o fato de a democracia norte-americana ter se tornado um modelo para o sistema partidário da Venezuela.

Betancourt classificava o governo cubano entre os não democráticos e, portanto, a Venezuela não deveria manter relações político-diplomáticas e tampouco lhe fornecer petróleo (VALENTE, 2007, p. 124). Talvez isso explique não somente a hostilidade com que recebeu Castro na ocasião anteriormente descrita, como também sua atuação na campanha de expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1962. Associado a isso, deve-se agregar que na década de 1960 as relações com os Estados Unidos eram prioritárias para o governo venezuelano, fundamentada na venda de petróleo e importação de produtos manufaturados, o que favorecia a influência norte-americana na Venezuela. Finalmente, algumas ações do governo cubano, entre elas o julgamento e fuzilamento de certos membros do governo Batista, envolvidos com torturas e mortes, a fuga de cubanos para se exilar na Venezuela, sendo bem recebidos pelo governo

local e a piora nas relações entre Havana e Washington (ROMERO, 2011, p. 163) tornaram a situação insustentável e as relações entre os países foram rompidas em abril de 1961 (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 217-372).

Tal política se manteve durante o governo de seu sucessor, Raúl Leoni (1964-1969), que enfrentou tentativas de golpes militares e de insurreição armada pelas forças de esquerda, gerando mais desconfianças sobre o apoio cubano a essas iniciativas. Por outro lado, deve-se considerar que a política externa cubana do período, principalmente após a criação da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), em 1966, estimulava a promoção de revoluções em diversos países. Nesse sentido, Fidel Castro, ao apoiar parte do Partido Comunista da Venezuela (PCV) e do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), chegou a afirmar:

Si un gobierno da América Latina en los últimos tiempos ha asesinado comunistas, ese gobierno ha sido el gobierno de Venezuela, con Rómulo Betancourt primero y con Leoni después. Y no hay aquí una sola palabra de condenación al régimen que ha desatado la represión, que ha desatado la violencia en Venezuela, que ha obligado a los estudiantes y los revolucionarios en general a empuñar las armas como único camino para la liberación de su patria de las garras de la oligarquía y de las garras del imperialismo (ROMERO, 2011, p. 167).

Apesar dos nítidos problemas e aparentes “incompatibilidades”, durante o Pacto de *Punto Fijo* (1958-1998) na Venezuela, as relações entre Caracas e Havana não viveram apenas de momentos de hostilidades, demonstrando seu caráter oscilatório. Nesse sentido, após 1970, tais relações oscilaram entre períodos de distanciamento e leve aproximação, não necessariamente obedecendo a “lógica” imposta pela Guerra Fria aos países aliados dos Estados Unidos. Ainda no Governo Caldera (1969-1974), houve certa aproximação, fundamentada na nova política cubana e na ideia de Pluralismo Ideológico, que norteou a política externa venezuelana no período. Em seguida, nos governos de Carlos Andrés Pérez (1974-1979/1989-1993), também pertencente à AD, tal aproximação se manteve e, inclusive, o governo venezuelano reatou relações formais com Cuba e tentou revogar as sanções econômicas que vigoravam no seio da OEA.

Tal aproximação fez que, em 1992, durante o segundo mandato de Pérez, Castro se solidarizasse com o venezuelano que havia enfrentado uma tentativa de golpe de Estado, comandada pelo tenente-coronel Hugo Chávez (ROMERO, 2011, p. 176). Na ocasião, devido à necessidade cubana de reconstruir laços po-

lítico-diplomáticos, no bojo da crise do bloco soviético, o líder cubano condenou o golpe⁶⁰.

Além disto, a década de 1990 apresentou outro elemento de aproximação, ou seja, ambos os países enfrentaram graves problemas econômicos. No caso venezuelano, a brusca queda nos preços do petróleo havia contribuído significativamente para desencadear o *Caracazo* (1989), além da adoção de um modelo neoliberal com profundo impacto social, utilizado como efeito catalisador pelos militares insurretos para tentar um golpe em 1992. No caso cubano, a situação era ainda mais dramática, pois o fim da União Soviética e do bloco socialista retirou de Cuba seus parceiros comerciais, despencando vertiginosamente seu Produto Interno Bruto (PIB). O envio de alimentos e recursos foi suspenso, fazendo que 1992 fosse considerado “el año más duro de la Revolución Cubana”, conforme mencionou Fidel Castro em balanço realizado no V Congresso do Partido Comunista de Cuba⁶¹ em 1997. Ironicamente, naquele momento a difícil situação econômica os aproximava, embora a Venezuela fosse um país com política econômica fortemente concatenada às diretrizes do Consenso de Washington, formuladas por Andrés Pérez e que afetavam o equilíbrio nas contas públicas e na coesão social (GOTT, 2004, p. 79-89).

Todavia, o golpe de Estado comandado por Chávez serviu para colocá-lo em evidência no cenário político da época. Quando libertado, em 1994, começou sua campanha à presidência da República e, em dezembro do mesmo ano, fez sua primeira viagem a Cuba⁶². Nesse momento, Chávez não era presidente da República, portanto, não possuía poderes institucionais, porém já era percebido por Fidel Castro como um potencial aliado na América do Sul, caso vencesse as elei-

60 Romero (2011) cita um telegrama enviado por Castro que afirmava: “Cuando conocimos el pronunciamiento militar que se está desarrollando, nos ha embargado una profunda preocupación. En este momento amargo y crítico, recordamos con gratitud todo lo que ha contribuido al desarrollo de las relaciones bilaterales entre nuestros países” (ROMERO, 2011, p. 176).

61 CASTRO, Fidel. *Informe central al V Congreso del Partido Comunista de Cuba*. La Habana, 8 de Octubre de 1997. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1997/esp/f081097e.html>>. Acesso em 11 abr. 2013.

62 Durante a prisão, Chávez reviu sua estratégia para chegar ao poder. Ele foi convencido a abandonar a opção pelo golpe de Estado, pois havia sido demitido do Exército. Além disso, nesse período se aproximou de vários líderes da esquerda venezuelana que mantinham relações próximas com Fidel Castro, a exemplo de Luis Miquilena, José Vicente Rangel e, principalmente, Alí Rodríguez Araque. Esses intermediaram uma aproximação entre o ex-militar e o regime cubano (JONES, 2007, p. 168-184).

ções de 1998. Castro lidava com uma delicada situação no cenário internacional, devido à hegemonia (política, econômica e militar) de seu principal adversário. Ao invés de relaxar o bloqueio econômico após o desaparecimento da “ameaça comunista”, os norte-americanos o intensificaram por meio das Leis Torricelli⁶³ e Helms-Burton⁶⁴, pelas quais “longe de buscar um novo relacionamento com Cuba, [...] aumentaram o antagonismo diplomático” (GOTT, 2006, p. 337). Ou seja, Havana ainda deveria lutar contra o bloqueio econômico mesmo já estando esgotado o principal argumento dos Estados Unidos para mantê-lo.

Ao visitar Cuba em 1994, Chávez foi recebido por Fidel Castro no aeroporto e tratado como chefe de Estado. Com a provável vitória de Chávez, Fidel enxergava a possibilidade de formar uma parceria diplomático-econômica com o fornecimento de petróleo ao país, além de reafirmar a convergência ideológica. Tais propósitos ficaram mais visíveis quando Chávez discursou na Universidade de Havana em tom crítico ao neoliberalismo, à globalização e ao fim da história, teses defendidas por vários líderes políticos liberais nas décadas de 1980 e 1990. Ao contrário destes, Chávez atribuía ao neoliberalismo a responsabilidade pela crise econômica que atingia os países periféricos no momento.

A partir disso, surgia uma grande sinergia entre ambos, que perduraria pelos quatorze anos em que governou a Venezuela, fazendo que Castro dissesse:

¿Qué de extraño tiene que surjan movimientos revolucionarios y movimientos patrióticos en América Latina y que surjan también entre los militares? Bueno, son los venezolanos los que han levantado esas Banderas, ellos son los que están más cerca de Bolívar y de la historia de Bolívar. (CASTRO, 2006, p. 104).

Nesse sentido, durante o governo Chávez (1999-2012), as afinidades ideológicas foram se fortalecendo, porém, o aprofundamento dos laços bilaterais se fundamentou na convergência de interesses baseados no intercâmbio petró-

63 Essa Lei “[...] amplia a proibição das companhias dos Estados Unidos de realizar negócios com Cuba às suas subsidiárias no exterior, proíbe aos barcos que passam pelos portos cubanos de realizar transações comerciais nos Estados Unidos e autoriza o presidente dos Estados Unidos a aplicar sanções a governos que promovam assistência a Cuba” (AYERBE, 2004, p. 95).

64 “[...] autoriza cidadãos dos Estados Unidos, proprietários de bens expropriados pela Revolução Cubana, a processar empresas estrangeiras que usufruam das propriedades e permite que o governo barre a entrada ao país de empresários e executivos dessas empresas” (AYERBE, 2004, p. 96).

leo-serviços, possibilitando às lideranças de cada país a realização de objetivos prioritários. No caso cubano, a recuperação econômica; no caso venezuelano, o desenvolvimento de programas sociais. Desta forma, ao contrário de Betancourt, Chávez possibilitou a Cuba o acesso ao petróleo venezuelano, fornecendo-o em volume considerável, enquanto se beneficiou da atuação cubana nos projetos e programas sociais de seu governo, além do apoio cubano para reestruturação do estado venezuelano condizente com sua perspectiva de bolivarianismo.

A parceria entre Chávez e Castro: complementaridade entre Missões Sociais e Petróleo

Quando tomou posse em fevereiro de 1999, Chávez já indicava que faria mudanças na estrutura política da Venezuela, o que Villa (2000, p. 135-159) chamou de “projeto de refundação da República”. Essas transformações provocariam impactos significativos na política externa, embora ainda não fosse possível mensurar com exatidão a intensidade com que elas seriam realizadas. Havia o interesse em intensificar as relações com a América Latina, planejadas desde as administrações de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldeira (1994-1998), porém dificultadas pelos problemas econômicos e políticos da Venezuela na década de 1990, além do resquício daquele sentimento de superioridade — alimentada pela elite venezuelana durante os tempos da “Venezuela saudita” — em relação aos demais países latino-americanos.

Todavia, diferente de seus antecessores, Chávez deixou nítido desde o início que a grande ruptura estava no papel ocupado pelas relações hemisféricas em sua diplomacia. Aproveitando-se de seu carisma e disposição para viagens, Chávez passou a ocupar um papel central na inserção internacional venezuelana, exercendo com intensidade uma diplomacia presidencial, o que viabilizou a aproximação com países controversos no cenário político nacional e internacional, cujo principal exemplo seria Cuba (VILLA, 2004, p. 99-119). A partir disso, a Revolução Cubana seria uma alternativa almejada pela Revolução Bolivariana, embora nunca tivesse ignorado as especificidades históricas de Cuba, o que levava à impossibilidade de a Venezuela repetir fielmente o exemplo da Ilha, ideia compartilhada também por Fidel.

Por isso, ao estipular quatro faixas com as quais a nova política externa atuaria, isto é, a atlântica, a amazônica, a andina e a caribenha (CERVO, 2003, p. 163), Chávez reafirmava a prioridade da América Latina, na diplomacia venezue-

lana, e considerava, no caso cubano, que poderia obter vantagens com o processo de abertura econômica que se realizava no país caribenho, derivadas da consciência de que possuía em abundância o produto buscado pelos cubanos no intuito de amenizar sua escassez energética: petróleo; além da evidente afinidade ideológica. Desta forma, a relação de sinergia, construída na visita de dezembro de 1994 (como já destacamos), ganhou novos contornos e possibilidades com sua ascensão ao poder, adquirindo um formato de parceria com a convergência de interesses.

Os cubanos vinham enfrentando uma grave crise econômica, que também afetava o setor energético, desde o fim da União Soviética em 1991, de quem recebiam petróleo a preços subsidiados (ALMENDRA, 1998). Já a Venezuela apresentava uma situação social conturbada, com índices de pobreza extrema, que atingiam cerca de 40% da população do país (GOTT, 2004, p. 221). Tal situação propiciou uma convergência de interesses e um “intercâmbio de soluções” entre os governos. De um lado, a Venezuela propunha solucionar ou amenizar a carência energética cubana e contribuir para a sua recuperação econômica e, de outro, Cuba poderia fornecer profissionais de diversas áreas, dentre os quais médicos, dentistas, enfermeiros e pedagogos, visando melhorar os indicadores sociais do país.

Desta forma, construiu-se uma aliança estratégica fundamentada numa plataforma de cooperação social, comércio e inversão econômica conjunta que, com o passar do tempo, acabou permitindo uma complementação econômica entre os dois países, tal como afirma Romero (2011). Após o tenso processo constitucional que perdurou por todo ano de 1999, Chávez se ocupou daquilo que havia sido sua principal promessa de campanha na área social: o combate à pobreza e a resolução rápida de problemas. Por isso, lançou o Plano Bolívar 2000, que consistia em aproveitar a estrutura das Forças Armadas da Venezuela para realizar serviços nas áreas de saúde e infraestrutura.

O Plano Bolívar possuía três fases. A primeira enviava os militares para realizarem mutirões de consultas médicas e odontológicas. A segunda visava trabalhar, em conjunto com as comunidades, na solução de alguns problemas práticos, tais como conserto de pontes e manutenção de estradas. A terceira os colocava para desenvolver em comunidades carentes formas sustentáveis e produtivas de subsistência. Neste sentido, tal plano envolveu mais de 40 mil pessoas, dentre soldados e voluntários (GOTT, 2004, p. 228), número considerado insuficiente se comparado à carência venezuelana naquele momento. Tratava-se, portanto, de um plano emergencial. Todavia, a continuidade no uso dos militares nesse tipo de iniciativa rapidamente se tornou inviável por duas razões: o número insuficiente

de mão de obra especializada e o processo de “expurgo” realizado por Chávez nessa instituição, após o golpe de Estado de 2002, que contou com apoio de parte dos militares e dos norte-americanos.

Dessa forma, o apelo à mão de obra cubana tornou-se uma das alternativas viáveis ao alcance de Chávez, para combater a pobreza de forma imediata. Sabendo de tais limitações, da quantidade de petróleo existente na Venezuela e da carência energética cubana, além da afinidade entre ambos os governos, o que facilitava mecanismos de cooperação, Chávez assinou em outubro de 2000 um convênio com Havana, pelo qual forneceria petróleo à Ilha a preços considerados abaixo dos níveis de mercado⁶⁵. Em troca, profissionais cubanos trabalhariam na Venezuela recebendo auxílio no transporte, alimentação e moradia (MARINGONI, 2009, p. 153-156). Desta forma, a cooperação cubana em diversas áreas adquiriu relevância, reafirmando a Diplomacia Social exercida pelo país. Deve-se ressaltar que, se nas primeiras décadas da Revolução Cubana tal diplomacia estava associada ao internacionalismo proletário e envolvia tanto ações civis como militares, nas duas últimas décadas estiveram associadas à tentativa de projeção de uma imagem positiva do país no cenário internacional e, de forma pragmática, à possibilidade de captação de recursos (FEINSELMAN, 1993; KIRK; ERISMAN, 2009). Segundo o acordo bilateral, o governo Chávez enviaria a Cuba “el suministro de crudos y derivados de petróleo, hasta por un total de cincuenta y tres mil (53.000) barriles diarios”⁶⁶. Na época, essa iniciativa foi criticada por setores venezuelanos que não viam com simpatia a proximidade com os cubanos e tampouco o fornecimento de petróleo a preços subsidiados. Mesmo assim, a parceria continuou a ser aprofundada.

Em maio de 2003, Chávez assinou com Cuba vários acordos de cooperação nas áreas de educação, saúde e, principalmente, mineração e petróleo. Essa parceria foi incrementada a partir de 2003, quando os preços do barril no mercado internacional permitiram à Venezuela manter esse tipo de intercâmbio com Cuba, sem prejudicar suas receitas.

Nesse mesmo ano foram lançadas as Missões Sociais do governo Chávez, responsáveis por políticas voltadas a diversas áreas (saúde, educação, segurança ali-

65 Acuerdo Bilateral Cuba-Venezuela. Firmado por el Comandante en Jefe Fidel Castro y el Presidente de Venezuela Hugo Rafael Chávez Frías. Dado en Caracas, a los 30 días del mes de octubre de año 2000. Disponível em: <<http://www.embajadacuba.com.ve/cuba-venezuela/convenio-colaboracion/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

66 Idem.

mentar, etc.), tendo como resultado a eliminação do analfabetismo no país. Desta forma, o êxito das Missões foi determinante para aumentar a popularidade do presidente Chávez entre os mais pobres, viabilizar as vitórias eleitorais que conquistou em treze anos de mandato e colocar a oposição na defensiva. Além disso, Chávez chegou a reconhecer em discurso que o apoio cubano nas Missões havia sido primordial em sua vitória no referendun revocatório de agosto de 2004⁶⁷.

Portanto, as relações com Cuba desempenharam papel fundamental na realização das ações do chavismo e na conquista de amplo apoio dos setores populares. Isso só se tornou possível com os recursos advindos do petróleo que, conforme demonstra o Quadro 1, sofreu uma alta considerável e sucessiva nos preços do barril no mercado internacional, permitindo aos países produtores incrementarem suas receitas.

Quadro 1 – Preços do Barril de petróleo no mercado internacional entre 2003-2013 (US\$)

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ⁶⁸	Média
Preço	28,10	36,05	50,64	61,08	69,01	94,05	61,06	77,45	107,46	109,45	108,7	73,0

Fonte: Opep – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

Como pode ser observado, o preço do barril saltou de US\$ 28,10 em 2003 para US\$ 109,45 em 2012, incrementando, como já apontado, a receita venezuelana. Nesse sentido, incidiu positivamente na relação bilateral com Cuba, pois permitiu ao governo Chávez manter o envio de petróleo em troca de ajuda profissional nas Missões Sociais, com um impacto menor no mercado interno. Além disto, os recursos oriundos do petróleo também permitiram a ampliação dos gastos públicos e o fomento de políticas públicas. Segundo Merentes (2007, p. 245), as Missões Sociais apresentavam resultados concretos porque seus objetivos foram bem definidos, na busca de resolver problemas práticos em curto prazo. Para Chávez, tais Missões foram social e politicamente exitosas, alcançando a significativa marca de 15 Missões ao longo do período analisado.

67 CHÁVEZ, Hugo. **Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del triunfo del desfile de las Misiones Bolivarianas**. Paseo de los Próceres. Caracas, 28 de agosto de 2004, p. 512.

68 O preço do barril de petróleo no ano de 2013 baseia-se em estimativas.

Dessas, três delas se destacam pelo fato de a colaboração cubana ter sido estratégica e fundamental a sua eficácia. A primeira foi a Missão *Barrio Adentro*. Instituída em 2003, objetivava garantir acesso universal e gratuito aos serviços de saúde, como consultas médicas, exames, cirurgias e medicina preventiva, bem como “[...] fixar, em cada região popular da capital e do interior, um médico e um ambulatório de primeiros socorros” (MARINGONI, 2009, p. 153). Até 2009, o governo venezuelano já havia investido mais de US\$ 5 bilhões na *Barrio Adentro*. A segunda, a Missão *Milagro*, lançada em 2005, tinha como propósito realizar consultas oftalmológicas, cirurgias de catarata e distribuição de óculos. Conforme divulgado pelo governo⁶⁹, até 2009 já haviam sido investidos mais de US\$ 150 milhões na *Milagro*. A terceira, a *Missão Robinson*, visava alfabetizar jovens e adultos para, em prazo recorde, erradicar o analfabetismo na Venezuela. Essa Missão também foi iniciada em 2003 e dois anos mais tarde já haviam sido investidos mais de US\$ 70 milhões e ensinado mais de 400 mil pessoas a ler e escrever (MARINGONI, 2009, p. 155).

Desta forma, a participação cubana foi primordial, em razão do uso de profissionais, de material como cartilhas, apostilas e livros e, principalmente, no uso de métodos pedagógicos desenvolvidos em Cuba na alfabetização de jovens, adultos e idosos, residentes nas periferias das cidades venezuelanas e nas regiões distantes dos grandes centros urbanos⁷⁰. Vale ressaltar que, além da atuação na própria Venezuela, a cooperação com Cuba permitiu o envio de profissionais a outros países, principalmente nos marcos da ALBA (KIRK; ERISMAN, 2009).

Além disso, nos últimos anos, muitos profissionais cubanos vinham sendo substituídos por venezuelanos que tinham ido estudar em Cuba e depois retornavam para ajudar nas Missões. Porém, a parceria com Cuba não se restringe ao campo médico. Também no esporte, como apontam Huish e Darnell (2012), tal parceria tem permitido o envio de profissionais cubanos para atuarem em áreas esportivas, nas quais a ilha caribenha se destaca. Cuba contribuiu para a criação da Escola Internacional de Educação Física e Esportes (EIEFD), que havia recebido até 2011 cerca de 1.400 estudantes de 76 países, além da organização de eventos.

69 VENEZUELA. **Sitio Oficial de las Misiones Sociales**. Disponível em: <http://www.pd-vsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=1501&newsid_temas=40>. Acesso em 19 abr. 2013.

70 Confira os resultados numéricos estão em Torres e Cruz (2011, p. 387).

Tal parceria permitiu à Venezuela dispor dos recursos humanos necessários para a implementação das políticas sociais desenvolvidas pelo governo, que só foram possíveis, como já mencionamos, devido ao intercâmbio desses serviços por petróleo, principalmente, embora outras formas de financiamento tenham sido utilizadas. Nesse sentido, o quadro a seguir nos permite compreender a importância e o incremento do envio de petróleo para o desenvolvimento das Missões.

Quadro 2 – Quantidade de petróleo cru e refinado enviado pela Venezuela a Cuba entre 1999-2008 (em milhões de Barris)

1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média
19,4	7,7	18,8	11,7	21,4	23,4	30,4	28,1	31,7	42,2	21,54

Fonte: PODE – Petróleo y otros Datos Estadísticos, 2009, p. 88.

Como se pode observar, o envio de petróleo venezuelano a Cuba saltou de 7,7 milhões de barris em 2000 (embora tenha sido um ano atípico) para 42,2 milhões de barris em 2008. Pode-se, portanto, inferir que isso se deve tanto ao aprofundamento das Missões Sociais e outras políticas públicas que utilizavam os recursos humanos cubanos, quanto à colaboração em outras áreas ou ações nos marcos da ALBA. De qualquer forma, tanto Cuba como Venezuela, embora por razões diferentes, parecem ter se beneficiado de tal relação, o que demonstra também que a explicação baseada na afinidade ideológica parece ser limitada para sua compreensão. Além do petróleo, a relação cubano-venezuelana permitiu o incremento do intercâmbio comercial, como podemos observar no seguinte quadro:

Quadro 3 – Comércio Exterior Venezuela-Cuba entre 2002 e 2012 (em milhões de US\$)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Exportação	11,9	10,8	89,1	95,4	165,2	57,6	92,5	24,1	36,7	47,8	24,9	59,65
Importação	4,6	96,2	105,2	52,9	30,4	31,8	35,7	258,4	209,6	394,9	499,6	156,3

Fonte: INE – *Instituto Nacional de Estadística*. República Bolivariana de Venezuela.

Apesar da necessidade de detalhamento desses valores, pode-se destacar que, no que se refere às exportações, houve um aumento significativo entre 2002 e 2012 e que os dados de 2006, por estarem fora da média do período, relacionam-se a causas específicas. Além disto, é possível perceber que a crise econômica mundial desencadeada em 2008 impactou as exportações da Venezuela e contri-

buiu para diminuir o volume exportado entre 2008 e 2012. No que se refere às importações, percebe-se também um aumento extraordinário, quando se considera que saltaram de U\$ 4,6 milhões em 2002 para U\$ 499,6 milhões em 2012, o que confirma o incremento das relações. No entanto, deve-se destacar que tal aumento, principalmente a partir de 2009, deve-se à inclusão dos valores associados aos serviços nos dados de importação, o que insuflou os números. Além disto, inclui-se o fornecimento de gêneros agrícolas e pescado, principais produtos na pauta de exportação cubana.

Deve-se destacar ainda que, com a formação da ALBA (Aliança Bolivariana aos povos de nossa América)⁷¹ em 2004, o que até então era realizado no eixo bilateral, transforma-se em uma proposta de integração regional, constituindo-se como uma forma de rechaço à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A ALBA apresentava em seus textos um perfil anticapitalista e contra-hegemônico⁷², preceitos que já vinham sendo defendidos pelos governos de Cuba e Venezuela.

Segundo o governo venezuelano, a ALBA fundamentava uma proposta de integração regional e o aprofundamento dos laços com a região, além de outros elementos contidos na política externa do governo Chávez. Para Cuba, tal aliança consolidava a estratégia de reinserção regional de forma ativa e ativa (CAMPOS, 2011; CORONADO; GONZÁLEZ, 2011) e propiciava a possibilidade de inserção crítica no mundo globalizado. Além disso, tal proposta marcou a passagem da experiência venezuelana de uma revolução nacionalista para uma revolução socialista, reforçando os laços entre os países (ROMERO, 2011, p. 185). É possível enfatizar que a ALBA permitiu ao governo cubano tanto uma intensificação dos laços com a Venezuela como o aprofundamento da reinserção cubana no Caribe, por meio do reforço de laços com os países do CARICOM (SERBIN, 2011).

Os acordos assinados no âmbito da ALBA reforçaram a parceria entre Venezuela e Cuba no intercâmbio de petróleo por profissionais. Além disso, tratava

71 Quando foi instituída em dezembro de 2004, a ALBA tinha o nome de Alternativa Bolivariana aos povos de nossa América. Mas, desde 2009, seu nome foi alterado para Aliança Bolivariana aos povos de nossa América/Tratado de Comércio dos Povos (ALBA/TPC). Ao longo do texto fazemos referência apenas como ALBA.

72 **ALBA-TCP – Building an Inter-polar World**. 2004-2010 Summits. Caracas: Executive Secretariat of ALBA-TCP.

sobre cooperação energética envolvendo a proposta da Petrocaribe e da Construtora ALBA, PDVSA-Cuba S.A; discutia questões de segurança propondo o treinamento conjunto de Forças Armadas e a formação de uma Escola Militar para o bloco; a formação do Banco da ALBA que, em 2008, foi implantado com capital inicial de US\$ 2 bilhões; o rechaço à ALCA e o reforço do perfil anticapitalista e contra-hegemônico da ALBA, dentre outras propostas⁷³. Entre 2004 e 2010, mais de dez acordos foram assinados no âmbito da ALBA, a maioria deles envolvendo os governos de Venezuela e Cuba. Apesar disso, tratava-se de um bloco com perfil multilateral, por isso estava aberto ao ingresso de outros países⁷⁴. A partir de 2006, incorporou novos parceiros, a exemplo de Bolívia (2006), Nicarágua (2007), Equador (2008), dentre outros⁷⁵. Segundo Romero (2011), a ajuda acumulada, entre 1999 e 2008, do governo bolivariano a Cuba, aproximava-se, considerando todos os setores, a US\$ 9,4 bilhões, sendo o petróleo diretamente responsável por 40% desse valor.

No campo diplomático, a atuação da ALBA contribuiu para que, em dezembro de 2008, Cuba fosse reintegrada ao Grupo do Rio. Na Reunião de Cúpula Hemisférica de Trindad e Tobago de abril de 2009, os países pertencentes à ALBA assinaram mais um documento se posicionando contra o bloqueio a Cuba e ao crescente processo de isolamento da Ilha comandado pelos Estados Unidos. Em junho do mesmo ano, os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) revogaram a decisão que havia expulsado Cuba dessa instituição em 1962. Em 2010, o presidente Raul Castro esteve na Venezuela e novamente salientou a importância venezuelana no intuito de se contrapor ao isolamento norte-americano (ROMERO, 2011, p. 182-183; CAMPOS, 2011; CORONADO; GONZÁLEZ, 2011).

Dessa forma, durante treze anos da administração Chávez, as relações com Cuba, embora fundamentadas na afinidade ideológica, foram também desenvolvidas pela convergência de interesses e razoável pragmatismo. Portanto, para a Venezuela, tal relação propiciou os recursos humanos e os referenciais ideológicos

73 Idem.

74 Dentre os principais instrumentos e mecanismos que a ALBA desenvolve, podem-se citar: TELESUR, Foro Parlamentário, PETROALBA, EMPRESA GRAN NACIONAL DE ENERGIA, ALBA CULTURAL y BANCO DE LA ALBA (ROMERO, 2011).

75 Atualmente, fazem parte da ALBA oito países: Venezuela; Cuba; Bolívia; Nicarágua; Dominica; Equador; São Vicente e as Granadinas; Antiga e Barbuda. Somando todos eles, há mais de 75 milhões de habitantes e as maiores reservas de petróleo do mundo.

ao desenvolvimento dos programas sociais, fundamentais para a consolidação do chavismo e sua atuação externa. Para Cuba, tal relação foi fundamental à sua recuperação econômica, principalmente devido ao fornecimento de petróleo e à reinserção internacional do país, destacadamente no âmbito regional, contribuindo para a manutenção da política revolucionária e o desenvolvimento de uma transição específica, a atualização do modelo, pela sua liderança; em suma, o suporte venezuelano tem sido fundamental para o desenvolvimento de reformas no país, principalmente após a ascensão de Raúl Castro.

Embora seja fundamental, é possível afirmar que tal relação não adquiriu a condição de exclusividade, como EUA e URSS em outros momentos, o que permitiu ao governo cubano incrementar os laços com outros parceiros (China, Rússia, Canadá, Brasil, etc.) e diminuir sua vulnerabilidade externa (SERBIN, 2011).

Nesse sentido, vale destacar que, se a relação privilegiada entre Cuba e Venezuela, assentada numa relação estratégica e num processo de complementação econômica que tem no intercâmbio petróleo-serviços sua dinâmica principal, outros parceiros regionais também começam a se destacar para a ilha caribenha, como México e Brasil. Nesse caso, podem-se destacar dois elementos que ampliam o escopo de atuação da política externa cubana. Em primeiro lugar, tal relação apresenta uma dimensão comercial, pois o Brasil tem-se constituído, nos últimos anos, um importante parceiro para o desenvolvimento de obras de infraestrutura e financiamento — em áreas onde os venezuelanos parecem não conseguir realizar, por sua amplitude —, e uma dimensão simbólica, dado o papel de liderança regional almejado pela diplomacia brasileira nos últimos anos. Em segundo lugar, como consequência, a relação com o Brasil pode propiciar instrumentos para a diplomacia cubana ao promover mais ativamente a integração regional, com um perfil mais cooperativo do que a Venezuela, podendo, eventualmente, dar uma maior contribuição para o estabelecimento de um diálogo com os EUA, um dos principais desafios da diplomacia cubana neste século (SERBIN, 2011, p. 239-244).

Considerações Finais

Como procuramos demonstrar ao longo deste capítulo, na primeira década do século XXI, houve o fortalecimento dos laços bilaterais entre Venezuela e Cuba por meio do desenvolvimento de uma parceria. Além da afinidade ideológica, a aproximação entre ambos esteve sustentada no binômio petróleo-serviços, retratando uma convergência de interesses. No caso venezuelano, além de inspirar

a Revolução Bolivariana e a tentativa de construção do Socialismo do Século XXI, a parceria com Cuba mostrou-se essencial para o desenvolvimento e a consolidação do chavismo entre os setores mais pobres da sociedade venezuelana. Nesse sentido, tal parceria permitiu o desenvolvimento de programas sociais e políticas públicas fundamentadas no trabalho de profissionais cubanos em diversas áreas (saúde, educação, esporte, cultura, dentre outras). Além de atuar internamente, tal parceria contribuiu para a atuação venezuelana no âmbito regional, alicerçada na ALBA.

Para os cubanos, a parceria com a Venezuela contribuiu significativamente em sua recuperação econômica e reinserção na comunidade latino-americana. Além disso, permitiu um novo alento na conflituosa relação com os EUA, contribuindo para a superação do isolamento cubano. O fundamental é que o petróleo venezuelano permitiu a retomada estável do processo de recuperação da economia cubana (embora persistam problemas) e impulsionou o exercício da diplomacia social da Ilha, contribuindo para sua reinserção regional e internacional. Nesse processo, o apoio do governo Chávez foi fundamental a Cuba, bem como o suporte cubano contribuiu no desenvolvimento de reformas estruturais e de programas de forte apelo popular, permitindo a Chávez vencer praticamente todas as consultas populares, exceto o plebiscito de dezembro de 2007.

Embora tal parceria pareça consolidada, além das incertezas em relação ao futuro do chavismo, outros elementos, de ambas as partes, devem ser considerados para sua continuidade e aprofundamento. No caso cubano, é fundamental a diversificação de parceiros comerciais e a consolidação de parcerias com outras potências regionais (Brasil, México, China, Rússia, etc.). Para a Venezuela, é importante a superação da dependência petrolífera e a diversificação de sua economia rentista, o que implica buscar novos aliados, além da superação da polarização interna. A parceria Venezuela-Cuba dependerá, portanto, em grande medida, dos desdobramentos da política interna e das prioridades e ações internacionais desenvolvidas pelos governos liderados por Nicolás Maduro e Raúl Castro.

Bibliografia

ALBA-TCP. **Building an Inter-polar World**. 2004-2010. Summits. Caracas: Executive Secretariat of ALBA-TCP, 2010.

ALMENDRA, C. C. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, O. **Revolução Cubana: história e problemas atuais**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

AYERBE, L. F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAMPOS, C. O. Las Relaciones de Cuba con América Latina y El Caribe: Imperativos para Consolidar la Reinserción Regional. In: AYERBE, L. F. (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Barcelona: Icaria; Buenos Aires: CRIES, 2011.

CASTRO, F. **Informe central al V Congreso del Partido Comunista de Cuba**. La Habana, 8 de Octubre de 1997. In: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1997/esp/f081097e.html>> Acceso em: 11 abr. 2013.

CASTRO, F. Discurso en el Aula Magna de la Universidad de la Habana con motivo de la visita del teniente coronel Hugo Chávez (14/12/1994). In: **Venezuela y Chávez**. Santafé de Bogotá: Ocean Sur, 2006.

CERVO, A. L. A Venezuela e seus vizinhos. In: CARDIM, C. H.; GUIMARÃES, S. P. (Orgs.). **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 157-180, 2003.

_____. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Saravia, 2007.

CHÁVEZ, H. **Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del desfile de las Misiones Bolivarianas**. Paseo de los Próceres. Caracas, 28 de agosto de 2004.

CORONADO, J. P.; GONZÁLEZ, P. U. Cuba en el Nuevo Sistema Interamericano del Siglo XXI. In: AYERBE, L. F. (Org.). **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Barcelona: Icaria; Buenos Aires: CRIES, 2011.

DONGHI, T. H. **História da América Latina**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.

FEINSILVER, J. M. **Healing the masses: Cuban health politics at home and abroad**. Berkeley: University of California Press, 1993.

GOTT, R. **À sombra do Libertador: Hugo Chávez e a transformação da Venezuela**. 1. ed. Tradução: Ana Corbisier. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Cuba: uma nova história**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

HUIISH, R., DARNELL, S. Solidarity, counter-hegemony and development: exploring Cuba's sport-based internationalism. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**. v. 36, n. 71, p. 139-164, 2012.

JONES, B. **Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente**. São Paulo: Editora Novo Conceito, 2007.

KIRK, J.; ERISMAN, M. H. **Cuban Medical Internationalism: origins, evolution and goals**. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

MARINGONI, G. **A revolução venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MERENTES, N. La actual fase de crecimiento de la economía venezolana. **Revista Diplomacia, Estrategia y Política**. p. 231-249, jul./sep. 2007.

MESA-LAGO, C. Hacia una evaluación de la actuación económica y social en la transición cubana de los años noventa. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 18, p. 19-39, mar. 1998.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ROMERO, C. Cuba y Venezuela: La génesis y el desarrollo de una utopía bilateral. In: AYERBE, L. F. (Org.) **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Buenos Aires: Ediciones CRIES, 2011, p. 159-202.

SEGRERA, F. L. **Cuba cairá?** Petrópolis: Vozes, 1994.

SERBIN, A. Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de actualización. In: AYERBE, L. F. (Org.) **Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos**. Barcelona: Icaria; Buenos Aires: CRIES, 2011.

TORRES, N. M.; CRUZ, E. M. Experiência cubana en cooperación Sur-sur. **Revista Cubana de Salud Pública**, v. 37, n. 4, p. 380-393, 2011.

VALENTE, L. A política externa venezuelana no século XXI – novos olhares, antigas amarras e a integração sul-americana como a principal saída para o desenvolvimento. In: CARMO, C. A. (Org.) **Prêmio América do Sul 2007**: Venezuela; mudanças e perspectivas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 119-161.

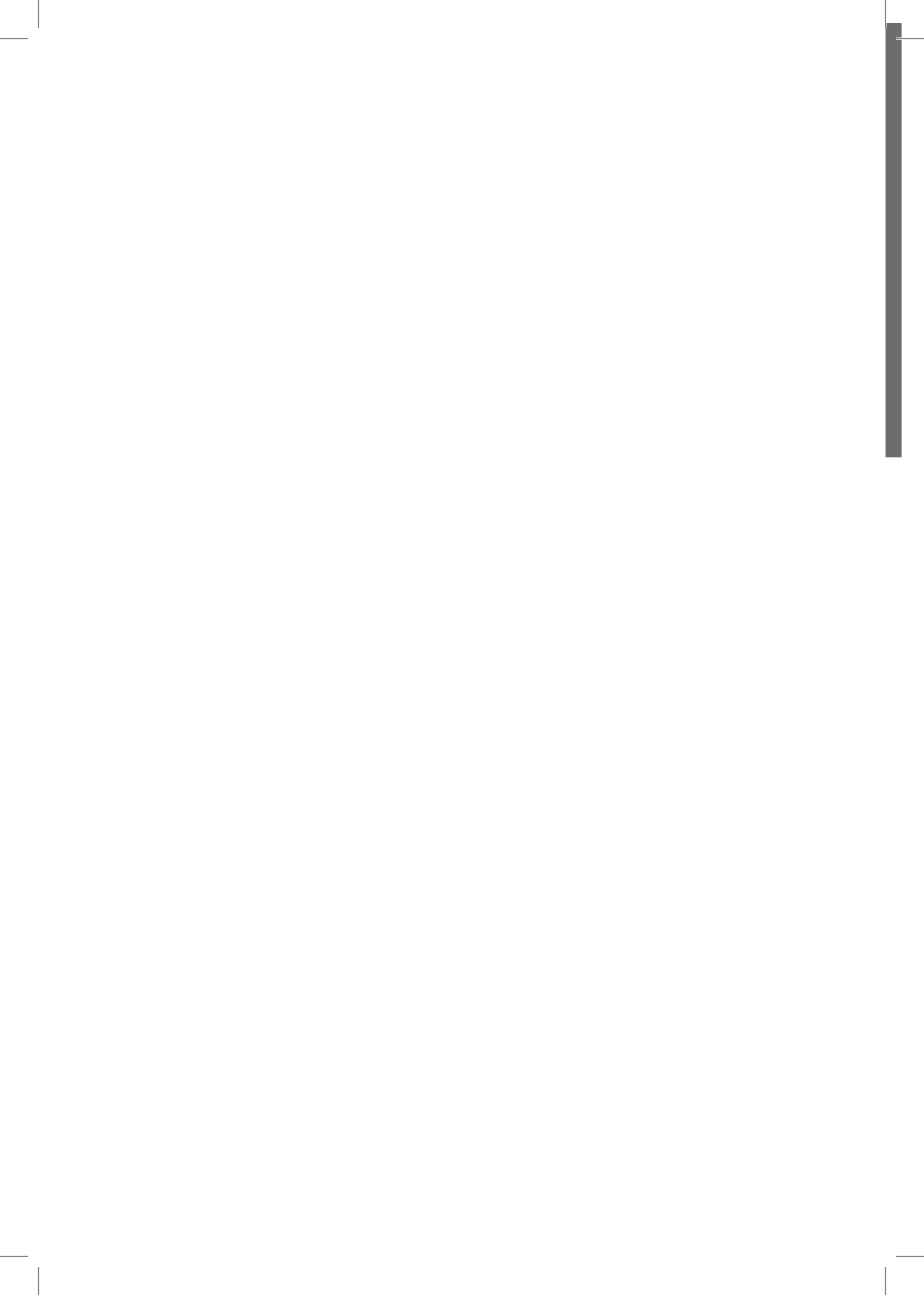
VENEZUELA. **Acuerdo Bilateral Cuba-Venezuela. Firmado por el Comandante en Jefe Fidel Castro y el Presidente de Venezuela Hugo Rafael Chávez Frías**. Dado en Caracas, a los 30 días del mes de octubre de año 2000. Disponível em: <<http://www.embajadacuba.com.ve/cuba-venezuela/convenio-colaboracion/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. **Sítio Oficial das Missões Sociais**. Disponível em: <http://www.pdvs.com/index.php?-tpl=interface.sp/design/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=1501&newsid_temas=40>. Acesso em: 19 abr. 2013.

VILLA, R. D. Política externa na administração Hugo Chávez. **Revista Política Externa**, v. 13, n. 1, jun./ago. 2004.

_____. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Revista de Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP), v. 19, n. 55, p. 153-172, 2005.

_____. Venezuela: o projeto de refundação da República. **Revista Lua Nova**, n. 49, p. 135-159, 2000.



Tensões geopolíticas nos alvares da América Platina: Espanha, Portugal e a Expedição Sanábria

Eduardo Guerini⁷⁶

Itamar Siebert⁷⁷

“Todo imperio se construye con realidades, pero comporta proyecciones épicas que tienen sus estandartes con tradiciones y fantasías, que terminan por volverse programáticas. Todos ellos, los antiguos y los modernos, sin excepción, desenvuelven en su pensamiento un aspecto utópico que promueve un ánimo exaltado, ‘patético’, de extensión espacial ilimitada, que manifiesta rasgos comunes a todos y peculiaridades propias a cada uno de ellos”.
(Anibal Abadie-Aicardi – Expansión Imperial y Pathos Espacial).

Até o dia 30 de setembro de 2012, o Museu Nacional Naval de Madrid apresentou a exposição: *No fueron solos. Mujeres en la conquista y colonización de la América*. A mostra exibiu uma centena de peças pertencentes ao patrimônio histórico da Armada e a outros museus estatais, privados e a coleções particulares. Baseada em investigações feitas na documentação do Arquivo das Índias, dos Arquivos de Protocolos de Madrid e Sevilha e da Real Academia de História, a exposição abordou

76 Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992) e Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Atualmente é Professor Titular da Universidade do Vale do Itajaí, nos Cursos de Ciências Sociais e Ciência Política, Direito (Balneário Camboriú), Professor Colaborador do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. Atua nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com ênfase em Economia Regional, Economia do Desenvolvimento, Políticas Públicas, Cidadania, Avaliação de Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável, Comportamento Político e Eleitoral.

77 Graduado em História pela UFSC (1989) e Mestre em História UFSC (1995). Professor da Univali – Universidade do Vale do Itajaí (SC), com experiência na área de História, História das Relações Internacionais, História Antiga e Medieval e História da Arte.

[...] por primera vez la presencia y participación activa de la mujer en la conformación del Nuevo Mundo, un tema poco estudiado y mucho menos conocido. La mujer ocupó puestos destacados en la conquista de América, fue pionera en el ámbito socio-económico y determinante en el asentamiento y el proceso de consolidación cultural de la naciente sociedad hispanoamericana (MUSEO NAVAL – ARMADA ESPAÑOLA, 2012).

Segundo os registros dos arquivos navais espanhóis, no Século XVI, dos 45.327 viajantes que lançaram-se à aventura transoceânica, 10.118 eram mulheres. Entre essas mulheres, cujas histórias pessoais despertam interesse, a exposição destaca Mencia Calderón y Sanabria, viúva de Juan de Sanabria, que, quando da morte do marido, comandou uma expedição ao Rio do Prata e, aportando na Ilha de Santa Catarina, em 1550, “al frente de 50 mujeres, atravesó 1.600 kilómetros de selva en una expedición de más de seis años” (ARMADA, 2012).

A expedição referida aparece de passagem nos manuais de História de Santa Catarina como a “expedição de Diego de Sanabria” e tornou-se — também na Espanha — um tema da indústria cultural. Em 2011, o canal de televisão Antena 3 começou a produzir uma minissérie chamada *El corazón del Oceano* que, segundo *release* da emissora, é “uma história ambientada no século XVI que relata as peripécias de um grupo de 80 donzelas enviadas por indicação da Coroa espanhola ao Novo Mundo para casarem e terem filhos com os conquistadores espanhóis e frear assim a crescente mestiçagem” (EL CORAZÓN DEL OCÉANO, tradução nossa). Com estreia programada para o segundo semestre de 2012, *El corazón del Oceano* foi uma das grandes apostas da Antena 3 e da produtora Globomedia.

Figura 1 – Cena de “El Corazón del Océano” que mostra as mulheres da expedição Sanábria desembarcando em Santa Catarina. O trailer desta Minissérie em seis capítulos, rodada na Colômbia, pode ser acessado em: <http://www.antena3.com/videos-online/series/el-corazon-del-oceano/trailer-corazon-oceano_2011083100066.html>.



Fonte: 20 Minutos Editora. Disponível em: <<http://www.20minutos.es/>>.

A minissérie é baseada no romance homônimo de Elvira Menendez, publicado em Madri em 2010. Uma rápida pesquisa nos mostra que a mesma expedição Sanábria também tem sido tema bastante explorado pelo mercado editorial de língua castelhana. Em 2007, Diego Bracco lançou na Espanha o romance “María de Sanabria”. No mesmo ano de 2007, Lucia Gálvez publicou, em Buenos Aires, “Mujeres de la Conquista”. Em 2004, Eloisa Gómez-Lucena publicou, em Sevilha, “Expedición al Paraíso”. Em Assunção, foram publicados: em 2000, “Romances de la Conquista”, de Hugo Rodríguez Alcalá; em 1987, “La mujer paraguaya protagonista de la historia”, de Idalia Flores de Zarza; em 1985, “Algunas mujeres de la Conquista”, de Josefina Plá. Um pouco mais recuado, em 1960, Josefina Cruz publicou em Buenos Aires “Doña Mencia, la Adelantada”.

Todo este efervescente mercado literário e editorial tem a ver, é claro, com a emergência das questões de gênero na historiografia a partir da década de 1960. Contudo, muito antes que as questões de gênero ganhassem força, a historiografia tradicional de língua castelhanajá havia consagrado a expedição Sanábria como

momento fundacional das nacionalidades platinas. Sua importância volta-se tanto para a história política (definição da estrutura de poder dominada por uma elite crioula) como para a história social — chegada das mulheres para formar o núcleo biológico desta mesma elite social crioula (BETHELL, 1990, p. 109).

A título de ilustração, vale destacar um exemplo emblemático. Em artigo intitulado *¿Cuándo nació la Argentina?*, o historiador Alfio A. Puglisi considerou que “así como la mítica fundación de Roma reconoce la paternidad de dos hermanos, Rómulo y Remo, tal vez los argentinos debemos reconocer a otros dos hermanos como fundadores de nuestro país” (PUGLISI, 2010, p. 111). Os irmãos gêmeos a que Puglisi se refere nasceram durante a expedição Sanábria. Hernando de Trejo y Sanabria, que foi bispo de Tucumán e fundador da Universidade de Córdoba, nasceu do relacionamento de María com Hernando de Trejo, em São Francisco do Sul. Hernando Arias de Saavedra (nomeado, em 1592, Governador e Capitão Geral do Paraguai e do Rio da Prata) nasceu em Assunção, do relacionamento de María com Martín Suárez de Toledo.

Como se conclui pelo quadro exposto, para a cultura de língua castelhana, a expedição Sanábria, que já era referência historiográfica obrigatória, tem se constituído nos últimos anos em fonte fecunda de inspiração literária, objeto de exposição oficial das organizações governamentais de cultura, além de tema da indústria cultural de entretenimento de massas. E, nesse ponto, não deixa de ser estranho que essa expedição — tão vibrante para os hispânicos — seja completamente ignorada pela historiografia brasileira em geral e catarinense em particular. Principalmente porque a referida expedição Sanábria permaneceu durante cinco longos anos (1550-1555) vagando pelo litoral catarinense.

As razões dessa disparidade valorativa talvez estejam, de maneira profunda, ligadas à própria construção das respectivas “tradições” nacionais. Tanto a história quanto a geografia nasceram no século XIX como disciplinas justificadoras do Estado com o fim último das coletividades humanas. Mais que isso: viam no Estado Nacional a realização de uma finalidade de ordem natural. Como demonstrou Hobsbawm, os exemplos da reconstrução utilitária do passado são abundantes na Historiografia e, ao compor discursivamente uma narrativa do passado, os historiadores, no mais das vezes, orientavam-se por uma visão teleológica ou mesmo providencialista de que o Estado nacional estava destinado a se formar dentro de suas atuais fronteiras (HOBSBAWM; RANGER, 1984). No caso do Brasil, a narrativa histórico-geográfica do país foi ancorada no mito da “Ilha Brasil”, uma

entidade natural indivisa formada pelo Amazonas e o Prata, que nas palavras do padre Simão de Vasconcelos, cronista da Companhia de Jesus, eram “as chaves de prata que fecham a terra do Brasil ou os dois gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela” (MAGNOLI, 1997, p. 47). Ao percorrerem o perímetro dessa Ilha-Brasil, de uma bacia hidrográfica a outra, os bandeirantes estariam realizando o desígnio histórico dessa “fronteira natural”.

Nesse sentido, sendo a Expedição Sanábria um empreendimento hispânico, fracassando em seu empreendimento colonizador, não foi julgado merecedor de figurar nos manuais historiográficos nacionais. Os grandes intérpretes da história nacional e mesmo catarinense pouco se ocuparam dela; Piazza (1983) e Cabral (1987) citam-na apenas como um episódio das tentativas fracassadas dos espanhóis de colonizar o litoral catarinense. Mais recentemente, em 2005, o historiador Amílcar D’Ávila de Mello publicou uma importante obra sobre os descobrimentos geográficos na qual a expedição Sanábria mereceu um interessante capítulo intitulado “A colonização que não houve” (MELLO, 2005, p. 70-97), título que muito nos diz acerca do enfoque historiográfico nacional sobre a referida expedição.

Feitas essas considerações iniciais, podemos dizer que a expedição Sanabria representa um capítulo especial no contexto das navegações do século XVI. Mais que uma viagem exploratória ou comercial, tal expedição se constituiu num empreendimento verdadeiramente colonizador. Os personagens ligados à expedição ou que tiveram contato com os expedicionários produziram uma variada gama de fontes documentais diretas e indiretas. Trata-se de documentos oficiosos, como as cartas acusatórias de Domingo Martínez de Irala, de Juan de Salazar e Mencia de Calderón y Sanabria (OBERMEIER, 2006); relatos de viagens de: Álvar Núñez Cabeza de Vaca (CABEZA DE VACA, 2001), Hans Staden (STADEN, 1974) e Ulrich Schmidel (SCHMIDEL, 1903); testemunhos indiretos como os casos do cronista Martín del Barco Centenera (1535-1602) e do militar e historiador paraguaio Díaz de Guzmán (1558-1629) (GUZMÁN, 1969). Esses documentos permitem seguir, não sem algumas contradições, o destino — ora épico, ora patético — dessa desastrosa expedição que permaneceu vagando entre a Ilha de Santa Catarina, Laguna e São Francisco do Sul por cinco longos anos (1550-1555). Estudá-la pode revelar não só com se deu o processo histórico efetivo decorrido desde então, mas também vislumbrar as estruturas que, embora esquecidas, tornaram possível o curso da história hoje conhecido.

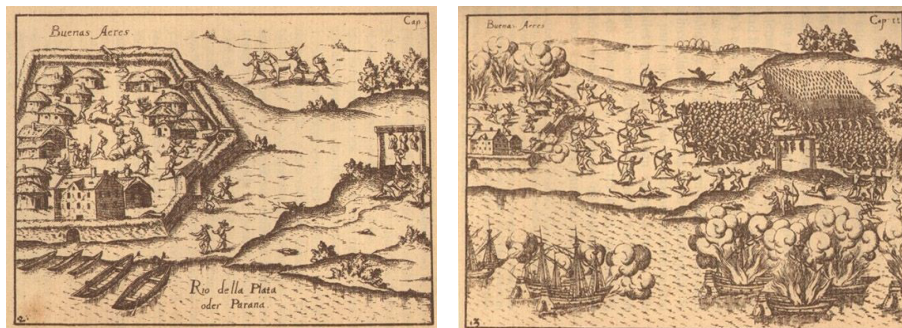
O “Adelantado” do Rio do Prata

A imprecisão e/ou indefinição de Tordesilhas — *Capitulación de la Participación del Mar Oceano* (1494) — deu lugar a uma grande variação interpretativa — por parte das Coroas Ibéricas — quanto a quais seriam os limites de seus respectivos setores coloniais. Enquanto os espanhóis consideravam o Rio Paranapanema seu limite norte, os portugueses — amparados na concepção da Ilha-Brasil — consideravam o Rio do Prata seu limite sul. Assim, o Brasil Meridional converteu-se num território contestado, numa fronteira em movimento, que só poderia ser conquistada pela força das armas e pela ocupação efetiva da terra. Embora a Coroa Portuguesa tenha concedido a Pero Lopes de Souza a Capitania de Sant’Anna, em 1534, o donatário ou seus herdeiros nunca tomaram posse da terra. A chegada de Tomé de Souza — primeiro Governador Geral do Brasil — em março de 1549 não alterou significativamente essa situação. E, apesar de ter promovido expedições exploratórias do litoral sul e envidado esforços para impedir a ocupação desse território pelos espanhóis, São Vicente permaneceu por longo tempo ainda a mais meridional capitania lusa em terras americanas.

Já os Espanhóis muito cedo se empenharam em conquistar e colonizar o Rio da Prata que, pela profundidade de sua bacia, estava destinada a ser o grande portal sul de entrada para o continente. Em 21 de maio de 1534, o Imperador Carlos V firmou em Toledo as Capitulações que outorgavam a Pedro de Mendoza o título de “Adelantado” — governador e capitão geral dos territórios a conquistar entre os 25° e 36° de latitude sul (OBERMEIER, 2006). Ulrich Schmidel, primeiro cronista da história da conquista do rio da Prata, informou a respeito da expedição colonizadora de Mendoza que: “[...] fueron 2.500 españoles y 150 alto-alemanes, neerlandeses, y sajones y que 14 eran los navíos” (SCHMIDEL, 1903, p. 46). Essas cifras são minimizadas, vez por outra, por outros historiadores.

Fundada por Pedro de Mendoza em janeiro de 1536, Buenos Aires, cidade-fortaleza destinada a dominar os caminhos fluviais e a vastidão das planuras desertas, muito cedo enfrentou a hostilidade dos índios Querandi. Em 1541, a cidade sucumbiu aos ataques, e aquelas “tierras del hambre” foram abandonadas, obrigando os sobreviventes a buscar refúgio em Assunção, recém fundada por uma entrada vinda de Buenos Aires em 1537 — e onde, segundo Franz Obermeier, os Guaranis podiam sustentá-los com a agricultura e integrá-los como *tovaja* (genros) e aliados no sistema tribal (OBERMEIER, 2006).

Figura 2 e 3 – Fortificação de Buenos Aires e ataque a Buenos Aires



Fonte: Ilustrações do livro de Ulrich Schmidel.

A morte de Mendoza e o iminente fracasso do empreendimento levaram a Coroa Espanhola a nomear Álvaro Núñez Cabeza de Vaca o segundo *Adelantado* para o Rio do Prata. Depois de aportar na Ilha de Santa Catarina em março de 1541, a expedição de Cabeza de Vaca chegou a Assunção em 11 de março de 1542, percorrendo por terra o mesmo caminho que Aleixo Garcia havia feito alguns anos antes. Quando de sua chegada a Assunção, Cabeza de Vaca encontrou uma colônia já organizada por Domingo Martínez de Irala e seus capitães. Depois de uma série de tensões produzidas por múltiplas razões — entre as quais se destacou a vontade de Cabeza de Vaca de pôr fim ao costume da poligamia —, o Adelantado foi destituído por um motim liderado por Irala e enviado preso à Espanha, com as respectivas cartas acusatórias. Apesar de não ter qualquer título, Domingo Martinez de Irala era o senhor de fato de Assunção, e sua tolerância com a poligamia pode ser percebida em seu testamento, redigido em 1556, no qual reconheceu como filhos legítimos três rapazes e quatro mulheres, de sete mães distintas (AZARA, s/d.).

A poligamia se fez tão comum e generalizada que Assunção recebeu a alcunha de “Paraíso de Maomé”, para felicidade dos conquistadores e para queixa dos sacerdotes que combateram fervorosamente esta prática, tão contrária aos costumes e moral cristãos. Assim, o Padre Francisco Paniagua, em carta ao Rei, denunciava essa situação afirmando: “Mahoma y su Corán no permitían más de siete mujeres, y acá tienen algunos hasta setenta. El cristiano que está contento con cuatro indias es porque no puede haber diez y seis” (CARDOSO, 1959, p. 43). Segundo dados levantados por Arthur Iturria, em fins do século XVI, a população de Assunção era composta por cerca de 300 espanhóis num universo de 10.000 “mancebos de la tierra” (ITURRIA, s/d).

O escandaloso “Paraíso de Maomé”, o fracasso de Cabeza de Vaca em reprimi-lo, somado ao fato de que muitos padres tivessem já solicitado o envio de “doncellas nobles de esas partes a esta tierra” fizeram a Coroa espanhola anular as diversas Cédulas Reais que proibiam o embarque de mulheres solteiras nas naus dos descobridores. Confirmando a destituição de Cabeza de Vaca, a Coroa espanhola concedeu, em 22 de julho de 1547, o título de 3º *Adelantado* do Rio da Prata ao fidalgo Juan de Sanabria. O inesperado falecimento deste levou a Coroa a emitir nova *Real Cédula*, em 12 de março de 1549, concedendo todos os direitos e deveres ao filho Don Diego de Sanabria e à viúva, de segundas núpcias, Mencia Calderón y Sanabria — madrastra de Diego (OBERMEIER, 2006).

Por essa *Real Cédula*, o cargo de *Adelantado* assegurava ao seu detentor alguns privilégios: 3 mil ducados de salário anual e 1500 ducados de ajuda de custo, a serem deduzidos da renda arrecadada nessa região pela Coroa; salário perpétuo de 150 mil maravedis por cada uma das duas fortalezas de pedra que fossem construídas inteiramente à sua custa; além de uma série de benefícios fiscais para importação de escravos negros e artigos metropolitanos (MELLO, 2005, p. 73).

Na qualidade de *Adelantado* e em razão dos privilégios dele advindos, Diego de Sanabria se comprometia a armar cinco embarcações, além de material para construir quatro bergantins que serviriam para a exploração fluvial e para servir como pontos estratégicos de reparo e abastecimento para os navios na rota do Prata; deveria também fundar dois fortes: um no litoral de Santa Catarina outro no grande estuário platino. Para trocar com os indígenas seriam embarcados 2000 varas de pano, 1000 camisas, 2000 pares de sapato e 500 bonés. Para dar continuidade ao projeto colonizador seriam embarcadas três forjas para fabricação de ferramentas, pregos e armas, sementes de trigo, cevada e centeio. Para “proteger o sangue espanhol” seriam transportados 250 homens solteiros, 80 casais com seus respectivos filhos e 80 mulheres solteiras de boa reputação. Para evangelização e correção dos indígenas, 12 frades franciscanos. A jurisdição seria a mesma de Dom Pedro de Mendoza e Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, compreendendo o sul do Brasil e bacia do Rio do Rio da Prata (MELLO, 2005, p. 73).

Figura 4 – Potosi e Rio da Prata

Mapa fisiográfico da América Latina ilustra os acessos fluviais ao interior do continente. Quando da partida da expedição Sanábria, em 1550, era grande a preocupação espanhola com a proteção ao caminhos que levavam a “lãs montañas de plata de Potosi”. Por isso, entre as incumbências dos Sanábria constavam a construção de duas fortalezas para sua proteção: uma em Santa Catarina, outra nas margens do grande estuário.



Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/antigo/pesquisa/1teses/gelpi/3map-ilus/index.html>

A Coroa portuguesa, por seu turno, nomeou Tomé de Souza como primeiro Governador Geral do Brasil, o qual, no mesmo ano de 1549, partiu de Lisboa comandando uma expedição com mais de mil homens para formar povoações na costa brasileira. Assim, a Coroa Espanhola insistiu para que os Sanabria ultimassem os preparativos de sua expedição a fim de impedirem os portugueses de povoar o litoral de Santa Catarina. Diante de tal urgência, três navios que já estavam prontos foram autorizados a partir: um patacho comandado por Juan de Salazar de Espinosa — no qual seguiu *Doña* Mencia Caldern y Sanabria e a maioria das donzelas; uma nau sob comando de Juan de Ovando e uma caravela comandada por Francisco Becerra — na qual seguiu o aventureiro alemão Hans Staden. Diego de Sanabria permaneceu na Espanha levantando fundos e preparando seu navio, que se uniria à expedição no ponto combinado — a Ilha de Santa Catarina. Embora seu destino seja controverso, o fato é que nunca se reuniu à expedição e, portanto, nunca veio a tomar posse em Assunção. Assim, sob tutela de Doña Mencia, o comando da expedição coube ao experiente capitão mor da armada Juan de Salazar y Espinosa, fundador de Assunção. Em meados de abril de 1550, depois de muitos contratemplos, os três navios partiram de Sanlúcar de Barrameda. O plano da viagem era reunir todos os navios na Ilha de Santa Catarina dentro de quatro meses e, após reparos e reabastecimento, seguir viagem de mais cinco meses até Assunção (OBERMEIER, 2006).

A viagem — que seria de nove meses — tornou-se, porém, uma epopeia de cinco anos. Logo nos primeiros dias no mar, ventos contrários desviaram a expedição para a Ilha de São Tomé, na Costa da Guiné. Na travessia do Atlântico, uma tempestade separou os três navios. Enquanto a caravela de Francisco Becerra chegava às costas do Brasil, o mau tempo segurou o patacho de Juan de Salazar na costa africana, onde sofreu o ataque de piratas franceses de La Rochelle. O momento foi particularmente tenso em razão das muitas mulheres a bordo. Depois de roubarem boa quantidade dos pertences, os piratas permitiram que os espanhóis seguissem viagem. Já o destino da nau de Juan de Ovando é controverso; naufragou ou regressou à Espanha. Na primeira quinzena de dezembro de 1550, o patacho de Juan de Salazar finalmente chegou à ilha de Santa Catarina, onde encontrou a caravela de Francisco Becerra fundeada havia oito dias (MELLO, 2005).

Figura 5 – Calcografia de Theodore de Bry 1592: Nesta cena, baseada no relato de Hans Staden, se veem simultaneamente diversas cenas da chegada da expedição Sanábria na Ilha de Santa Catarina. Ao fundo a Caravela de Francisco Becerra, Na boca da baía sul a chegada do Patacho de Juan de Salazar. Na ilha, fogueira acesa na primeira noite em torno da qual os homens da caravela comeram palmito. No continente em frente ao estreito a grande cruz de madeira onde se lia no tampo de um tonel: “Se vier por ventura aqui a armada de sua Majestade, deem um tiro e terão recado”. Depois de disparado um tiro de falconete vê-se no canal do estreito, o encontro do batel espanhol com 5 canoas de nativos. Na proa de uma delas se vê o Cristão Juan Ferdinando, que lhes informa estarem em Jurumirim.



Os anos da expedição em Santa Catarina.

A escolha do litoral catarinense como local de encontro e ponto a ser fortificado pela expedição Sanabria merece aqui algumas observações de ordem geográfica e demográfica. De maneira geral, a característica essencial do litoral meridional do Brasil é a grande barreira da Serra do Mar, maciço montanhoso que se ergue a uma altitude contínua superior a mil metros, do Rio de Janeiro ao sul do Paraná. Ela constitui uma verdadeira muralha que separa, de maneira abrupta, a estreita baixada litorânea de São Paulo e Paraná de seu vasto planalto interior. Em Santa Catarina, a Serra do Mar apresenta um caráter muito diverso; deixa de apresentar esse caráter monolítico para ser cortada por caudalosos rios que correm para o Atlântico. Estes rios — Itapocu, Itajaí, Tijucas, Cubatão, Tubarão, Araranguá, Mampituba — formaram vales profundos, separados uns dos outros por cristas e picos montanhosos de até 1,5 mil metros de altitude. Do interior desses vales litorâneos, onde atingem

uma média de 900 metros de altitude, essas montanhas do leste catarinense mostram-se gradativamente mais baixas à medida que se aproximam do litoral, onde terminam em pontais, penínsulas e ilhas. Ao sul da Ilha de Santa Catarina, a Serra do Mar aflora até Laguna, e o cabo de Santa Marta marca o seu ponto final.

Figura 6 – Morro do Cambirela: É na região da grande Florianópolis, nas serras do Tabuleiro e Anitápolis, que ocorrem as maiores altitudes destas serras do leste, com altitudes às vezes superiores a 1,2 mil metros. Quanto mais perto do mar, maior o impacto visual desses desníveis. O morro do Cambirela, em Palhoça, projeta diretamente seus 1.043 metros de altitude sobre a faixa plana do litoral.



Fonte: <www.panoramio.com/photos/original/1321617.jpg>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Figura 7 – Farol de Santa Marta: localizado no cabo de mesmo nome, o Farol de Santa Marta marca o ponto final do afloramento da Serra do Mar. Na imagem vislumbra-se a paisagem litorânea do extremo sul, dominada por dunas numa única e retilínea faixa de areia.

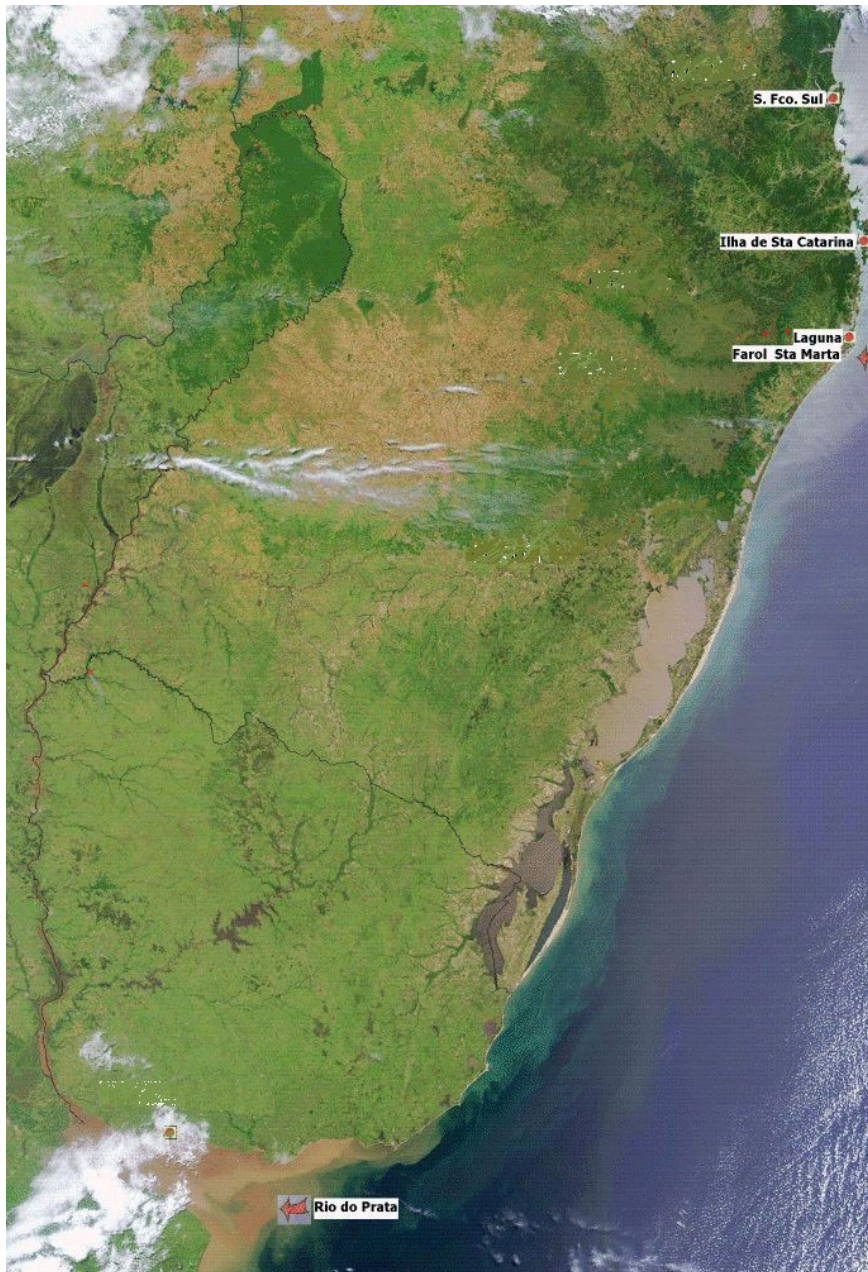


Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Farol_Santa_Marta_Brasil.jpg>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Desaparecidas as endentações e articulações numerosas produzidas pela serra do Mar, desaparecem também os bons portos naturais que caracterizam a maior parte do litoral catarinense. Com exceção de Torres, onde despencam no mar os últimos contrafortes da Serra Geral, ao sul de laguna a paisagem litorânea é dominada por dunas numa única e retilínea faixa de areia, pontilhada de dunas e lagoas. E, nesse sentido, o litoral catarinense veio a se constituir num lugar estratégico para todas as expedições que rumavam para o Rio do Prata.

Segundo relato de Hans Staden, quando chegaram à Ilha de Santa Catarina, os espanhóis encontraram, vivendo havia três anos entre os Carijós, um cristão de Bilbao. Seu nome era Juan Ferdinando e, a mando de Irala, viera de Assunção, por terra, até a Ilha, para convencer os Carijós a plantarem a mandioca necessária para abastecerem os navios de sua majestade que dela precisassem. Tal fato é o primeiro indício de que os espanhóis já estavam bem cientes da importância estratégica do litoral de Santa Catarina para a conquista e colonização da bacia platina (MELLO, 2005).

Figura 8 – Mais de mil quilômetros de um litoral reto e inóspito separam o abrigado litoral Catarinense do rio do Prata.



Fonte: <http://mwl.wikipedia.org/wiki/Fexeiro:South_America_satellite_plane.jpg>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Outra característica que tornava especialmente atrativo esse litoral era a própria presença dos Carijós. Segundo atestavam as informações contidas nas narrativas das primeiras expedições — de Caboto e Cabeza de Vaca —, esses indígenas eram amistosos e poderiam prover farto suprimento alimentar para as naus, uma vez que a prática da agricultura era usual entre eles. Além disso, os Guaranis — macrogrupo do qual os Carijós faziam parte — eram povos caminantes em busca constante da terra que lhes oferecesse sólida base alimentar e proporcionasse espaços de vivências e convivências para a manutenção e recriação de suas práticas culturais. Pela mobilidade espacial, foram constituindo no seu universo de circulação um território simbólico, referenciado nas situações de contato e na formação de uma rede de parentesco (SCHADEN, 1974). Esses antigos caminhos pré-ibéricos (peabirus) possibilitaram aos conquistadores adentrar o continente como já o haviam feito Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca. Devido a esses fatores geográficos e demográficos, Assunção era relativamente mais acessível por terra do que por mar para qualquer europeu que partisse do litoral de Santa Catarina no século XVI⁷⁸.

Compreende-se, portanto, a preocupação dos espanhóis em estabelecerem como objetivo da expedição Sanábria a construção de uma fortaleza no litoral catarinense. Contudo, ao chegar à Ilha, em dezembro de 1550, a expedição Sanábria não tinha mais condições de cumprir grande parte dos desígnios para os quais havia sido empreendida. Em primeiro lugar, das cinco embarcações que deveriam partir da Espanha, apenas três de fato zarparam. A difícil travessia do oceano cobrou seu tributo e, das três embarcações que deveriam se reunir na Ilha de Santa Catarina, só duas chegaram. Mas esses não foram os únicos problemas.

Segundo Amílcar D’Avila Melo, “nesta altura a Ilha não era mais o paraíso da comida de outras épocas. Os ataques dos portugueses e de seus aliados tupis e as doenças haviam dizimado os carijós. Acutia era uma aldeia cujo número de habitantes não se comparava, por exemplo, a Aboçapecau do tempo de Caboto ou de Cabeza de Vaca” (MELLO, 2005, p.82). O próprio Juan de Salazar — chefe da expedição — descreveu um cenário nada promissor para a expedição: “agora há oitenta homens, quarenta mulheres donzelas e crianças e nenhum médico,

78 Conforme demonstrou Franz Obermeier, as viagens por terra entre Assunção e o litoral brasileiro eram muito comuns no século XVI.

nem cirurgião, nem barbeiro, nem remédios (nem os que trouxemos da Espanha), cada dia seremos menos”⁷⁹.

Em meio a essas dificuldades e aproveitando a partida de um grupo de indígenas que haviam vindo do planalto visitar seus parentes, Salazar e *Doña* Mencia enviaram a Assunção o Capitão Saavedra com alguns soldados para dar notícia e pedir que enviassem ao porto de San Gabriel, na boca do Rio do Prata, mantimentos para socorrer os colonos que viajariam por via marítima. Partindo em abril, o grupo — que tinha como intérprete o tal Juan Ferdinando — chegou a Assunção em agosto de 1551. Domingos Martínez de Irala, governador interino daquela província, suspendeu os preparativos para uma entrada na terra dos índios *xarayes* e despachou o Capitão Núfrio de Chaves até San Gabriel, onde supunha que *Doña* Mencia e os outros expedicionários estariam aguardando (MELLO, 2005).

Enquanto Saavedra seguia para o Paraguai, o patacho São Miguel — que fazia água pela quilha — afundou na baía de Santa Catarina. Fustigados pela fome, os espanhóis seguiram viagem até Laguna no único navio que lhes restara: a caravela de Francisco Becerra. Contudo, na entrada da barra de Laguna, a caravela — último navio da expedição — também afundou. Enquanto isso, o socorro enviado por Assunção, depois de muito esperar na Boca do Prata, retornou sem notícias dos expedicionários. Estes, por sua vez, sem esperança de poder continuar a viagem por mar, tentaram se estabelecer em Laguna. Mas ali também as condições não eram favoráveis. Eis o relato contundente de Hans Staden:

Permanecemos dois anos ali, em meio a grandes perigos e passando fome. Tivemos que comer lagartos, ratazanas do campo e outros animais estranhos que podíamos encontrar, como caracóis que viviam entre as pedras e muitos outros bichos estranhos. Assim que receberam nossos presentes, os selvagens que nos davam alimentos fugiram para outros lugares, e como não podíamos confiar mais neles, não gostamos da ideia de permanecer ali para talvez morrer (MELLO, 2005, p. 83).

Sem poder contar com ajuda de Assunção, sem notícias do futuro governador Diego de Sanabria, a difícil situação enfrentada pelos sobreviventes em Laguna tornou-se insustentável. Decididos a abandonar o local, mobilizando todos

79 Endereçada ao Conselho das Índias na Espanha e datada em 1 de janeiro de 1552, esta carta foi mandada provavelmente com um mensageiro, usando uma canoa, a São Vicente e de lá num navio à Espanha. Uma cópia dessa carta está transcrita do artigo de Franz Obermeier.

os esforços e com ajuda dos índios, construíram um pequeno bergantim com os destroços da caravela de Becerra, a que deram o nome de “La Intrépida”. Uma vez terminada a embarcação, os sobreviventes da expedição zarparam em direção a São Francisco do Sul. Quando chegaram à baía da Babitonga, *Doña* Mencia decidiu mandar outro grupo de homens através do *peabirú* para Assunção para dar aviso do que havia sucedido até então. Comandado por Hernando de Salazar (não era parente de Juan de Salazar) e tendo como guia o conhecedor da língua indígena Alonso Vellido, o grupo chegou a Assunção em 24 de julho de 1552⁸⁰. Somente então os assuncenhos souberam das dificuldades que seus conterrâneos enfrentavam na costa catarinense. Mas, mesmo assim, o governo de Assunção nada podia fazer porque não havia navios no Paraguai para resgatar os expedicionários (OBERMEIER, 2006).

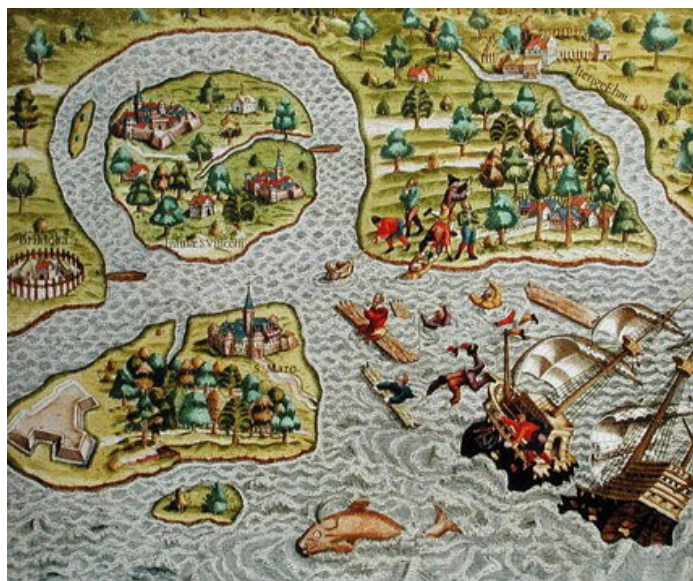
Nesse meio tempo, em São Francisco do Sul, divergências e crescentes animosidades fizeram a expedição se dividir em dois grupos. Enquanto *Doña* Mencia ainda considerava possível realizar os compromissos assumidos perante o Imperador de construir um fortim no litoral catarinense, Juan de Salazar considerava que a única opção era pedir ajuda aos portugueses de São Vicente. Além dessa falta de consenso quanto ao futuro, segundo Amilcar D’Ávila Melo, outras razões motivaram essa divisão:

Juan Salazar de Espinosa não se entendia com Hernando de Trejo, fidalgo de Plasencia, com quem dividira o camarote na viagem transoceânica. Como ambos eram pretendentes de dona Maria, a filha mais velha de dona Mência, é possível que os ciúmes acentuassem a cizânia. Casando com dona Maria antes de janeiro de 1552, Hernando de Trejo acabou levando não apenas o coração da moça como também o interessante dote que o matrimônio lhe reservava: o cargo de aguazil-mor do Rio do Prata. Na disputa pelo poder, o capitão Salazar de Espinosa perdeu no amor e na política, pois o comando geral da expedição foi transferido para Hernando de Trejo, que passou a ter dona Mencia como sogra e o *adelantado* Don Diego como cunhado (MELLO, 2005, p. 85).

80 Segundo Amilcar D’Ávila Melo, Alonso Ruiz Vellido, ou Bellido, que servia de tapejara e *lengua* nesta viagem, era veterano expedicionário de Cabeza de Vaca. Para fazer a travessia, o grupo subiu o rio Itapocu, galgou a Serra do Mar, atingiu o Ivaí e desceu o rio Paraná, de onde rumou para o oeste, até Assunção. MELLO, Amilcar D’Ávila de. *Expedições: Santa Catarina na Era dos descobrimentos geográficos*. Florianópolis: Expressão, 2005. p. 85.

Destituído por *Doña* Mencia do cargo de Capitão-Mor em favor de Hernando de Trejo, Juan de Salazar partiu junto com um pequeno grupo de soldados — entre os quais estava Hans Staden — para São Vicente a bordo de “La Intrépida”. O grupo naufragou perto de Itanhaém, em 25 de junho de 1553. Staden menciona o naufrágio em seu livro⁸¹, e Salazar escreve em sua carta: “Plugo a nuestro señor que me salvas se yo y doze soldados que taya comigo con solas las armas de alli” (OBERMEIER, 2006, p. 326).

Figura 9 – Calcografia de Theodore de Bry 1592. Nesta cena, baseada no relato de Hans Staden, se vê o naufrágio sofrido pelo Capitão Juan de Salazar e seus homens a caminho de São Vicente. Embora a embarcação fosse um bergantim construído em Laguna, nela erroneamente está representada uma caravela europeia.



Fonte: <<http://www.1st-art-gallery.com/Theodore-De-Bry/A-Shipwreck-Off-A-Barbarian-Coast.html>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Chegando a São Vicente, Juan de Salazar e seus homens pediram ajuda aos portugueses. Como o Governador Geraldo Brasil, Tomé de Souza — que se encontrava em São Vicente desde 8 de fevereiro de 1553 — não tinha o menor in-

81 Após o naufrágio, Staden deixou o grupo dos espanhóis e foi mais tarde capturado como comandante de uma pequena fortaleza da ilha Santo Amaro pelos tupinambás. Os nove meses que viveu entre eles foram relatados no seu célebre livro.

teresse que os espanhóis se fixassem no litoral catarinense, razão pela qual empenhou-se pessoalmente para que o restante da expedição Sanábria fosse retirado da baía da Babitonga. Com apoio do Governador Geral, foi enviada a São Francisco uma caravela com ordens expressas de trazer para São Vicente o grupo comandado por Henando de Trejo — entre os quais se encontravam 30 damas e donzelas sob tutela de *Doña* Mencia Calderón y Sanabria. (MELLO, 2005, p. 88).

Para persuadir os espanhóis a abandonar São Francisco, seguiu na caravela o jesuíta Leonardo Nunes⁸² com promessas de que o grupo teria em São Vicente todo o apoio para chegar, finalmente, a Assunção. Relutantes em abandonar a colônia recém-fundada, alguns colonos, liderados pelo piloto Juan Sánchez de Viscaya, recusaram-se a embarcar. Pressionado pelos portugueses, Hernando de Trejo exigiu o embarque de Viscaya, mas destacou sete soldados para guarnecerem a colônia recém-edificada. Citando uma carta do Padre Manuel da Nóbrega — datada de 15 de junho de 1553 — ao Padre Luis Gonçalves de Câmara, Franz Obermeier concluiu que o grupo de mulheres e Hernando de Trejo chegaram a São Vicente entre março e junho de 1553. (OBERMEIER, 2006, p. 327).

Nessa altura dos acontecimentos, a Corte espanhola, recebendo notícias do fracasso da expedição comandada por Salazar e considerando perdida a nau de Diego Sanabria, nomeou Martínez de Irala, que já detinha o poder de fato em Assunção, o novo *Adelantado* do Rio do Prata. Terminava assim, de maneira patética, sem nunca ter começado, o mandato de Diego de Sanabria como 3º *Adelantado* do Rio do Prata. Enquanto isso, as agruras de sua expedição pareciam não ter fim.

Considerações Finais

Uma vez em São Vicente, muito cedo se manifestaram as rivalidades entre os súditos das duas Coroas Ibéricas. Durante a estadia — que durou 14 meses — os espanhóis “socorridos” foram proibidos de se comunicar com a Espanha e, ao mesmo tempo, impedidos de prosseguir viagem até o Paraguai. Uma carta que *Doña* Mencia enviara ao marquês de Mondéjar — relatando a situação ao Conselho das Índias — foi descoberta e queimada por ordem do Governador-Geral, Tomé de Souza (MELLO, 2005, p. 89). Para poder manter seu grupo, *Doña*

82 Pela fantástica velocidade com que esse sacerdote se deslocava entre as suas aldeias, os índios o chamavam de *Abaré Bebê* – o padre voador. MELLO, Amílcar D’Ávila de. **Expedições:** Santa Catarina na Era dos descobrimentos geográficos. Florianópolis: Expressão, 2005. p. 88.

Mencia teve de contrair empréstimos junto aos representantes da Firma Schertz, de Antuérpia (OBERMEIER, 2006, p. 327). Segundo Amilcar D'Ávila Melo, foram contraídos empréstimos de 2 mil ducados de Rafael de Burgo e 200 ducados de Pedro Rossel (MELLO, 2005, p. 89). Os mesmos representantes flamengos facilitaram o embarque do sargento arcabuzeiro Ulrich Schmidel⁸³ portando cartas destinadas ao Conselho das Índias, em um navio carregado de açúcar com destino à Europa.

Essas ações restritivas dos portugueses contra o grupo dos espanhóis eram fundadas em claras intenções geo-políticas. A partir da povoação de São Francisco do Sul, poderiam os espanhóis, a um só tempo, interligar o litoral a Assunção pelo *peabiru* e, ao mesmo tempo, garantir o abastecimento e reparo dos navios que seguiam ao Prata, por via marítima. A Corte Espanhola já sabia da importância militar do litoral catarinense como ponto de escala para as viagens ao Prata, tanto que incumbiu os Sanabria de fortificar a região. Eram, portanto, justificáveis as preocupações do Governador Geral do Brasil e suas ações, a fim de inibir essa séria ameaça à influência portuguesa, no que viria a ser o sul do Brasil.

Outro ponto de conflito era a questão indígena. A maioria das narrativas sobre as expedições europeias em terras americanas foi construída sobre a suposição tácita de que os processos de aproximação, assimilação ou exclusão das populações indígenas pudessem ser dispostos de acordo com os propósitos dos colonizadores — que dispunham de logística, recursos humanos e culturais para protagonizar a aventura da conquista e colonização. Contudo, no século XVI, era praticamente impossível aos europeus levar a bom termo seus objetivos sem o suporte material da cultura indígena. Como os membros da expedição Sanabria puderam comprovar, entre as razões de seu fracasso estava o despovoamento da costa, em consequência da caça de escravos carijós por parte dos portugueses de São Vicente e seus aliados tupis.

Estando em São Vicente, Juan de Salazar — que havia sido comandante da expedição Sanabria — encaminhou requerimento aos capitães vicentinos Antonio de Oliveira e Brás Cubas, para que estes proibissem, naquela capitania,

83 Ulrich Schmidel era um soldado veterano a serviço da Espanha, que havia participado da fundação de Buenos Aires em 1536. Chegou a São Vicente, por terra, procedente de Assunção, em junho de 1553. O Livro com relato de suas aventuras encontra-se disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras>>.

o comércio de escravos guaranis vassalos do rei espanhol. Para uma adequada compreensão das variáveis condicionantes do processo de conquista, deve-se salientar que, enquanto os espanhóis iniciaram sua base colonial na América atlântica em terras guaranis, os portugueses ocuparam as terras dos Tupis. E, assim, as rivalidades entre as Coroas Ibéricas potencializaram as rivalidades entre os dois grupos ameríndios. Segundo relatou Salazar em suas cartas, os referidos capitães portugueses “ficaram muito bravos e me odeiam muito. Respondem que não conhecem outro Rei e senhor além do seu e que o Rio da Prata e o Paraguai é do Rei de Portugal”. Em outra carta, Salazar suplica ao rei espanhol para que “não fiquem esquecidos nesta terra onde a maior parte dos que nela vivem são malfeitores desterrados de Portugal”⁸⁴.

Tão pronto chegaram à Europa as cartas com informações do que ocorria na América, as Coroas ibéricas mutuamente se acusaram de gerar conflitos na região por elas disputada. João Rodrigues Correa, o embaixador português em Castela, foi instruído a reclamar das constantes invasões que os espanhóis de Assunção faziam no Brasil. Em 24 de novembro de 1555, a princesa de Castela escreveu ao rei dom João III queixando-se dos “maus tratos e opressões que o governador e outras justiças da costa do Brasil faziam a seus súditos, que iam e vinham do Rio do Prata”⁸⁵. Obermeier também cita uma Real Cédula do Príncipe dom Felipe ao embaixador em Portugal para “que hablase al Rey com objeto de que se mandasse al Governador de San Vicente y Costa del Brasil que dejase ir a las provincias del Río de la Plata al Capitán Salazar y demás personas que se hallaban com Él” (OBERMEIER, 2006, p. 328).

A pressão da Corte espanhola sobre Portugal demorou a surtir efeito. Em meados de 1553, chegou a São Vicente o Genovês Bartolomé Justiniano. Era o emissário das Cédulas Reais com a nomeação de Domingo Martínez de Irala

84 Juan Salazar escreveu duas cartas à Espanha: a primeira em 25 de junho de 1553, endereçada ao príncipe, o futuro Felipe II, encarregado da administração das Índias; e outra, em 30 de junho de 1553, relatando as obstruções dos portugueses contra o grupo de espanhóis que tentaram, a partir de São Vicente, pegar o caminho de terra para Assunção. OBERMEIER, Franz. **As relações entre o Brasil e a região do Rio de La Plata no século XVI nos primeiros documentos sobre Assunção (Asunción) e Santa Catarina**. JbLA Vol. 43/2006. p. 327. Disponível em: <http://www.gewi.uni-graz.at/jbla/JBLA_Band_43-2006/jbla06_317_342.pdf>.

85 Carta da Princesa de Castela, pedindo ao Rei que mandasse ao Governador da Costa do Brasil que não vexasse os seus vassalos que, com sua licença, fossem ao Rio da Prata. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3780119>>.

e um salvo conduto emitido pelas autoridades lusitanas, para que ele pudesse transitar de São Vicente a Assunção sem embaraço. A partir de então, Bartolomé Justiniano e Juan de Salazar começaram a negociar com Tomé de Souza para viajar por terra ao Paraguai. Assim, depois de demoradas negociações, por volta de novembro de 1554, finalmente os espanhóis da expedição Sanábria puderam deixar São Vicente. Bartolomé Justiniano e o grupo de Juan de Salazar partiram por terra para o Paraguai. Tomaram parte nessa viagem, além de dona Isabel de Contreras, viúva do capitão Becerra, com quem Salazar havia se casado, outros onze castelhanos e seis mulheres. Segundo Amilcar D'Ávila Melo, dos seis portugueses que acompanhavam esse grupo, “conhecemos apenas os nomes dos irmãos Vicente e Cipriano de Goís e um tal de Gaete. Este último, tropeando sete vacas e um touro dos Goís até Assunção, deve ser considerado, com eles, o introdutor do gado vacum no Rio do Prata” (MELLO, 2005, p. 91).

Esse grupo chegou a Assunção em agosto de 1555. Salazar assumiu o posto de tesoureiro e morreu em 1560. De Assunção, escreveu uma carta em 20 de março de 1556, onde relatou uma emboscada que os portugueses planejaram, instigando alguns índios tupis a matá-los depois que deixaram São Vicente. Tal não aconteceu por intervenção do padre Manuel da Nóbrega que, sabedor do atentado, exerceu sua influência sobre os índios impedindo sua consumação (OBERMEIER, 2006, p. 328).

Já o Grupo de liderado por Hernando de Trejo e sua sogra, *Doña* Mencia Calderón y Sanabria, retornou ao porto de São Francisco. Enquanto estavam em São Vicente, a colônia havia sido atacada e os sete homens que tinham ficado para guarnecê-la foram massacrados por índios tupis a mando dos portugueses. Ao mesmo tempo, o ataque dos tupis havia afugentado os Carijós. Sem os Carijós para ajudá-los, os espanhóis tentaram em vão reerguer a colônia. Ao fim de dez meses de infrutíferos trabalhos, decidiram abandonar a posição. Antes de partirem, porém, para se vingar de tantos trabalhos e vidas perdidas, Hernando de Trejo atraiu e massacrado muitos tupis. Uma descrição minuciosa dessa travessia encontra-se na obra de Ruy Díaz de Gusman. Após o massacre, o grupo partiu para Assunção pelo caminho do Itapocu em setembro de 1555. Subiram a Serra do Mar, atravessaram os campos do planalto norte e chegaram ao rio Iguaçu, onde os guaranis os abasteceram de mantimentos necessários. Dali seguiram por “grandes planícies” até atingir o rio Ivaí. E, por volta de março de 1556, o grupo já se encontrava em Guairá, “onde chegaram com muitas índias e foram acolhidos pelo capitão García Rodríguez Vergara” (GUSMÁN, 1969, p. 37).

A chegada a Assunção dos últimos remanescentes da expedição Sanábria deu novo ânimo àquela colônia espanhola. As poucas mulheres que conseguiram chegar certamente não impediram a miscigenação, e os “mancebos de la tierra” continuaram sendo a maioria da população paraguaia. Mas, a partir de sua chegada, pôde se formar um núcleo coeso de crioulos que viriam a constituir a elite hispânica dos futuros países platinos. A partir de Assunção, puderam os espanhóis retomar seu processo de colonização da bacia do Prata, que culminou, em 1580, com a refundação de Buenos Aires.

O abandono de São Francisco do Sul, porém, custou muito caro para os hispânicos. Hernando de Trejo chegou a ser preso por abandonar tão importante posição e por ter, com o massacre dos tupis, tornado praticamente impossível nova colonização espanhola na região. A partir de então, o caminho estava livre para a lenta expansão promovida pelos portugueses e seus tupis, sobre as terras pretensamente hispânicas e habitadas pelos guaranis no litoral catarinense e sul do Brasil. E, pelos próximos trezentos anos, essa região se converteria na principal fonte de tensão entre as coroas ibéricas em território americano.

Bibliografia

AZARA, F. de. **Descripción y historia del Paraguay y del Río de la Plata**. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/130467.pdf>.

BETHELL, L. **História de América Latina**. Barcelona: Crítica, 1990.

BRACCO, D. **Maria de Sanabria**. Madri: Nowtilus, 2007.

CABEZA DE VACA, A. N. **Naufragios**. Madrid, Cátedra, 2001,

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CARDOZO, E. **El Paraguay Colonial**. Buenos Aires: [s.n.], 1959.

CRUZ, J. **Doña Mencia, la Adelantada**. Buenos Aires: La Rija: 1960.

EL CORAZÓN DEL OCEANO. **Release de novela**. Antena 3 Films. Disponível em: <http://www.antena3.com/antena3-films/miniserias/corazon-oceano-ambientada-pleno-siglo-xvi_2012070400111.html>. Acesso em: 10 ago. 2012

GÁLVEZ, L. **Mujeres de la Conquista**. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.

GANDÍA, E. de. **Indios e Conquistadores en el Paraguay**. Buenos Aires: Librería de A. Garcia Santos, 1932.

GÓMEZ-LUCENA, E. **Expedición al Paraiso**. Sevilla: Espuela de Plata, 2004.

GUSMÁN, R. D. de. **Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata (1612)**. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra/Imprenta del Estado, 1969.

- HOBSBAWM E. J, RANGER, T. (Org.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ITURRIA, R. **Hernandarias**. De tropeiro a estadista. Disponível em <<http://www.portalrural.com.uy/radorural/historia/Hernandarias.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- MAGNOLI, D. **O corpo da Pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: EDUSP, 1997.
- MELLO, A. D. de. **Expedições**: Santa Catarina na Era dos descobrimentos geográficos. Florianópolis: Expressão, 2005.
- MENÉNDEZ, E. **El Corazón del Océano**. Madri: Planeta, 2010.
- MUSEO NAVAL – ARMADA ESPAÑOLA. No fueron solos, Mujeres en la conquista y colonización de la América. **Catálogo da Exposición**. Madrid, 2012. Não paginado.
- PAOLI, J. B. R. **La Colonizacion del Paraguay**: 1537-1680. Assunção: ABC, 2012.
- OBERMEIER, F. **As relações entre o Brasil e a região do Rio de la Plata no século XVI nos primeiros documentos sobre Assunção e Santa Catarina**. JbLA Vol. 43/2006, p. 319. Disponível em: <http://www.gewi.uni-graz.at/jbla/JBLA_Band_43-2006/jbla06_317_342.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2012.
- PIAZZA, W. F. **Santa Catarina** - Sua História. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1983.
- PUGLISI, A. A. Cuándo nació la Argentina? **Boletín del Centro Naval**. Nro 827. Mai/Ago 2010. Disponível em <<http://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN827/827-PUGLISI.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2012.
- SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. 3. ed. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- SCHMIDEL, U. **Viaje al rio de la Plata (1534-1554)**. Buenos Aires: Cabaut y Cia., 1903. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras>>. Acesso em: 28 set. 2012.
- STADEN, H. **Duas Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.



Revisão, Diagramação, Impressão e Acabamento



Assis - SP
Fone: (18) 3322-5775
Fone/Fax: (18) 3324-3614
vendas@graficatriunfal.com.br
www.graficatriunfal.com.br